

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da  
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da  
TAP, S. A.**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 39

13 de julho de 2023

(15,26 h – 22,02 h)

**Ordem do dia:** — Apreciação e votação do relatório da CPI-TAP;  
aprovação de atas; outros assuntos.

**Presidente da Comissão:** António Sales (PS)

Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados Oradores:** Ana Bernardo (PS)

Pedro Filipe Soares (BE)

Bruno Dias (PCP)

Filipe Melo (CH)

Bruno Aragão (PS)

Paulo Moniz (PSD)

Bernardo Blanco (IL)

Hugo Carneiro (PSD)

O Sr. **Presidente** (António Sales): — Muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Muito boa tarde aos órgãos de comunicação social. Vamos dar início aos trabalhos.

*Eram 15 horas e 26 minutos.*

Estabilizamos um bocadinho a sala com silêncio para podermos iniciar a nossa Comissão.

Vamos iniciar a nossa Comissão com a aprovação de um conjunto de 15 atas que ainda não estavam votadas. Queria, se me permitem neste momento, agradecer à Divisão de Redação o enorme esforço que fez, não só para fazer as atas, como para fazer a sua revisão.

Vamos votar as atas já revistas e há um conjunto de sete atas para as quais não houve ainda a possibilidade de fazer a revisão, mas que por deliberação tácita serão aprovadas. Depois, se houver necessidade, cada grupo parlamentar poderá fazer a respetiva interpelação e formalização por escrito.

Assim sendo, vamos votar as atas já revistas. São 15, como disse: as atas n.<sup>os</sup> 15, 16, 18, 19, 21, 22, 25, 26, 27, 30, 32, 34, 36, 37 e 38.

Vamos votar estas atas que acabei de referir em bloco.

*Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.*

As outras atas, as sete atas que referi, que ainda não foram sujeitas a revisão — as atas n.<sup>os</sup> 17, 24, 28, 29, 31, 33 e 35 —, são aprovadas por deliberação tácita, estando sujeitas ao mecanismo que há pouco referi.

Passamos, assim, à primeira parte da nossa Comissão, que se iniciará com a apresentação da Relatora, a Deputada Ana Paula Bernardo, a quem desde já agradeço o esforço que fez para apresentar o relatório dentro das

dificuldades do tempo. Deixo isto referido: talvez seja uma das coisas mais difíceis nas comissões de inquérito, que é, de facto, o tempo entre a averiguação e depois as conclusões. Este tempo de oportunidade é sempre um tempo muito difícil e, portanto, é sempre fruto do esforço muito grande dos Srs. Deputados. Por isso, permitam-me aqui individualizar e agradecer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora tem até 45 minutos — repito, até 45 minutos — para poder apresentar o seu relatório. Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas, uma boa tarde a todos.

Depois de alguns meses de trabalho, de 38 reuniões já realizadas — esta é a 39.<sup>a</sup>, creio —, de 46 audições de depoentes e da análise de um acervo documental muito extenso, encontramos-nos hoje aqui para discutir e votar o relatório desta CPI (comissão parlamentar de inquérito). Como todos sabem, fui designada relatora desta CPI, uma função que desempenhei com a seriedade e a isenção que tal função impunha.

Depois de ter disponibilizado, no passado dia 4 de julho, uma versão preliminar e de já ter decorrido um período, consensualizado por nós todos, para a apresentação de propostas de alteração, estamos hoje aqui novamente reunidos para eu apresentar uma nova proposta de relatório desta CPI da TAP (Transportes Aéreos Portugueses). Esta nova versão é um documento que mantém a estrutura da versão preliminar, tendo sido apenas incluído um ponto novo decorrente de uma proposta recebida que me pareceu pertinente.

É um ponto que visa identificar um conjunto de matérias, digamos, mais sensíveis, que foram sendo conhecidas e analisadas ao longo dos trabalhos da Comissão e que, no nosso entender, se tal vier a ser aprovado nesse sentido, merecem um destaque aquando do envio deste relatório ao

Ministério Público, envio que creio ser prática noutras comissões de inquérito.

Permitam-me, no entanto, que reafirme aqui o que disse na semana passada quando fiz a apresentação pública do relatório: este é um relatório sobre a TAP, é um relatório sobre a gestão da TAP, é um relatório sobre a gestão da tutela política da TAP e é um relatório que, no meu entender, dá cumprimento à missão que recebemos pela Resolução da Assembleia da República que constituiu esta CPI.

Uma vez mais digo que este relatório não é, nem pretende ser, um diário da CPI. Não é esse o objetivo de um relatório de uma comissão de inquérito. Para isso, temos um conjunto importante de atas, incluindo as atas que hoje aqui foram aprovadas.

Portanto, ao longo desta CPI e num consenso alargado entre todos os Deputados e todos os grupos parlamentares, fomos assumindo algumas opções que se revelaram importantes no desenvolvimento dos trabalhos. Desde cedo entendemos que compreender e realizar a avaliação e o escrutínio adequados, transparentes e rigorosos à gestão da TAP e da tutela política da TAP, em particular no período de 2020-2022, como é referido na nossa resolução, exigia que conhecêssemos e compreendêssemos melhor a evolução da empresa ao longo dos últimos anos e as opções estratégicas assumidas, muito em particular desde 2015. Com efeito, foi nesse ano que ocorreu um processo de privatização com importantes consequências em termos de alterações estratégicas, de funcionamento da empresa e, obviamente, como não poderia deixar de ser, da estrutura societária da empresa.

No caso da TAP, identificamos quatro momentos essenciais: a reprivatização em 2015, a recompra em 2016-2017, o auxílio estatal no quadro da pandemia, portanto, em 2020-2021, e, finalmente, o plano de reestruturação acordado com a Comissão Europeia no final de 2021. Esse

plano ainda hoje está em curso, com os impactos já conhecidos, mas que ainda foram mais aprofundados no quadro desta Comissão: o impacto em termos de esforço financeiro do Estado, desde logo, mas também o impacto sobre os trabalhadores em termos de emprego, de condições de trabalho e de cortes salariais.

Em termos da estrutura do relatório, assinalei, desde o primeiro momento em que dei a conhecer a versão preliminar, que não iriam encontrar neste relatório alguns acontecimentos que acabaram por ser objeto de algumas audições, ou pelo menos de alguns momentos de audições na CPI, mas que entendi não serem do âmbito desta CPI. Os acontecimentos ocorridos a 26 de abril no Ministério das Infraestruturas e os seus desenvolvimentos, nomeadamente a intervenção do SIS (Serviço de Informações de Segurança), não estão no relatório, não porque não sejam considerados importantes ou porque não sejam considerados graves e relevantes, mas porque extravasam o objeto desta CPI. São acontecimentos que, pela sua natureza, têm sedes próprias para a sua apreciação, para apurar factos e para serem retiradas as devidas ilações. Tal não compete, porém, a esta Comissão de Inquérito Parlamentar.

Relembro que, quanto a estes diferentes acontecimentos, bem como relativamente a um outro que foi frequentemente falado e introduzido nesta Comissão — a reunião de 17 de janeiro com a presença da CEO (*chief executive officer*) da TAP e de um Deputado do PS no quadro de uma audição da Comissão de Economia, prévia à própria constituição da CPI, e que também não é objeto desta CPI —, já estão a decorrer ou já decorreram diligências, quer na Assembleia da República, quer noutras comissões, quer mesmo no Ministério Público.

Relativamente ao documento e a estas matérias, considero que temos — e quando digo «temos», é como Deputados desta CPI — a obrigação de esclarecer os portugueses relativamente àquilo que é a gestão da TAP,

relativamente àquilo que foi e tem sido a gestão política da TAP. Temos também o dever de respeitar o funcionamento dos nossos órgãos democráticos e aquilo que implica em termos de separação de poderes. Devemos — e aqui digo que devemos todos — contribuir para a elevação do papel das comissões de inquérito parlamentar e para o seu inquestionável contributo para uma sociedade democrática. Portanto, entendo que o relatório que hoje aqui submeto a esta Comissão responde a estes desígnios.

Em termos de estrutura, permitam-me apresentá-lo, até por uma questão de sistematização. Obviamente, todos conhecem o relatório, mas facilita depois a apresentação de algumas evoluções.

O relatório tem um ponto inicial, sobretudo sustentado na nota técnica sobre a composição, funcionamento e diligências da CPI, ponto que substancialmente decorre da nota técnica preparada pelos serviços desta Comissão, aos quais desde já agradeço também. Aqui, se me permitem uma nota colateral de informação, queria sinalizar que alguns dos dados, algumas das estatísticas que ainda estão no documento, necessitarão de alguma atualização, nomeadamente fruto da reunião de hoje e de termos recebido ainda documentos nos últimos dias que ainda não estão aqui incorporados.

Informo também que, como é prática, não digo em todos, mas em alguns relatórios da Comissão Parlamentar, será integrada em anexo a este relatório uma listagem da documentação recebida, portanto, uma listagem do acervo legislativo associado a esta Comissão de Inquérito.

Temos uma introdução sintética que procura descrever a estrutura do relatório e destacar algumas opções de trabalho da CPI e da própria elaboração do documento; seis capítulos que procuram responder às alíneas do mandato que a resolução da Assembleia nos confere; um capítulo de recomendações, também muito usual em relatórios desta natureza, sobretudo recomendações dirigidas à TAP ou às empresas públicas em geral, ao Governo e pontualmente a futuras comissões parlamentares de inquérito; e,

por fim, como comecei até por dizer, um novo capítulo que decorre de uma proposta recebida do PCP sobre o envio de informação ao Ministério Público, em que, em vez de fazermos uma recomendação genérica apontando para algumas informações, de uma forma geral se procuraram identificar aquelas que mereceram uma maior atenção por parte da Comissão.

Sobre a evolução das versões, primeiro, quero desde já agradecer a todos aqueles que quiseram contribuir para melhorar e para densificar a versão preliminar, no fundo pretendendo colmatar aquelas que consideravam ser as fragilidades do relatório apresentado na semana passada. Portanto, agradeço ao Bloco de Esquerda, ao PCP, ao Chega e ao PS pelo envio destas propostas.

Foram contributos essenciais para um processo democrático que valoriza e dignifica os trabalhos desta CPI da Assembleia da República. Gostaria que todos os grupos parlamentares tivessem optado por idêntica postura — uma postura propositiva e construtiva no quadro e no âmbito daquelas que são as regras habituais de funcionamento deste órgão e das comissões de inquérito — e não tanto terem tido uma atuação pautada por tempos e regras de criação de opiniões e de juízos de valor, e de caráter, até, que obviamente me parecem alheios aos objetivos de qualquer comissão de inquérito.

Em termos de um balanço geral das propostas, não sendo o dado mais relevante, queria só dizer-vos que, no total, pelos quatro grupos parlamentares que referi, foram recebidas 126 propostas, 48 das quais mereceram aprovação total, aprovação parcial ou aprovação com alguma revisão da iniciativa da relatora.

Em traços gerais, isso permitiu também, em termos de diferenciação com a versão preliminar, que o número de conclusões iniciais, que eram 75, passasse a ser 79 — muitas destas com propostas de alteração — e que o número inicial de 13 recomendações seja agora de 19, o que demonstra, de

facto, um esforço daqueles que analisaram o documento e optaram por fazer chegar à Relatora e à Comissão as suas propostas de alteração.

As propostas que todos os Srs. Deputados receberam, como podem verificar, são propostas de natureza muito diversa — que vão da inclusão de excertos de atas e de depoimentos à apresentação de novas conclusões ou à alteração de conclusões e também à apresentação de novas recomendações ou alteração a recomendações —, por vezes parecem meras precisões que aparentam ser de pormenor, mas que muitas vezes não o são, pelo que a sua inclusão, ainda que pareça ser uma questão de pormenor, acaba, do meu ponto de vista, por ser uma questão relevante.

A apreciação destas propostas e a decisão da sua inclusão ou não-inclusão, tal como a elaboração da versão inicial do relatório, resultam da minha inteira responsabilidade, ao contrário do que muito foi afirmado, aqui e lá fora, sendo, portanto, o meu entendimento das propostas que me enviaram.

Por isso, com a mesma seriedade por que sempre se pautou o meu trabalho, e não obstante, como o Sr. Presidente já referiu, o pouco tempo disponível, analisei com o maior cuidado possível todas as propostas recebidas e integrei aquelas que considerei importantes para completar a informação — ou seja, matéria factual, como dizia há pouco, através de novos depoimentos, de excertos de documentos —, aquelas que completaram e que densificaram o conjunto de conclusões e de recomendações e aquelas que muitas vezes clarificaram matérias e assuntos complexos associados à gestão da TAP e que, portanto, contribuíram, assim, para melhorar e clarificar o relatório.

No fundo, neste quadro de alguma limitação temporal e face a propostas muitas das quais complexas e extensas, procurei, sem desvirtuar o que foi sempre o meu entendimento, tornar o relatório mais completo com o contributo de todos os grupos que entenderam contribuir para tal.

Disse desde o início, desde o momento em que apresentei o relatório — e não poderia ser de forma diferente —, que havia sempre margem para aperfeiçoar o documento. Foi o que tentei fazer.

Aquilo que não fiz, nem poderia fazer, foi incluir factos inexistentes e conclusões não suportadas em evidências. Não é esse o meu papel. Por isso mesmo, nesta versão, também não incluí propostas que são opções ideológicas que, sendo legítimas por parte de quem as apresenta, para além de certamente não serem partilhadas por todos, ultrapassam, do meu ponto de vista, o âmbito de atuação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Aqui, como dizia, procuramos apurar factos, retirar conclusões e emitir recomendações para melhorar o funcionamento das nossas instituições e do nosso Estado de direito democrático, mas não nos cabe transformar um fórum de escrutínio político num documento de retórica política. Há ainda propostas que não incorporei, porque se centravam naqueles acontecimentos que referi há pouco e mantive o entendimento de que não seriam objeto do mandato desta CPI.

Permitam-me agora que, apesar de também ser conhecido, destaque de forma muito sumária uma ou outra conclusão de cada um dos capítulos.

No capítulo I, uma das grandes conclusões prende-se com a questão dos contratos de gestão e com o facto de os mesmos não terem sido celebrados no prazo legalmente previsto, sem que tenham sido tomadas iniciativas eficazes. Soubemos que houve algumas diligências, mas não foram tomadas iniciativas eficazes pelas partes envolvidas, isto é, pelos gestores, pela empresa, por um lado, e pelas tutelas, por outro.

Relativamente ao capítulo II, sobre o acordo de cessação de Alexandra Reis, a inspeção-geral tinha emitido já um documento e esta Comissão acabou por confirmar essas informações, considerando nulo o acordo de cessação das relações contratuais celebrado entre a TAP e Alexandra Reis. Todo este processo foi conduzido à margem das disposições legais que

obrigavam os gestores à aplicação do regime jurídico do setor público empresarial e do próprio Estatuto do Gestor Público (EGP).

Quanto ao capítulo III, há uma conclusão que, creio, ficou igualmente inequívoca e clara, que é o facto de não existir evidência de qualquer conexão entre a saída da TAP por parte de Alexandra Reis e o convite e respetiva nomeação para a NAV (Navegação Aérea de Portugal), em momento posterior.

O capítulo IV refere que, a partir de outubro de 2020, a TAP passou a integrar a esfera das empresas públicas e, por conseguinte, a ser obrigada ao cumprimento das disposições constantes do estatuto do gestor público. Ainda assim, o Governo entendeu, e fundamentou como tal, que, pelas características específicas do setor e do seu enquadramento internacional, excecionar a TAP das limitações constantes do Estatuto do Gestor Público, em matéria de remunerações, pensões e acumulação de funções.

Portanto, ficou bem claro que o Governo decidiu não criar disposições distintas em matéria de indemnizações ou de compensações, o que vem reforçar o entendimento exposto na conclusão do capítulo II, da nulidade do acordo.

Ainda neste documento, foi-me possível apurar as implicações em termos de estatuto remuneratório, no quadro do plano de reestruturação, isto é, a aplicação de um corte de 30 % da remuneração-base ao gestor, o não pagamento da remuneração variável e ainda a forma como foi atribuído, ao longo dos anos analisados por nós, um conjunto de prémios de desempenho, nomeadamente, como no ano de 2017, a atribuição do prémio de desempenho a parte da Comissão Executiva, numa situação em que não há uma aparente ligação ao cumprimento dos objetivos previamente definidos, como seria uma prática que se nos afigura adequada.

O capítulo V tem sido, porventura, o capítulo mais criticado ao longo desta semana, ou porventura aquele em relação ao qual tenho visto maiores

críticas. O capítulo incide sobre a forma como a tutela se relaciona com a empresa e como, aparentemente, terá tido, ou não, ingerências.

Como se pode verificar, desde a sua versão inicial, o relatório incorpora e analisa o pedido de alteração do voo de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, analisa o caso da troca de frota automóvel da TAP, analisa a questão de impedimentos de contactos da TAP com o Ministério das Finanças, a presença do próprio Secretário de Estado Hugo Mendes, na preparação de uma resposta ao despacho do Governo, e também a forma como os resultados da TAP foram apresentados.

Tudo notas que tinham sido apresentadas como situações de alegada ingerência e em relação às quais, aparentemente, na versão inicial do relatório, a Relatora tinha passado ao lado.

Por conseguinte, não é correto dizer que o relatório é omissivo nesta matéria. Nada foi escondido, nada foi branqueado, os factos foram transpostos para o relatório, obviamente, cada um poderá retirar as suas conclusões. E quem tiver lido o relatório integralmente só pode concluir que realmente o documento reflete isto tudo.

Reitero que podem discordar da conclusão, obviamente, mas não podem concluir aquilo que não nos foi transmitido.

No capítulo VI foram abordados os quatro momentos que já referi, que foram entendidos como essenciais para a TAP. Foram abordadas as questões da reprivatização de 2015, o auxílio de emergência, o plano de reestruturações e as questões ligadas aos fundos Airbus, em que se avançou bastante sobre a recolha de informação, o que, nomeadamente, motivou o Tribunal Constitucional...

**O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD):** — O Tribunal de Contas...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — ... digo, o Tribunal de Contas a decidir realizar uma nova auditoria. Portanto, esta foi uma questão muito analisada.

Analisámos também outras matérias, como a contrapartida paga a David Neeleman, aquando da entrada do Governo novamente na TAP, e, apesar de haver um consenso nos depoimentos, não há, por parte dos grupos parlamentares, o mesmo entendimento quanto à necessidade e até quanto à forma como o Estado pagou esse valor, sendo que esse não-consenso também se encontra no relatório.

Em termos de recomendações, como disse já, são recomendações dirigidas sobretudo a empresas públicas, dirigidas ao Governo e à CPI.

Creio que não valerá a pena apresentar uma a uma, mas são, *grosso modo*, recomendações que visam reforçar a transparência da informação, melhorar o modelo de governo societário, assegurar uma melhor articulação entre a tutela setorial e a tutela financeira, avaliar o quadro regulatório do próprio setor empresarial do Estado e a efetividade desse regime, e assegurar normas quanto à classificação de documentos por parte do Estado.

Estas são recomendações que, naturalmente, surgem da análise dos factos, das conclusões e da perceção de melhorias que fomos tendo ao longo dos trabalhos desta CPI e que, em nosso entender — como digo, se o relatório vier a ser aprovado —, podem e devem ser equacionadas.

Por fim, um capítulo sobre o envio do relatório para o Ministério Público.

Para terminar, e sem ter a pretensão de ser exaustiva — até porque procurámos facilitar e tornar o mais transparente possível os trabalhos desta Comissão —, foi elaborado um ficheiro *Excel* onde se assinalaram todas as propostas apresentadas, as que foram aceites total ou parcialmente, bem como aquelas que não foram aceites, o que nos permite, espero, termos uma discussão mais fácil sobre as matérias e, para além da discussão, também uma votação mais fácil.

Assim, considero apenas de destacar algumas das principais alterações face à versão preliminar.

Relativamente às propostas recebidas de cada um dos grupos parlamentares, do Bloco de Esquerda, foram introduzidas algumas partes de documentos e excertos de depoimentos que visam reforçar a apresentação e a melhoria do entendimento de alguns temas, com a substituição de propostas de alteração, creio que no capítulo II, e algumas precisões e melhorias de redação ao longo do texto.

Do PCP, algumas notas como a questão da classificação de documentos, o reforço da informação disponibilizada e a transparência de processos, recomendações concretas, algumas integralmente outras parcialmente aceites — nomeadamente no que complementa notas já existentes sobre o plano de reestruturação e os seus impactos sobre os trabalhadores e as condições de trabalho — e, embora não seja uma questão de fundo, a densificação daqueles gráficos cronológicos que introduzimos no documento, apresentando alguma informação complementar e algumas datas.

Da parte do Chega, foram aceites algumas propostas que visavam densificar alguns depoimentos, completar alguns elementos e melhorar ou clarificar algumas redações do documento.

Do PS, as propostas que visavam densificar uma conclusão sobre o que pareceu ser a ausência de uma responsabilidade última — um facto que foi destacado por muitos Deputados — de garantir que se encontravam celebrados os contratos de gestão nos prazos previstos na lei, por parte das tutelas e por parte dos gestores. E, portanto, sem prejuízo do trabalho feito até ao momento, obviamente que no momento seguinte ouvirei com a mesma atenção de sempre a apresentação que os diferentes grupos parlamentares têm para fazer e quero dizer que, obviamente, o documento poderá ainda ser objeto de revisão em função daquilo que for a decisão desta Comissão.

Não devo terminar sem deixar de agradecer todo o apoio, como já disse, dos serviços, mas muito particularmente das assessorias do meu Grupo Parlamentar, que durante todo o processo estiveram totalmente disponíveis e sem as quais o meu trabalho e, sobretudo, o respeito pelos prazos, não teriam sido possíveis. Portanto, muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Relatora, uma vez mais, um agradecimento a toda a Comissão pelo esforço feito para, de facto, concluir num tempo recorde este relatório e poder apresentá-lo hoje, nas devidas condições, do ponto de vista temporal.

Vamos agora passar a um segundo momento, que tem a ver com as declarações iniciais dos diferentes grupos parlamentares. A ordem que vamos estabelecer tem a ver com a ordem de entrada de propostas de alteração e, assim sendo, iniciaremos pelo Bloco de Esquerda, depois o PCP, depois o Chega, depois o PS e por último, de acordo com a representatividade, o PSD e a IL, que não apresentaram propostas, mas que, obviamente, terão também o seu tempo de declaração inicial.

Daria, assim, a palavra, para abrir este momento de declarações iniciais, ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, não apenas enquanto Presidente da Comissão e, na sua pessoa, todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, mas também pela lisura que teve nos últimos dias, quando deu aso à sua opinião pessoal — mas também enquanto Presidente da Comissão — pelo respeito que deve existir pelos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, lembrando disso não só o País, mas em particular o Governo, quando alguns membros

do Governo não estiveram à altura desse respeito pela Assembleia da República.

Gostava de cumprimentar também os serviços da Comissão, incluindo os serviços do Parlamento que não são tão visíveis, que também fizeram um conjunto de transcrições e que nos ajudaram, de forma bastante profissional, a ter todas as condições de trabalho; creio que esse reconhecimento é devido neste momento.

Seria desejável que eu pudesse continuar nesta senda de agradecimentos cumprimentando a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora porque tenho, por um lado, a consciência de que fazer um relatório é difícil, é exigente. Fazê-lo num tempo curto, como este foi feito, é ainda mais difícil, no entanto esses cumprimentos só fariam sentido se, para lá desta vertente administrativa, que tem dificuldades objetivas, o conteúdo político estivesse de forma a que correspondesse aos trabalhos desta Comissão.

Infelizmente, não o é. Infelizmente, este relatório não assume com as suas descrições, conclusões, o resultado dos trabalhos desta Comissão e, pela primeira vez — desde que eu, pelo menos, me lembre —, há um conjunto alargadíssimo de audições, vistas por todo o País, nas quais os Deputados e as Deputadas passaram horas, e para as quais passaram horas a preparar-se, pura e simplesmente riscados da memória futura que deveria existir desta Comissão. Tivemos pessoas que vieram a esta Comissão prestar declarações, sendo que ninguém colocou em causa quer a obrigação dessas pessoas virem à Comissão, quer o facto de estarem sob juramento — sob a obrigação de dizer toda a verdade e, por isso, de estarem debaixo da alçada do poder que uma comissão de inquérito tem — e, no entanto, no final de todos estes trabalhos, estas declarações são pura e simplesmente omitidas. Este conjunto de acontecimentos, estes trabalhos são pura e simplesmente omitidos.

É incompreensível. Seria incompreensível para nós que vivenciámos essa realidade e, pelo menos, para nós que cá estivemos; mas é

incompreensível para os Srs. jornalistas, para as Sr.<sup>as</sup> jornalistas, que também estiveram aqui connosco e para o País que assistiu. Como é que nós podemos chegar ao final dos trabalhos de uma comissão de inquérito em que se diz: bem, mas há aqui audições que não contam; há acontecimentos de que nós não queremos saber e há até consequências da ação desta Comissão Parlamentar de Inquérito que nós preferimos retirar do relatório. É absolutamente incompreensível.

E falo, concretamente, nas matérias das quais o próprio Primeiro-Ministro disse que retiraria consequências políticas, relacionadas com o 1.º semestre deste ano no Ministério das Infraestruturas. É incompreensível que o Partido Socialista se preste a esta situação e por isso é sobremaneira incompreensível que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora apresente um relatório que acaba por ser um embuste, nesta vertente, ao País.

E é por isso que eu gostava de a ter cumprimentado, gostava genuinamente de o fazer porque sei o trabalho que teve, mas não o posso fazer, em nome da frontalidade que me é exigida neste contexto.

Este relatório enferma de diversas debilidades começando, em primeiro lugar, por omitir uma parte considerável dos trabalhos desta Comissão; e isso é absolutamente inaceitável.

Desses trabalhos permitir-se-iam avaliar alguns dos elementos que levaram à formação desta Comissão de Inquérito: as responsabilidades na tutela política; a forma como o Estado, enquanto acionista, se relaciona com as empresas públicas; a forma como o dinheiro público é salvaguardado no relacionamento entre o Estado e essas empresas públicas e na condução dessas empresas públicas. Todos estes objetivos estavam presentes quando o Plenário votou esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sobre isto podemos concluir, no que toca à conduta do Sr. Ministro João Galamba, que ele não está à altura de estar à frente do Ministério das Infraestruturas. Não está à altura não apenas pelo que aconteceu no dia 26 de

abril de 2023. Não está à altura porque, dizendo o Partido Socialista e o Governo que retiraram consequências de erros governamentais que decorreram até de uma certa promiscuidade entre o Partido Socialista e o Governo no relacionamento com uma empresa pública, que era a TAP, o Ministro João Galamba fez igual ou pior nesta matéria.

Depois de termos tido um Secretário de Estado que se sentou à mesma mesa, participou na reunião, ajudou a decidir uma resposta que a Administração da TAP iria mandar à tutela da qual ele fazia parte; eu pergunto se isto não é absolutamente inaceitável — e o próprio reconheceu que era inaceitável.

Depois de termos tido um Secretário de Estado a fazer isto, depois de termos tido um Secretário de Estado a dizer a uma CEO de uma empresa pública: «Olhe, veja lá isto, porque nós temos de agradar ao Presidente da República»; nós tivemos o Ministro João Galamba, que achou normal que se pudesse dizer a uma CEO de uma empresa pública: «Olhe, vá lá; vá lá reunir com eles, que eles querem falar consigo» quando «eles» eram o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o «vá lá» era nas vésperas de vir à Assembleia da República responder ao Parlamento, na função fiscalizadora que o Parlamento tem da condução das empresas públicas e da função acionista do Estado.

Afinal o Partido Socialista aprendeu alguma coisa? O Governo aprendeu alguma coisa? Não.

A mesma promiscuidade, a mesma ideia de que as empresas públicas e as suas administrações podem ser, afinal, uma extensão do braço do Governo na relação com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e na instrumentalização dos trabalhos da Assembleia da República.

E é isto normal, como nos disseram? Devemos aceitar isto com normalidade? Eu creio que nem os próprios achavam que isto era normal.

E, por isso, o Ministro João Galamba, tendo inaugurado o seu mandato como Ministro com este tipo de atitudes, depois passou o tempo remanescente do mandato agarrado a esta realidade e a tentar esconder o que se passou.

E estas pressões, estas contradições, este crescendo de dificuldades de responder ao País, porque a verdade acaba sempre por vir ao de cima — e ela estava a vir ao de cima —, fizeram com que acontecesse aquilo que aconteceu no dia 26 de abril no Ministério das Infraestruturas.

Sobre essa matéria, há algo que a Comissão de Inquérito não poderia aferir, mas deveria estar no relatório da Comissão de Inquérito: o que é que aconteceu naquela noite. Nós não sabemos, temos vários depoimentos, mas deveria estar no relatório que houve pessoas que descreveram determinados acontecimentos nas suas visões; apesar de serem contraditórias, estavam lá estes acontecimentos descritos.

Mas, mais do que isto, deveria vir no relatório que esta continuidade de um Governo que tenta esconder a sua conduta levou a que até se chamasse o SIS, para andar à procura de um computador. Isto tinha de estar no relatório, porque faz parte do apuramento das responsabilidades políticas na gestão que a tutela tem com a empresa TAP.

E há pergunta: viram as pessoas as dezenas de horas que nós estivemos a apurar esses factos? Viu o País que nós estávamos aqui, a trabalhar? Viu o País as pessoas a declararem aqui esses testemunhos? Convidou esta Comissão as pessoas para virem dar depoimento sobre essa matéria? A resposta a todas as perguntas é: sim! E então, a conclusão que é incompreensível é porque é que isto não está no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito?

É um desrespeito ao trabalho que aqui tivemos, é um desrespeito ao País e é um desrespeito a quem nós chamámos aqui para vir prestar depoimento. É que, das duas uma: ou se dizia que nós não tínhamos

competência, porque não tínhamos legitimidade para fazer aquelas inquirições; ou tendo elas sido aceites, sabendo todos nós para que é que as estávamos a fazer, não podemos agora passar uma borracha por cima, fazer de conta que não aconteceu, porque então não estamos a levar a sério o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E creio eu que se outra coisa não bastasse, isto era suficiente para mostrar que o Partido Socialista está a tentar limpar completamente a imagem do Governo com este relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. E isso, o Bloco de Esquerda não pode aceitar, não podia aceitar e apresentou propostas de alteração.

Em primeiro lugar, para repor a verdade, para dizer que há quem nesta Comissão Parlamentar de Inquérito não aceite um relatório com estas condições, com estas conclusões e repor os factos do que aqui aconteceu.

Em segundo lugar, relevar as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito ao encontro dos objetivos para os quais ela foi criada. Houve interferências do Governo, houve promiscuidade entre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Partido Socialista-Governo, o Partido Socialista-Partido e a gestão da TAP? O relatório parece querer dizer «não, nós não vimos grande coisa», quando os factos demonstram exatamente o contrário.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Claro!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E foi isso que nós propusemos, como propostas de alteração.

Aceitou a Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora? Não aceitou essas propostas.

Por exemplo, houve ou não pressões sobre esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mesmo dentro do Parlamento? Houve ou não pressões? Tentou ou não o líder parlamentar do Partido Socialista — disse-o no Plenário do Parlamento — minar a confiança que o País tinha nos Deputados, nos

serviços desta Comissão Parlamentar de Inquérito? Isso afeta ou não afeta o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito? Isso tem ou não tem, ou não deveria ter, consequências no relatório? A resposta a todas as perguntas é novamente: sim! Está alguma coisa sobre isto, aqui? A resposta é: não!

Mais uma vez, o PS a limpar a imagem do PS. O presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sem quaisquer provas, lançou uma suspeição sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, dizendo que os seus serviços, os assessores dos Grupos Parlamentares ou os Deputados e Deputadas andavam a passar informação para os órgãos de comunicação social, andavam a cometer ilegalidades. Mas não se viu ao espelho, porque quem levantou falsos testemunhos aqui foi o próprio, como o Parlamento reconheceu.

Sobre essa matéria, a palavra do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista serve para alguma coisa? Tem algum peso? Eu tenderia a dizer que sim, mas se olharmos para este relatório é o Partido Socialista que diz que não, que não quer saber do que diz o presidente do seu Grupo Parlamentar. Ora, para mim é absolutamente incompreensível.

No que toca ao processo da gestão do Estado, no período em que nos diziam que o Estado tinha um poder estratégico — não tinha a maioria ainda da participação social, tinha os 50 %, mas tinha um poder estratégico —, houve ou não a fiscalização das condições de privilégio da administração? Resposta: não houve! Está isso nas conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito? Não!

Tudo se quer fazer resumir a quê? A Alexandra Reis. Dizendo o quê? Esta é a segunda conclusão: que já tirámos daí consequências políticas. Que é como quem diz, «o caso já está arrumado, vamos virar a página.» Mas este relatório não serve para virar a página da má consciência do Partido Socialista, serve para apurar os factos.

E o facto é que o Partido Socialista disse ao País que houve uma alteração estratégica na TAP, que levou ao reconhecimento indevido — já lá vou a seguir — de direitos de David Neeleman, e dessa alteração da participação social, que dava uma competência estratégica ao Estado, o Estado não quis saber como é que a empresa era gerida, quais eram os privilégios da administração, quais eram os prémios que os administradores tinham, e de como é que, na verdade, era feita a atividade da Comissão Executiva, não quis saber nada disto. Isto foi provado, no entanto, não está no relatório.

Percebemos que existia um espaço de privilégio no Conselho de Administração da TAP, num contexto em que a TAP estava a ser descapitalizada e, a seguir, quando foi nacionalizada, num contexto em que os seus trabalhadores estavam a ser absolutamente sacrificados, alguns deles perdendo o emprego, outros tendo cortes draconianos de salários.

Disseram-nos os membros do Governo aqui, «mas a administração também teve cortes de salário.», diz-nos o relatório que a administração também teve cortes de salário. Pergunta: há algum facto que demonstre isso?

Há algum contrato de um administrador que diga «o senhor deveria receber 100, mas afinal vai receber só 70, porque teve um corte de 30% .»

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — Há! O contrato!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso existiu? Não. O que existiu foi um processo de contratação em que se disse que as pessoas iam receber «tanto», não era «tanto, com um corte», era «tanto.» Mais, enquanto os trabalhadores estavam a ter cortes de salário e alguns deles a serem despedidos, nós ficámos — com esta Comissão de Inquérito — a conhecer, que há um conjunto de benesses que aquele Conselho de Administração tinha às quais o Estado, mesmo tendo maioria no capital social, não colocou cobro,

pelo contrário, aceitou, permitiu. E creio que isso é absolutamente inaceitável.

A outra conclusão que é fundamental — e terminarei com uma frase, se me permite, Sr. Presidente —, é que, em todos os momentos, o poder público só pensa em privatização e de cada vez que o faz, prejudica a TAP.

A TAP ainda hoje paga os erros de escolhas políticas passadas; pagou, com o seu próprio dinheiro, para ser vendida, em 2015; pagou, com o dinheiro de todos nós, uma indemnização por essa venda, em 2020, e agora está sobrecapitalizada, com menos trabalhadores do que deveria, ainda com trabalhadores com cortes salariais, e a preparar-se para ser privatizada. Conclusão disto? Há alguma no relatório? A resposta é não, porque o relatório também é conivente com essas decisões políticas.

Creio que, por tudo isto, as propostas do Bloco de Esquerda, sendo factuais, merecem ser aprovadas. Não tendo grande esperança nisso, pelo menos votamos com a consciência tranquila de quem fez tudo o que podia para chamar à razão o Partido Socialista, que só se quer defender a si próprio e ao Governo.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a primeira observação que gostaria de fazer, nesta altura, tem a ver com um apelo à memória de todos nós relativamente à decisão que a Assembleia da República tomou de criar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para relembrar que o PCP, aquando desse debate inicial, sublinhou que não fazia sentido que esta Comissão de Inquérito fosse, apenas e exclusivamente, dedicada ao apuramento de factos sobre uma indemnização ou admissão de membros da Administração da TAP. Sublinhou que era indispensável, e

inevitável, que a Assembleia da República e uma comissão de inquérito se debruçassem sobre as opções estratégicas de gestão, as opções políticas, que foram levadas a cabo no contexto que levou a esses acontecimentos e a essas práticas de gestão na TAP Air Portugal.

A vida veio dar razão ao PCP, porque os acontecimentos se sucederam e impuseram uma dinâmica de trabalho a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, relativamente à gestão privada, relativamente às práticas que essa gestão privada trouxe à companhia, relativamente à privatização que deu origem a esse contexto de gestão privada e relativamente às opções políticas que prevaleceram, quer na privatização, quer na continuidade do poder assumido pelos interesses privados na TAP.

Diria que um dos factos mais politicamente significativos, que comprovam que o PCP tinha razão, foi precisamente o facto de os três partidos que votaram contra e chumbaram essa proposta do PCP no Plenário da Assembleia, serem precisamente aqueles que, quer na apresentação do relatório, quer nas propostas de alteração ao mesmo, vêm apresentar propostas, e texto, no sentido de abordar os temas que o PCP tinha proposto e que eles próprios tinham chumbado.

Cá estamos nós, então, a olhar para os fundos Airbus, a olhar para o que fez David Neeleman na gestão e na propriedade da companhia, a olhar para as circunstâncias em que o Governo PSD/CDS entregou a TAP aos interesses privados e o Governo PS optou por manter o controlo dos interesses privados sobre a companhia. Todos temas que os mesmos partidos que agora se debruçam na proposta de texto para o relatório, na altura recusaram, quando o PCP apresentou a proposta.

Aqui chegados, temos um relatório que, para o PCP, tem como problema principal a mesma opção política que está a prevalecer na atuação do Governo enquanto nós aqui estamos, que é a de apontar para o caminho

da privatização futura, enquanto se retrata e descreve, com detalhe e com profundidade, as consequências e os impactos das privatizações passadas.

Temos aqui a anatomia de um crime relativamente às privatizações da TAP e as suas consequências, e temos aqui um branqueamento completo sobre essas consequências e a aprendizagem que daí devíamos fazer para o futuro; vai daí, avança outra vez com a privatização.

Este relatório, tal como o PCP alertou desde o primeiro momento em que foi apresentada a sua proposta por parte da Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora, é um texto que está, ele próprio, construído e orientado no sentido de contribuir e de abrir esse caminho para tentar justificar, defender e apoiar uma privatização da TAP que está a ser preparada.

O PCP apresentou umas dezenas de propostas que, desdobradas nos subpontos, serão um pouco mais de 50. Essas propostas vêm no sentido de apontar, precisamente, factos que foram apurados nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito; de tirar consequências dessas evidências — que dali surgem quer do ponto de vista do andamento dos trabalhos da Comissão quer dos documentos que foram do conhecimento e que fazem parte do acervo documental desta Comissão —, desde logo nas questões mais concretas, mais específicas, de situações com fortes indícios de prática de crimes, mas também do ponto de vista de opções políticas criminosas, que também devem ser merecedoras de denúncia e de censura, como nas propostas de alteração que o PCP apresenta neste documento.

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta, então, uma série de propostas que têm, desde logo, a ver com a evidência de que as sucessivas tentativas de privatização tiveram consequências dramáticas para a TAP, em que ficou evidente como o pior da gestão privada tomou conta da empresa entre 2015 e 2020.

A questão central que se coloca, nesta fase final dos trabalhos da Comissão de Inquérito, é que o relatório sirva para apontar conclusões e

consequências do caminho percorrido e não repetir as opções desastrosas do passado. É essa a principal proposta do PCP, que destacamos: que, face à vidência esmagadora recolhida nesta Comissão Parlamentar de Inquérito — não só dos prejuízos causados pelas anteriores tentativas de privatização, mas igualmente pela estabilidade económica e financeira da companhia —, o Governo detenha, trave, o processo em curso de reprivatização da TAP e adote, com a TAP, uma relação de tutela que permita levar esta importante empresa pública a cumprir o conjunto dos seus objetivos estratégicos.

É, no fundo, entre outras, o sentido da proposta 40, que, sem qualquer surpresa, não foi aceite pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora na versão agora apresentada no relatório.

Relativamente aos fundos Airbus, a proposta que apresentamos é de uma redação alternativa para este ponto, que permita tornar claro o que verdadeiramente aconteceu. A TAP desistiu da compra dos A350 à Airbus. Por essa opção de compra, David Neeleman ofereceu 132 milhões de euros à TAP, em maio de 2015.

A Airbus entregou os aviões que vinham para a TAP a outro cliente, ganhando entre 132 milhões a 180 milhões de euros, avaliação feita pela da Airborne Capital. Deste ganho, a Airbus entregou uma parte a David Neeleman. A TAP compra 53 aviões à Airbus, no valor de 6 mil milhões, sem qualquer desconto de quantidade, esse desconto de quantidade é entregue, pela Airbus, a David Neeleman. Este usa esses fundos para comprar e capitalizar a TAP. A conclusão é que a operação lesou economicamente a TAP, gerando benefícios injustificados a David Neeleman, e exigindo a devida avaliação, em sede criminal, face às legítimas suspeitas que hoje suscita.

Propomos que, na conclusão sobre esta matéria, se acrescente que o Governo PS, nomeadamente o ex-ministro Pedro Marques, admitiu aqui ter sabido dos fundos Airbus, em fevereiro de 2016, mas não deu conhecimento

ao restante Governo, ao seu sucessor na pasta das infraestruturas e ao Tribunal de Contas, no contraditório à auditoria publicada em 2018.

Sobre o negócio da Manutenção & Engenharia (M&E) Brasil, que causou impacto económico e financeiro negativo à TAP de perto de mil milhões de euros e que durante mais de 15 anos teve a denúncia e o alerta do PCP e dos trabalhadores da TAP, sem qualquer resposta de sucessivos Governos e Administrações, importa que o relatório traduza esta realidade incontornável.

Todas as justificações apresentadas, perante esta CPI, para a entrada da TAP naquele negócio, resultaram pouco convincentes e em contradição com a realidade — desde logo quando se ignora que, em 2005, a TAP já possuía um importante peso naquele mercado —, e por isso valoriza-se esta proposta de uma rigorosa investigação às causas deste negócio, às razões por que tardaram tantos anos a acabar com ele e quem ganhou os mil milhões que a TAP perdeu com a Manutenção & Engenharia Brasil.

Entretanto, há documentos e informações solicitados por esta Comissão de Inquérito que não foram cabalmente respondidos pela TAP, e que podem ajudar a perceber melhor este processo.

Em relação à reestruturação da TAP,...

Peço desculpa, voltando atrás, sobre esta questão das contas da Manutenção & Engenharia Brasil e da TAP no seu conjunto — quer a TAP, SA quer a TAP, SGPS —, valorizamos a proposta que é aceite, no sentido de se recomendar uma imediata auditoria às contas da TAP e destas entidades, precisamente. Uma auditoria que deve ser feita pela IGF (Inspeção-Geral de Finanças), aliás, daqui a nada explicarei porque é que defendemos que não deve ser apenas para o Ministério Público que o acervo documental desta Comissão de Inquérito deve ser disponibilizado.

Relativamente à reestruturação da TAP, aquilo que a União Europeia e o Governo impuseram foi uma reestruturação em que a TAP perde

elementos centrais da sua atividade, e em que os seus trabalhadores são massacrados com cortes salariais, despedimentos, ataques à contratação coletiva e aos direitos.

Situação que contrastou brutalmente com as remunerações dos administradores, com os salários oferecidos a quadros externos para assumirem funções de chefia na empresa, com a postura perante David Neeleman e os obrigacionistas privados da empresa, que foram indemnizados ou ficaram isentos de contribuir para um plano de reestruturação — que foi, na verdade, aproveitado não para defender a TAP, mas sim para a atacar e, principalmente, os seus trabalhadores.

Por isso, apresentamos a proposta para que, face à evidência recolhida nesta Comissão, o Governo reverta imediatamente todas as medidas penalizadoras dos trabalhadores da TAP, reponha o princípio da livre e justa negociação coletiva das condições de trabalho e reforce os debilitados quadros operacionais da companhia.

Também, sem surpresa, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora tentou incorporar uma parte desta proposta, mas naturalmente que toda esta abordagem, precisamente sobre a reversão destes ataques que, ainda hoje, continuam a ser sentidos pelos trabalhadores, é algo que se torna incontornável e que importa apontar.

Relativamente às propostas de informação a remeter para o Ministério Público, já aqui foi referida a questão da informação da segurança social, que é uma das evidências que se encontram no nosso acervo documental, ou seja, pagamentos milionários, vencimentos a administradores da TAP na gestão privada que foram pagos através de contratos de prestação de serviço, com a eventual prática criminal de fuga às contribuições para a segurança social. Da mesma forma, evidências que constam da documentação desta Comissão de Inquérito sobre o pagamento, pela própria TAP, das assessorias no apoio ao Sr. David Neeleman na privatização da TAP. Ou seja, o Sr. Neeleman

contrata assessorias e consultores para comprar a TAP e depois manda a TAP pagar.

Trata-se de documentação que, muito recentemente, deu entrada na Comissão Parlamentar e é importante, naturalmente, que essa matéria seja tratada.

Para abreviar, Sr. Presidente, para não fazer uma abordagem exaustiva de todas as propostas, apenas iria mencionar propostas que têm que ver com uma necessidade de que estas informações sejam facultadas não apenas ao Ministério Público, pelas razões que são mais do que evidentes, mas também ao próprio Tribunal de Contas, que já anunciou estar em preparação, ou em elaboração mesmo, uma nova auditoria sobre a TAP e sobre as suas contas, daí que haja evidências e documentação que seja necessária neste âmbito, mas também, tendo em conta a recomendação que há pouco mencionei, e que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora aceitou, de que rapidamente se faça uma auditoria da IGF às contas da TAP.

Então, daí a proposta 45, que é a última do nosso documento, que refere, precisamente, a ideia e a recomendação de que seja, pela nossa parte, disponibilizado o acervo documental ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à IGF.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora apenas incorpora aqui o Ministério Público, nós consideramos que é insuficiente.

Mesmo a terminar, no último minuto, penso que há uma proposta de alteração para substituir uma palavra no relatório que quase que simboliza a discussão que estamos aqui a fazer. Nomeadamente, na proposta 26.2 do PCP, quando no relatório se lê: «face ao exposto bem se evidencia que a grande divergência política diz respeito à alienação do controlo estratégico da empresa, o Partido Socialista sempre defendeu que o Estado deve ter a posição de maior acionista da TAP-SGPS, face ao papel determinante da empresa na projeção internacional de Portugal». Ora, onde se lê «o Partido

Socialista sempre defendeu», nós propomos que se passe a ler «o Partido Socialista às vezes defendeu».

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra ao Sr. Deputado do Chega, o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como os Srs. Deputados e também todos os assessores técnicos que intervieram nesta Comissão, ao longo destes meses, e a comunicação social, pelo acompanhamento permanente que fez aos trabalhos desta Comissão e que permitiu que os portugueses — os mais atentos, os menos atentos, mas os interessados — tivessem uma imagem real do que se passou nesta Comissão. Estes, naturalmente, ao lerem o relatório preliminar e a versão alterada, ficaram com outra ideia que não a do que se passou nesta Comissão.

Ainda antes de chegar a esse ponto, gostava de aflorar algumas tentativas de condicionamento que ocorreram nos trabalhos desta Comissão, a começar pelo líder parlamentar do Partido Socialista, Eurico Brilhante Dias, que lançou um clima de suspeição, uma tentativa de enlamear — é este o termo — o trabalho que, de uma forma honrada, briosa, profissional e sempre com o interesse nacional acima de tudo, os Deputados desta Comissão tentaram levar a cabo.

É uma postura incorreta, imprópria e inadequada de um líder parlamentar do maior Grupo Parlamentar desta Assembleia. E, tirando uma breve declaração em Plenário, ainda não vi o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias vir a público pedir desculpa pelas conclusões precipitadas e erradas que se provou que teve.

Depois, temos um membro do Governo que, no dia em que o relatório preliminar iria ser apresentado — e não acredito que o fator temporal tenha

sido ao acaso —, tem um comportamento impróprio, deselegante e inadequado para este órgão de soberania.

Deixo publicamente o meu manifesto de agrado, de reconhecimento público em relação à reação do Sr. Presidente, o Sr. Deputado António Lacerda Sales, pela forma isenta como defendeu esta Comissão, a que preside, os Deputados, os assessores e os técnicos que nela intervieram. Foi uma posição apartidária, como se exige, e uma posição de respeito para quem trabalhou nesta Comissão ao longo dos últimos meses.

Daí o nosso reconhecimento à postura e à posição que o Sr. Presidente tomou, colocando no sítio dele o Ministro que tentou — tentou — puxar dos galões, algo que se calhar não tem, e que nos deixou com a total certeza da perceção que já tínhamos: a de que num tabuleiro de xadrez, o Sr. Ministro da Cultura assume aqueles lugares da frente e veio, nesse propósito, fazer estes tristes comentários acerca dos trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que, volto a dizer, foram feitos com seriedade e com o interesse nacional acima de tudo.

Relativamente ao relatório, importa esclarecer o seguinte, com todo o respeito que tenho pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora, não me vou referir à Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas sim ao relatório, porque eu não acredito que a Sr.<sup>a</sup> Deputada se reveja neste relatório. Não acredito. Seria de muito mau tom e seria embaraçoso para os restantes 229 Deputados desta Assembleia se a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora se revisse neste relatório. Isto não é um relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política na Gestão da TAP 2020 a 2023. Isto é um relatório do Partido Socialista, não desta Comissão de Inquérito. É um relatório do Partido Socialista, é um relatório que, de criterioso tem muito pouco, de falacioso tem muito e é um relatório que visa proteger os membros do Governo, os membros do Governo que estão nas tutelas com responsabilidades na companhia, nomeadamente o Ministério das Finanças e o Ministério das Infraestruturas, e é um relatório que visa,

acima de tudo, ir ao encontro de outro grupo parlamentar, com demasiadas referências a um período que, esse sim, estava fora do âmbito desta Comissão. Fala-se mais na gestão política da companhia de 2015 do que no período de 2020 a 2022. Estranho que nem o Partido Socialista nem o Partido Comunista tenham feito iguais referências a 1991, que foi a altura da primeira privatização, era na altura Primeiro-Ministro o Prof. Aníbal Cavaco Silva. Estranho, foram só até 2015 e não tentaram procurar mais matéria para tentar denegrir as escolhas e as opções políticas tomadas pelos Governos de direita, que, volto a dizer, não estavam no âmbito desta Comissão de Inquérito.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora faz referência à aprovação de seis propostas do Chega, três parcialmente aceites e três aceites na sua totalidade. Não nos deixa contentes, com certeza que não — o partido Chega fez dezenas de alterações, como é sabido, tanto ao nível do conteúdo como ao nível das conclusões, e as alterações que foram aceites foram alterações circunstanciais, de constatação dos factos que ouvimos, aqui, de depoimentos pelos inquiridos que foram chamados a vir a esta Comissão, e ignora pontos que nós consideramos fundamentais, pontos que, marcadamente, comprovam a existência de ingerência política na gestão da companhia.

E são vários os casos que podemos elencar. A começar por Hugo Santos Mendes, em relação a quem perdemos a conta do número de casos que provam que há uma interferência política, ou que houve uma interferência política, do acionista, Governo, na TAP, desde dizer à CEO, à data, que a porta de entrada no Governo seria o Ministério das Infraestruturas, isto porque a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Christine Widener pediu uma audiência à Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho e esta foi recusada por Hugo Santos Mendes. Desde Hugo Santos Mendes ter ido reunir com a CEO e com os advogados para, imagine-se — isto não é ficção, isto aconteceu — responder

a um despacho, a um comunicado emitido pelos Srs. Ministros das Finanças e das Infraestruturas. Isto é promiscuidade política no seu expoente máximo. Um ministério, pelo Sr. Ministro, pede esclarecimentos a uma empresa pública e é o Secretário de Estado que vai ajudar a preparar a resposta a esse mesmo pedido de esclarecimento.

Se isto, Sr. Presidente, não é a maior degradação das instituições políticas, não sei o que será. Se isto não é uma clara interferência na gestão de uma empresa pública, então não sei mais o que será. E como é que o relatório conclui? Que não há interferência política na gestão da companhia! Isto, mais do que adular os resultados, é, em primeiro lugar, passar um atestado de incompetência a quem trabalhou nesta Comissão durante vários meses. É tentar sonegar a informação aos portugueses. É tentar omitir factos claros que se passaram e que este relatório quer esconder. Não é querer mostrar, é querer esconder. E consegue, consegue porque tem uma maioria absoluta e consegue porque os votos da alteração são influenciados pelo Partido Socialista.

Mas há mais pontos: Diogo Lacerda Machado, amigo pessoal do Sr. Primeiro-Ministro, consultor para o Governo, na questão da TAP, de 2015 a 2017, de 2017 em diante vogal do Conselho de Administração da companhia, disse aqui, neste mesmo sítio, que o Governo tentou alterar, influenciar o sentido de voto que ele teria no orçamento da companhia. Isto não é interferência política, Sr. Presidente? Se isto não é interferência política, não sei mais o que é que há de ser. Falamos de casos como o de Gonçalo Pires, CFO (*chief financial officer*) da companhia, que disse aqui que desconhecia, que não tinha de saber e que assinou, porque tinha de assinar, um comunicado falso, carregado de inverdades, enviado ao regulador.

Como é que Gonçalo Pires ainda se mantém em funções como responsável financeiro da empresa? Como é que o Sr. Administrador com o pelouro financeiro não comunica à tutela que vai enviar um comunicado

falso ao mercado? Como é que a tutela ainda mantém o Dr. Gonçalo Pires em funções? Isto não aparece no relatório.

Depois, há pequenas *nuances*, que, ao mais ínfimo detalhe, conseguimos apurar, identificar e pedir a sua inclusão, mas que foram rejeitadas: Porque é que o Dr. Miguel Frasquilho disse, também neste lugar, que foi convidado por Pedro Nuno Santos para continuar na TAP? E o relatório, o que diz? Que Miguel Frasquilho foi convidado pelo Governo e os restantes por Pedro Nuno Santos. Porquê, quando o próprio assumiu aqui que foi o Ministro à data, Pedro Nuno Santos, que o convidou e lhe retirou o convite, depois deste ter aceitado?

E qual o porquê de ter retirado o convite? Não sabemos. O Dr. Miguel Frasquilho não sabia e Pedro Nuno Santos não disse abertamente o porquê de o ter feito.

Estas são questões que pedimos para serem incluídas e que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora não aceitou. Não aceitou, não porque fossem mentira, porque não são. Aliás, está provado, está nas atas, e nós socorremo-nos das atas e vimos horas e horas das audições que nós próprios fizemos. Não o fizemos para impor a nossa vontade de alterar um relatório, mas para repor a verdade de que este relatório carece.

Este relatório, Sr. Presidente, com todo o respeito que lhe tenho, envergonha-nos, faz-nos corar de vergonha. E penso que não falo só por mim. Infelizmente, este relatório não espelha o que aqui foi trabalhado, não espelha o que aqui foi dito pelos inquiridos. E este relatório, acima de tudo, lesa o bom nome de todos os que nesta Comissão intervieram.

Há muita coisa em falta, há muito por dizer neste relatório. Há muitas conclusões mal tiradas. Há muitas verdades que aqui foram ditas e que, por conveniência — e digo-o sem medo das palavras —, não estão neste relatório e deveriam estar.

E, mais do que a preocupação do Partido Socialista em querer fazer menções à privatização de 2015, devia fazer menção ao que aqui foi dito: que esta CEO foi contratada com um propósito: o de preparar a empresa para a venda.

Relembro que a Eng.<sup>a</sup> Christine tomou posse em 2020...

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — 2021!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... em 2021, perdão. E, à data, o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, diziam, «A TAP é estratégica, a TAP não será vendida». Já aqui estavam a mentir ao País!

A Eng.<sup>a</sup> Christine assumiu aqui que um dos propósitos da sua contratação era equilibrar a empresa, implementar o plano de reestruturação e preparar a empresa para a venda. Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro, de 2021 até outubro de 2022, juntamente com o, à data, Ministro das Infraestruturas, mentiu! Mentiu a esta Casa e mentiu aos portugueses, a dizer que a TAP era estratégica e não era para ser vendida. Pois então, foi desmentido. E onde é que isso está nas conclusões?

Vou concluir, Sr. Presidente. Haja coragem: ainda vamos a tempo, nesta reunião, de inverter as inverdades que aqui estão e de dotar este relatório de todas as verdades e conclusões que os portugueses merecem, porque são os portugueses que pagam o trabalho que aqui está a ser feito.

O Sr. **Presidente**: — Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista, Bruno Aragão. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Estamos ainda a iniciar esta reunião, portanto deixarei os meus agradecimentos para o fim, porque os trabalhos ainda são longos.

Há uma coisa que eu nunca tento mudar, que são crenças. Crenças não se mudam e são bastante enraizadas, portanto vou passar à frente daquilo que entendo por crenças sobre uma determinada situação, sobre uma determinada narrativa, e vou àquilo que realmente importa, que é a natureza e a génese de uma comissão de inquérito e aquilo que ela deve fazer.

A primeira coisa que ela deve fazer, e pego até em expressões anteriores, é ter uma natureza e um conteúdo factual, e muito menos uma natureza e um conteúdo político. É isso que lhe dá, de facto, a diferença.

Portanto, vou-me abster, pelo menos nesta fase — teremos tempo de debate —, de estar sempre a falar neste partido, naquele partido, nos outros partidos. Antes, vou-me deter um pouco mais naquilo que foram os nossos trabalhos.

Em primeiro lugar, parece-me que o respeito pelas pessoas e o respeito pelas audições passa por nos centrarmos nas respostas das pessoas e não nas perguntas que lhes fizemos. Esse é que é o maior respeito que podemos ter pelas pessoas que aqui ouvimos.

Dou um exemplo que tem passado muitas vezes e que acho que é ilustrativo. Independentemente do que as pessoas dizem, das respostas que nos trazem, se nós mantemos a pergunta, vamos ter divergências, seguramente, neste relatório. E vou dar um exemplo que aqui já foi citado, como é o da participação, ou da presença, do ex-Secretário de Estado Hugo Mendes na reunião que preparou o comunicado ou o documento que a TAP veio a enviar, a pedido da tutela. Podemos ter todos uma determinada crença sobre isso e mantê-la. Pronto, nada a fazer. Podemos ter dúvidas e questionar, e a própria questão que fazemos pode ter ela, em si e pela forma como a estruturamos, uma determinada resposta. Pronto, aí é à liberdade de cada um.

Mas há uma coisa que não pode acontecer: é que, ouvida a resposta, a ignoremos. Isso é que desvirtua o que deve ser o relatório de uma comissão de inquérito. E, pegando neste caso simples, qual foi a resposta a essa questão? E a resposta foi, «Estive presente na reunião», facto confirmado pelo ex-Secretário de Estado. Deve estar no relatório, e está. Participou, influenciou, redigiu, disse alguma coisa sobre como deveria ser esse texto? Resposta do Secretário de Estado: «Não». O que deve estar no relatório é «Não».

Eu posso achar que o Sr. ex-Secretário de Estado mentiu, que cometeu perjúrio. Posso até afirmá-lo. Não posso é dizer que ele disse uma coisa que não disse.

E este é só um pequeno exemplo de coisas que vamos ouvindo repetidamente, independentemente da resposta que a pessoa ou que as pessoas nos trouxeram. E isso é que não pode constar num relatório de uma comissão de inquérito.

O segundo ponto é sobre uma forma interessante de discutir, que é falar no plural. Nós podemos falar no plural e dar, então, um carácter mais geral, mais abstrato, a uma determinada ideia. E temos vários exemplos onde isso foi feito sistematicamente ao longo desta Comissão de Inquérito. Tem sido feito, até, na discussão deste relatório, não só pelos membros desta Comissão de Inquérito, mas um pouco pelo País.

Vou dar alguns exemplos do que é falar no plural. Temos uma situação concreta, clara, lamentável, assumida, de um *e-mail* do ex-Secretário de Estado para a ex-CEO da CP...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Da TAP!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Dantas** (PSD): — Essa é já a próxima!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... da TAP — peço desculpa, quem anda muito de comboio, tem estas prerrogativas — sobre um voo do Sr. Presidente da República.

Há um *e-mail* de um voo do Secretário de Estado para a ex-CEO da TAP, em resposta a um *e-mail* da própria CEO da TAP. Quantas vezes é que ouvimos falar de voos, rotas, alterados várias vezes, sistematicamente? Há um caso triste, lamentável, que nunca deveria ter acontecido, acho que todos partilhamos esse sentimento, que foi assumido pelo próprio. Mas continuamos a ouvir sistematicamente que houve alteração de voos, pressão para mudar rotas. Este é um caso.

O segundo caso, que é, até, o que eu acho mais curioso, são as «reuniões secretas». Falamos abertamente sobre elas, porque agora já temos essa margem. Reuniões secretas.

Portanto, surge, na segunda audição... Aliás, na terceira audição, exatamente, um *e-mail* de uma reunião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que teve um Deputado — essa luta já não travamos, porque continuará a aparecer «Deputados», portanto, o plural é mais interessante, de facto, tem mais picante — com a ex-CEO da TAP.

Quantas reuniões secretas já se imaginaram, já se idealizaram, a partir dessa? Quantas perguntas foram feitas como «Reuniu com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista?» Várias vezes. Quantas respostas disseram, «Reuni, sim»? Nenhuma. Nenhuma em sede de Comissão. O que é que continuamos a dizer? «Reuniões secretas.»

E vou dar, até, um exemplo de uma reunião que passou como uma reunião secreta até termos o contraditório da outra pessoa que pode ter participado nessa reunião — que é uma coisa que também aconteceu aqui com alguma frequência, não se esperar pelo contraditório, pelas pessoas que, tendo participado nesses processos, nos podiam ajudar a inferir a verdade e a linha do tempo —: a reunião do dia 5 de março de 2023 entre o Sr. Ministro

das Finanças e a ex-CEO da TAP. Se fizerem uma pesquisa rápida no Google, vão encontrar várias vezes a notícia «Reunião secreta no Ministério das Finanças». Aconselho-vos a fazer esse exercício, porque é um exercício interessante. «Reunião secreta.»

Depois, quando pudemos inquirir os participantes e ficou esclarecido que essa reunião, primeiro, não foi secreta, e segundo, foi formal, e o que é que foi discutido nessa reunião, o que é que se continua a dizer? Reunião secreta.

Terceiro exemplo do que é falar no plural e fazer, assim, um bolo mais alargado que vai permitindo construir uma determinada narrativa que de factos não tem nada: indemnizações a administradores.

Podemos ter todos uma determinada visão sobre isso, uma determinada perspetiva, mas há uma coisa que não podemos fazer: é pegar no bolo todo, amarrá-lo bem e dizer «Aqui está», independentemente do período ou dos períodos em que isso tenha acontecido.

Ao longo destas sessões falámos, sobretudo, em 13 indemnizações deste tipo. Temos os nomes, temos os valores, temos essa informação toda. Sabemos que houve 13 situações de indemnização a administradores, e depois, perguntando — e também vos incentivo a fazerem uma pesquisa — «Onde é que isto aparece e como é que aparece?», porque resulta das perguntas e da forma como se fazem as perguntas, vemos que aconteceu entre 2019 e 2023. Está em imensos sítios, e resulta de uma pergunta e da forma como ela foi feita, não da resposta.

Tudo isto por uma coisa simples: é que isso amarra períodos diferentes. Períodos em que a empresa tinha uma gestão privada, ainda com participação pública a 50 %, e períodos em que a empresa era totalmente pública.

Destas 13 indemnizações, quantas é que aconteceram no período em que a empresa era totalmente de gestão pública? Uma, a de Alexandra Reis,

que deu, até, origem a esta Comissão. Todos os outros casos, independentemente da avaliação que temos de fazer sobre eles, e bem, ocorreram no período em que a gestão era privada, e nem estou ainda a entrar nas qualificações.

Portanto, falar no plural pode ser uma forma de construir determinada realidade, mas não torna essa construção em factos efetivos.

Um quarto ponto é, enfim, aquilo que cada um procurará evidenciar mais ou menos, e tem a ver, naturalmente, com a visão que traz sobre as coisas.

Há é um percurso que não podemos evitar — assumidamente, o Partido Socialista não o evitou —, que é falar sobre a TAP e sobre o que é que, na TAP, é mais ou menos da responsabilidade do Partido Socialista, sem evitar, até, temas que aparentemente podiam ser mais difíceis.

A VEM Brasil está no relatório, o impacto financeiro que possa ter tido sobre a TAP está no relatório. Depois, o período de privatização está no relatório, sem qualificar a decisão política dessa privatização, mas avaliando, sobre ela, com os dados que temos hoje e até com aqueles que já chegaram na fase final desta Comissão de Inquérito. Também o período da recompra e as próprias conclusões que o Tribunal de Contas (TdC) traz, ou o que o Tribunal de Contas afirma do risco acrescido que trouxe esse período, e que também consta do relatório. E, depois, o plano de reestruturação e o que aconteceu naquele período de 2020. De tudo aquilo que aconteceu, esta é talvez a questão onde encontramos mais unanimidade em todas as audições. Mais uma vez, podemos ficar com a crença inicial — e ela é legítima —, ou podemos ficar com a pergunta e ignorar a resposta. Porém, à pergunta sobre se o Estado devia ou não ter tomado uma posição e, num período de pandemia, ter salvo a TAP — que foi a expressão mais utilizada, por toda a gente — a resposta foi esmagadoramente «sim». Nós podemos discordar, isso é politicamente legítimo, não podemos é dizer que essa não foi a resposta

de praticamente toda a gente — para não dizer toda a gente! — que esteve nesta Comissão.

Depois, podemos saltar para a fase seguinte, ou seja, tendo decidido isto, qual é a modalidade: se deve ser aquela que foi adotada ou se deve ser outra. Essa é novamente uma discussão interessante, mais política, mas que, depois de tomada, nos importava a nós averiguar se foi correta, legal, transparente — e que é, aliás, o objetivo desta Comissão de Inquérito.

Mais uma vez, não há unanimidade sobre essa modalidade, e isso está no relatório, mas há uma ampla maioria que o reconhece. Mais uma vez, podemos continuar na crença inicial, podemos ficar só pela pergunta ou podemos considerar a resposta ou as respostas que aqui nos trouxeram.

Foi desta forma que olhámos para o relatório que a Sr.<sup>a</sup> Relatora apresentou. Foi sobre ele que debruçámos a nossa análise e foi sobre ele que trouxemos um conjunto de propostas — minimal, não há problema em assumi-lo, foi relativamente reduzido — de que sentimos falta e que achámos que poderia vir a ser clarificado.

Uma proposta foi para que não fiquem dúvidas sobre o que aconteceu relativamente aos contratos de gestão — quem tinha e quem não tinha — e ao seu incumprimento. A outra proposta foi relativa ao processo e à crença inicial sobre a NAV. Recordo a história inicial desta Comissão de Inquérito, pois nessa altura a narrativa estava relativamente consolidada: há alguém que sai da TAP por uma determinada razão e vontade, depois vai para a NAV com uma ligação direta e, por último, vai para a Secretaria de Estado do Tesouro, também com uma ligação direta. Passaram-se tempos e tempos com isto, até termos o contraditório, como é evidente.

Por fim, aquilo que nos pareceu importante, foi aditar, ou melhor, antes de aditarmos, o que nos pareceu importante foi fazer uma proposta simples e muito clara, dizendo que ficou demonstrado que a tutela setorial não impediu a empresa de se articular com a tutela financeira. E porquê esta

questão? Na verdade, durante audições e audições ela foi colocada nas perguntas, mas não nas respostas, pois a maioria das respostas diz «não sei», «não fui interveniente». Contudo, foi colocada nas perguntas, a partir de uma mensagem da qual só tínhamos uma parte — que foi repetida e repetida, até simplificada, nem sequer utilizada nos termos em que estava —, até que tivemos o contraditório. Nesse contraditório, tivemos todo o diálogo, e mais uma vez o diálogo mostrou que não foi assim. Podemos continuar na crença, ou então podemos acreditar na audição que fizemos e na transcrição que se fez dessa conversa. Isso já é outra conversa, mas o facto é este.

Por fim — e assim termino, Sr. Presidente —, propusemos o aditamento de uma recomendação em duas alíneas, a qual, na verdade, procura, enfim, ajudar a encontrar soluções para que casos que todos achamos que não devem acontecer possam ter mecanismos que os dificultem, que os impeçam ou que facilitem a gestão pública — e foi isso que fizemos.

Teremos, naturalmente, tempo para discussão, até porque, enfim, como nunca houve dificuldade de a fazer. Até temos, em sede desta audição, mais tempo dedicado do que o tempo que teremos para o debate do Estado da Nação.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados, as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Jornalistas e toda a equipa de apoio à nossa Comissão.

Queria começar por agradecer e por relevar a forma elegante e serena com que o Sr. Presidente, no exercício da presidência desta Comissão, sempre pautou a sua atuação. Este também é o momento de trazer um

episódio infeliz, que foi protagonizado por mais do que um membro do Governo, e no qual se teceram considerações insultuosas e injuriosas a esta Comissão. O Sr. Presidente, em boa hora e oportunamente, fez saber da gravidade deste tratamento entre órgãos de soberania, que mais não foi do que, cirurgicamente, aproveitar uma oportunidade para lançar uma cortina de fumo e para voltar a proteger o Governo socialista — neste caso, da recente queda do então Secretário de Estado da Defesa.

Isto é lamentável, absolutamente lamentável, porque as instituições têm de se dar ao respeito para serem respeitadas. Isto foi mais um exemplo em que o Governo não o fez, ultrapassando todos os limites do que é o relacionamento institucional, pondo o seu interesse e a sua salvaguarda à frente.

Acresce dizer que a atitude do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista também foi muito infeliz, foi muito incauta, foi muito precipitada, tendo sido cabalmente desmentido por aquilo que foi o resultado das averiguações conduzidas pelo Parlamento. Era devida uma desculpa a esta Comissão — aos Deputados e aos Serviços —, que fosse entendida como um reparo desta outra tentativa de pressão, oriunda de dentro do Parlamento.

Não posso deixar de dizer — em honestidade até intelectual — que também teríamos sentido um conforto adicional se para além, naturalmente, da atitude do Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Presidente da Assembleia da República tivesse podido dar o seu respaldo a este protesto, face à forma como esta Comissão e a própria Assembleia, ao fim e ao cabo, foi tratada.

Vamos agora ao tema do relatório que, propriamente, está em análise. Apesar da intervenção que vimos há pouco — do Sr. Deputado Bruno Aragão, na linha de minimizar ou branquear, com exemplos soltos, os cinco meses de audições —, esta Comissão é única e singular, desse ponto de vista.

Provavelmente, não terá havido, na história da democracia, uma Comissão Parlamentar de Inquérito tão seguida pelos meios telemáticos que hoje estão disponíveis e, portanto, o País e os portugueses viram, até à saciedade, tudo o que foi aqui tratado e dito, na primeira pessoa.

Qualquer relatório que queira — como este quer — branquear e desresponsabilizar o Governo, não vai surtir efeito. É um exercício de satisfação da maioria parlamentar e do Partido Socialista, e tão somente isso. Senão, vejamos: quando se olha para a própria apresentação do relatório, que a Sr.<sup>a</sup> Relatora há pouco fez, concluímos que o que se retira de cinco meses de trabalho desta Comissão, bem como do seu relatório, são recomendações para oportunidades de melhoria do Governo para cumprir a lei, nomeadamente do setor público e empresarial. Isto é notável, pois o Governo já tem de cumprir a lei, nomeadamente no que diz respeito ao regime do Estatuto do Gestor Público e aos contratos de gestão.

Esta recomendação do relatório é uma forma simpática, um floreado de narrativa que esconde aquilo que foi aqui retratado. Isto não pode acontecer. Este relatório é o melhor relatório para o Sr. Primeiro-Ministro António Costa. Seguramente, com base nestas conclusões e neste relatório, ele, de facto, não tem mais nenhuma consequência política a retirar. Pode ir de férias e pode ir a banhos descansadíssimo. Desse ponto de vista, a maioria do rolo compressor do Partido Socialista trabalhou bem.

Recordo que nós fomos muito dialogantes e, em particular, os vários requerimentos do PSD nesta Comissão, sobre os acontecimentos do dia 26 de abril, foram todos chumbados pelo Partido Socialista. Portanto, o diálogo não se faz só num sentido e não basta dizer que somos uma maioria dialogante quando os pacotes da habitação, os pacotes estruturais da saúde, os pacotes que o Partido Social Democrata apresenta são todos chumbados pelo rolo compressor. Portanto, é preciso deixar a retórica e olhar para a realidade concreta.

Vamos, agora, ao tema da ingerência. Eu diria que, ao fim destes cinco meses, já estamos numa fase em que ultrapassamos a ingerência. Nós estamos ao nível da promiscuidade, com a questão da ligeireza da reunião secreta.

Vamos lá a ver se nos entendemos: ninguém percebe que na véspera da vinda da Presidente Executiva da TAP a uma Comissão Permanente da Assembleia da República — com o objetivo de cumprir o escrutínio da atividade dos vários intervenientes que interagem com a Assembleia da República — tivéssemos uma reunião onde se combinaram perguntas e respostas. O próprio Presidente da Assembleia da República recomendou que estas reuniões não voltassem a acontecer, como me parece óbvio, pois tem que ver com a transparência e com a forma de estar. As instituições não funcionam com pré-combinação de perguntas e respostas. Isso não existe! Portanto, este é mais um exemplo que ultrapassou a ingerência e passou para a promiscuidade.

Há aqui outra questão importante, quando o Sr. Deputado Bruno Aragão — e eu percebo-o — quer fazer crer que o *e-mail* sobre a alteração do voo, em particular, foi o único que aconteceu. A conversa para acertar o modo e a forma de não apresentar publicamente as contas, ou quando se tecem considerações sobre aquilo que são prémios de gestão — isto são ingerências e foram aquelas que efetivamente apurámos, não esquecendo as centenas de *e-mails* onde estão registadas as minhas várias intervenções, que não constaram da documentação que nos foi enviada pelo Governo. Portanto, é evidente que esta Comissão também faz uma amostragem, e não podia ser de outra forma, caso contrário estávamos aqui 20 anos a ver as trapalhadas.

Agora, é evidente que aquilo que foi demonstrado, factualmente, não pode ser ocultado do relatório final, não pode haver essa ocultação. E está ocultado — está ocultado ou com ligeireza ou remetendo para a ideia de que

são factos muito sensíveis, mas isso não é nada! Esta é a melhor solução de desculpabilização do Governo, e isso é completamente inadmissível.

Vamos, ainda, olhar para as pseudo intervenções da IGF e da DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças), concretamente para o tema do despedimento da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, que é um tema central da nossa avaliação. Nós assistimos, aqui, ao depoimento destas duas direções — se assim se pode chamar —, destas duas entidades da administração do Estado, em que uma delas reconhece que assina de cruz o conteúdo que veio do Sr. Ministro das Finanças. Isto é absolutamente lamentável, pois não queremos uma Administração Pública acrítica a este nível. Não queremos uma Administração Pública que assina de cruz aquilo que os Srs. Ministros querem, para lhes dar mais jeito. Isto é lamentável, e nada disto consta deste relatório.

Tivemos uma Inspeção-Geral de Finanças, órgão escolhido, em que o Inspetor admite que para o carro para atender uma chamada e para mudar o sentido de um relatório, a pedido do Sr. Ministro das Finanças, isto porque, de facto, há um problema na informação sobre a execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

Mas isto o que é? Que raio! Como é que se pode confiar num organismo desses e na sua isenção, quando se veio a descobrir ser este o único suporte legal para o despedimento da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis? É evidente que, no fim, tudo isto cozinhado não vai dar bom resultado. É preciso que o Sr. Ministro das Finanças seja devidamente responsabilizado no caso de — como nós já alertámos — vir a ocorrer uma indemnização por essa razão formal. Nenhum destes factos consta do relatório, e isso é absolutamente inadmissível.

Mas temos mais: os factos do dia 26 de abril não são factos à parte, pois são, em primeiro lugar, factos que ocorreram, segundo todos percebemos, suscitados pelo pedido de documentação que esta Comissão

fez. Foi, digamos, o que espoletou, de algum modo, toda aquela situação desagradável, que configura, em si mesma, uma forma de atuação do Governo, de um Ministério e de um Ministro da República que não é aceitável em qualquer tempo, sob qualquer Governo, sob qualquer regime. É absolutamente inaceitável.

O Sr. Ministro já não tem condições, como se viu aqui no seu depoimento, para exercer a sua função. Está politicamente diminuído. E todo esse exercício de proteção, explícito no âmbito do relatório, de só à segunda tentativa constar uma ténue referência é absolutamente inaceitável.

Estamos a branquear a situação escandalosa do Ministro João Galamba, a que todos assistimos nesta mesa? Nunca pensei vir a ouvir o que ouvi aqui do Ministro João Galamba, e acho que nenhum português pensou.

Portanto, não é possível, de forma nenhuma, isto estar oculto neste relatório. E está.

Mais, muitos dos relatos desta noite podem eventualmente configurar crimes...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — Então?!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... que foram muito relatados, e nada disto tem o relativo relevo que deveria ter neste relatório.

Não posso também deixar de dizer que, olhando para as questões estratégicas da companhia, há aqui coisas que são muito relevantes.

Temos, em 2017, um processo de recompra. Temos uma nacionalização em 2020, correndo com os privados. Temos a injeção de 3200 milhões de euros, em que não ficou claro que o Governo fez todas as tentativas, em conjunto com a gestão da companhia, para encontrar alternativas à nacionalização— pelo contrário, havia a intenção política de nacionalizar.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Está lá!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não está, e esta é a questão de fundo. E agora estamos na situação em que, depois de nacionalizada, vamos reprivatizar.

Portanto, há aqui um Governo socialista que, em 2011, faz um acordo da troica para privatizar, recompra em 2016 e 2017, nacionaliza em 2020 e agora, à pressa, quer outra vez privatizar. Tudo à custa, pelo menos em 3200 milhões de euros, dos portugueses. Nada desta avaliação política consta desse relatório. É completamente omissivo.

Este relatório, do ponto de vista das questões fundamentais em torno das pessoas que foram aqui ouvidas, tem zero. E esta é que é a questão. As pessoas que aqui vieram receber sempre perguntas de todas as forças políticas. Nenhum partido aqui sentado pode dizer que aquela pessoa não deveria ter estado aqui, porque todos anuíram e todos perguntaram e ouviram exatamente as posições. Isto tinha de estar tudo vertido no relatório e não está, convenientemente não está. Isso, para nós, é imperdoável.

Aliás, há aqui uma narrativa que começou logo em algum momento, que foi querer dizer que esta Comissão não estava a tratar da TAP. Foi inteligente, por parte da maioria, começar a passar essa narrativa, mas ela não passou, porque a TAP foi central, é central, quer no que foi aqui dito presencialmente quer no enorme acervo documental que consta desta Comissão.

Tivemos foi de, paralelamente, lidar com um conjunto de factos escabrosos da gestão pública de um Governo socialista, que confunde o Estado com o partido e com o Governo. É tudo a mesma coisa.

E, nesta circunstância, não contávamos, nenhum de nós, com termos de lidar com o lamaçal político e governamental que foi trazido aqui pelos

vários intervenientes. Com isso é que não contávamos. Mas isso não impediu a nossa lucidez sobre as questões estratégicas e a verdade dos factos sobre a TAP. Essa parte é que deveria constar do relatório, e não está.

É por estas razões que o Partido Social Democrata vota contra. Não pode ser conivente com esta tentativa de esconder o que é a verdade. Não contem nunca connosco para fazer esse teatro.

Vamos apresentar as nossas conclusões,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — É um relatório paralelo...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... e quem as for ler e tiver assistido a estas audições e a tudo o que se passou nesta Comissão não terá a mínima dúvida de que será um retrato factual, sem maquilhagem, sem favor, sem jeitos a Governo nenhum ou a partido nenhum.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, também queria começar por lhe agradecer todo o seu trabalho, toda a sua isenção e correção durante o decurso dos trabalhos e agradecer também, obviamente, aos serviços da Comissão, que foram sempre extraordinariamente acessíveis em tudo o que precisávamos.

Antes de começar, queria só fazer aqui umas notas rápidas, porque até estava a escrever a declaração de voto, lá em cima, mas estava com a televisão ligada e ouvi o Sr. Deputado Bruno Aragão e tive de apontar algumas coisas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Fico contente com isso!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É um *upgrade*!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A primeira é em relação à resposta do despacho do ex-Secretário de Estado Hugo Mendes. Para que fique aqui também em nome do rigor, de que sei que o Sr. Deputado gosta, quero dizer que, se for ver a ata dessa reunião — e lembrava-me, porque foi em resposta a mim —, Hugo Mendes admite que fez uma sugestão, deu uma contribuição para as respostas ao relatório.

Sr. Deputado, tenho aqui a ata no computador aberta, posso mostrar-lhe. O que o PS colocou no relatório foi a declaração inicial de Hugo Mendes. Depois, se for ver a ata toda, vai ver que ele disse isto — posso mostrar-lhe, tenho aqui a ata aberta — e foi em resposta a mim. Também é fácil de ver, porque depois pode ir ver aos *e-mails* a que a Comissão tem acesso, e também é fácil de concluir que a sugestão que o Sr. Hugo Mendes deu, que nem era nada de extraordinário — não tenho problema nenhum em admitir isso —, por acaso, foi depois incluída na resposta da TAP, e o Sr. Hugo Mendes admite que não viu a versão final, mas está lá. Mas pode ir ver a ata, se quiser.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Eu conheço essa ata!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Até usando o meu tempo, não tenho problema nenhum, digo-lhe que está na página 83 da ata.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Eu sei!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — De resto, queria dizer também, sobre a reunião preparatória entre a CEO, o Grupo Parlamentar do Partido

Socialista e o Governo, que realmente se perguntou a três ou quatro pessoas se tinha havido algumas reuniões preparatórias, e as pessoas, felizmente, disseram que não, o que achei muito curioso, porque havia uma série de agentes políticos do Partido Socialista a dizer que as reuniões eram normais. Afinal, eram tão normais, que nunca tinham acontecido, só tinham acontecido uma vez.

Depois, queria dizer também, sobre o facto de haver uma maioria de respostas que indicam uma certa posição, que isso me parece, em muitos casos, normal, tendo em conta que a maioria das pessoas que vieram cá responder também estavam ligadas ao Partido Socialista. Isso é normal, tendo em conta que o prazo temporal da Comissão, maioritariamente, tinha que ver com os governos socialistas e, por isso, é normal que assim tenha sido.

Mas quero dizer também que, quando as opiniões eram minoritárias, foram largamente...

*Pausa.*

Ficámos sem microfone, já voltou.

Isso vê-se, por exemplo, em que, quando as opiniões eram minoritárias, foram claramente ignoradas e vê-se, por exemplo — sei que não gostam disto —, em relação à questão da interferência política, quando o Dr. Manuel Beja disse que havia interferência política. Não vejo essa citação no relatório, ou os depoimentos de David Neeleman, o depoimento de David Neelaman. Quer dizer, é o acionista da companhia e o seu depoimento é completamente ignorado no relatório inteiro. Não percebo como é que é possível ser o acionista da companhia e o depoimento ser ignorado no relatório todo. Todo! E o senhor recebeu não sei se foram centenas, mas largas dezenas de perguntas.

Queria referir também ainda um último ponto, em relação à questão dos pagamentos. A pergunta foi feita com o último pagamento de saída, porque era assim que estava no *slide* do estudo, mas obviamente concordo consigo nessa análise, que tem de se ver do início, do primeiro pagamento até... Aliás, não foi isso que disse, mas até tento aqui algum consenso, que é que tem de ser desde o início, do primeiro pagamento, até à data do último pagamento, e isso obviamente abrange os dois períodos de gestão.

Por último, quero concordar com o que diferentes Deputados de vários grupos parlamentares disseram aqui, que houve, obviamente, uma grande pressão política também sobre esta Comissão, com diversas intervenções, não só de Deputados, Líderes Parlamentares e até, mais recentemente, Ministros do Governo socialista.

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Paulo Rios de Oliveira.*

A respeito ao relatório em si, a Iniciativa Liberal não apresenta propostas por um motivo: é que não podemos compactuar com este relatório e apresentar propostas de alteração. Seria, de alguma forma, compactuar com este relatório e nós, lamentando a expressão, «não somos idiotas úteis de ninguém», nem os portugueses.

Houve muitas coisas que foram ditas e que foram ouvidas e que não estão aqui. Obviamente, a mais grave de todas é o capítulo em relação aos serviços secretos, a potenciais crimes que foram descritos aos Deputados e a todos aqueles acontecimentos. Falta um capítulo inteiro sobre isso. Repito: um capítulo inteiro. Por isso, não podemos compactuar com isso.

Depois, há toda a questão da interferência política. Agora, escuso de estar a repetir os vários casos, que ainda agora o Sr. Deputado Paulo Moniz acabou de citar. Para além disso, os três depoimentos, de que falei

anteriormente, também são ignorados, não estão no relatório.

Além disso, em relação aos processos de reestruturação e de reconfiguração de capital, há muitas coisas que estão imprecisas, digamos assim, ou que estão incompletas. Em relação, por exemplo, ao processo de 2017, tivemos aqui a confirmação, por parte do ex-Ministro Pedro Nuno Santos e de João Leão, de que aqueles 55 milhões, depois pagos em 2020, só aconteceram porque o Governo do PS, em 2017, mudou o acordo, abrindo assim a possibilidade a David Neeleman de recuperar essas prestações, e isso não está claro no relatório, mais uma vez.

Há outras questões, relativamente a 2020 também, e há questões até transversais, como o facto de nenhuma das operações, incluindo a de 2015, ter tido estudos de custo-benefício e análise de cenários, como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) recomenda.

Além disso, temos obviamente a questão da gestão irregular na TAP, com vários casos. Temos o caso de Alexandra Reis, obviamente, em que me parece que, também mais uma vez, não está clara a responsabilidade dos ex-governantes naquilo que está escrito no relatório, e outras situações como, por exemplo, no próprio processo de venda, o facto, que também ficou conhecido, de a Evercore estar há um ano a trabalhar sem contrato. Isso, por exemplo, também não está no relatório e é altamente irregular, para não dizer mais.

Por tudo isto, estes são os quatro pilares principais, digamos assim, da nossa posição, quer em relação ao relatório quer em relação ao facto de apresentarmos ou não propostas de alteração.

Face a isto, obviamente, não podemos votar a favor. Consideramos que os Deputados estiveram aqui muitas horas, fizeram muitas perguntas, tiveram muitas respostas. Diria que uma grande parte, para não dizer a maioria, dessas respostas foram ignoradas e não estão no relatório e, por isso,

tendo em conta até o prestígio da Assembleia da República, iremos votar contra este relatório.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, cumprimento todos. Vamos, agora, entrar no segundo momento desta reunião,...

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente António Sales.*

... mas, se me permitem, passaria, desde já, a palavra ao Sr. Presidente, que já está connosco.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Srs. Deputados, então, dando continuidade ao que o Sr. Vice-Presidente dizia, vamos entrar num segundo momento desta nossa Comissão.

Este segundo momento é a abertura do debate e esse debate vai ser feito de acordo com um determinado critério. O critério pelo qual se optou é o da sequência das rotações das audições. Por conseguinte, a última audição que tivemos foi ao Sr. Ministro das Finanças e agora damos sequência a essa rotatividade, que tínhamos durante as diferentes audições.

Cada partido disporá de 20 minutos, que deverá gerir em duas rondas diferentes, uma primeira ronda de acordo com a sequência de que ainda há pouco falei, em que iniciará o Bloco de Esquerda, depois o Partido Socialista, depois o Partido Social Democrata, o Chega, a IL e o PCP, e o debate será feito nestas duas rondas, podendo gerir o tempo como muito bem entenderem. Se, numa primeira ronda, gerirem 3 ou 4 minutos, terão o tempo restante para os 20 minutos para a segunda ronda.

No final do debate, a Sr.<sup>a</sup> Relatora terá também o mesmo tempo, de 20 minutos.

Assim sendo, e para iniciar esta primeira ronda, vou dar a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na forma da distribuição dos trabalhos desta Comissão, seria de esperar que, na ronda anterior, existisse uma apresentação de propostas e uma elaboração sobre o conteúdo de outros Grupos Parlamentares e que, agora, pudessemos abrir um espaço de debate mais alargado, até para poder responder a dúvidas e a quaisquer questões que se colocassem, trabalhando para chegar à forma de aprovação de propostas de alteração e melhorando o relatório.

Percebemos, pela intervenção do Partido Socialista, que esta segunda fase não servirá para isso, que era o que previamente estava estipulado. O Partido Socialista já disse, logo na introdução anterior, que foi muito para além da apresentação das suas próprias propostas, que tudo o resto que não foi aceite até agora não é para ser aceite. É uma escolha do Partido Socialista.

Não justificou foi devidamente essa posição, a não ser com uma proteção partidária.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Lá está!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Esse é que é o ponto frágil da posição. Cada Deputado e cada Deputada — a Sr.<sup>a</sup> Relatora em primeiro lugar, mas todos os outros também — tem obrigações especiais e poderes especiais por estarem numa comissão parlamentar de inquérito. Isso não nos obriga, quando entramos por aquela porta, a despir a nossa ligação aos partidos que representamos, aos cargos que temos e às listas e programas

políticos pelos quais fomos eleitos, mas obriga-nos a ter uma responsabilidade adicional para com a verdade.

À pergunta «Houve ou não audições que foram pura e simplesmente obliteradas do relatório?», a resposta é «Houve». Foi devidamente explicado porquê? Não, porque a resposta que o Partido Socialista nos dá é incoerente com a conduta do Partido Socialista e dos seus Deputados sobre esta matéria, uma vez que nos diz que estas audições, a consequência delas e o seu conteúdo, não estão no relatório, pois, na prática, não estão no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas algum Sr. Deputado ou alguma Sr.<sup>a</sup> Deputada foi obrigado, coagido ou forçado a estar nas audições? O Partido Socialista, que tem maioria absoluta, viabilizou estas audições sob ameaça? Havia aqui alguém à porta que estava a impor alguma coisa ao Partido Socialista? Não.

Bem, mas, em forma de protesto, o Partido Socialista nem sequer fez perguntas nestas audições porque estava contra a sua realização. Não. Se bem me lembro, fez — e fez muitas perguntas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não era só aos restantes partidos que assaltavam dúvidas, não eram só eles que queriam ter esclarecimentos. Não, não! O Partido Socialista participou, fez muitas perguntas. Nas audições e nos temas que não estão no relatório, o Partido Socialista fez as três rondas! Em algumas, fez mais perguntas do que eu.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Também é normal!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É estranho, então. Havendo curiosidade, havendo participação, havendo decisão, chegamos ao relatório

e há ali um enorme buraco. Porquê? Porque no final, quando estavam a juntar as atas todas, a ver as declarações, olharam para aquilo e pensaram: «Ah, isto não pode estar no relatório, não devia ter acontecido.» Se houvesse uma música de fundo, era «Ó tempo, volta para trás». É esta a conclusão a que chegamos aqui. O Partido Socialista queria que o tempo voltasse para trás.

Para quê? Para que não tivesse havido a violência no Ministério das Infraestruturas? Que o tempo voltasse atrás para que não houvesse o recurso ao SIS? Que o tempo voltasse atrás para que não houvesse as reuniões entre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Governo e a CEO da TAP, para condicionar os trabalhos da Assembleia da República? É que, se fosse sobre alguma destas matérias, eu até confesso que, no meu espírito republicano, diria, de facto: «Ó tempo, volta para trás.» Mas não, não é por nada disso. Não há nenhum problema de consciência no Partido Socialista sobre estas matérias. Tudo isto é aceitável. Não pode é estar no relatório. «Ó tempo, volta para trás» não é para nós melhorarmos a condução política; «Ó tempo, volta para trás» é para isto não fazer parte da história.

Mas eu já vi isto noutros tempos. Havia fotografias em que as pessoas eram apagadas. Mas é esse o Partido Socialista que nós temos? É este o autoritarismo que temos agora no nosso País, que diz que uma comissão parlamentar de inquérito que teve trabalhos vistos por todo o País vai agora apagar da História estes trabalhos? Isto é incompreensível. Eu gostava de ouvir da parte do Partido Socialista algo mais. «Digam alguma coisa de esquerda», Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. «Digam alguma coisa de esquerda», como se dizia no filme, porque isto de esquerda não é de certeza.

*Risos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, gastou 5 minutos e 21 segundos. Depois, na segunda ronda, terá até 20 minutos para poder fazer a sua gestão.

Vou agora dar a palavra, nesta primeira ronda, ao Sr. Deputado Bruno Aragão, do Partido Socialista.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Posso, de facto, dizer algumas coisas de esquerda; não posso responder a coisas de esquerda porque não tive perguntas de esquerda. Penso que a ideia não era fazer um debate muito partidário, mas estou disponível para ele. Não haja muitas dúvidas sobre isso.

Mas vamos afirmativamente começar então a procurar responder ao que é a visão que temos do que deve ser este relatório ou não. Mais uma vez, vou fazer o esforço que fiz durante toda esta Comissão. Não vou qualificar a visão que cada um tem sobre o que deve estar ou como deve estar. Posso discordar sobre as posições, mas não as vou qualificar. Acho que isso não cabe aqui.

Sobre os acontecimentos de 26 de abril, sobre o SIS, sobre a viabilização ou não que o Partido Socialista terá feito sobre essa matéria, e relacionando isso um bocadinho com a intervenção do Sr. Paulo Moniz, que colocou essa questão sobre a narrativa que nós procuramos ter — eventualmente, na sua opinião, naturalmente, de isto ser ou não sobre a TAP —, recorde, Sr. Deputado, que essa ideia começou com uma expressão sua, não sei se se recorda, aqui em sede de Comissão, que é: «Há um novo ciclo.» Foi exatamente na discussão destes requerimentos: «Há um novo ciclo.» Não é uma expressão minha!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Em que altura foi?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Exatamente quando debatemos esta questão dos requerimentos para ouvir pessoas referentes com o SIS. Foi exatamente sobre estas matérias. «Há um novo ciclo», que é o ciclo onde nós começámos a votar contra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não foi só aí!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É o ciclo onde nós começámos a votar contra. Sobre o que é que o Partido Socialista votou contra nesta Comissão — assumimo-lo porque o fizemos na altura, depois da análise que nos compete enquanto partido, enquanto Grupo, e que naturalmente pode ser divergente da que outros fariam? O que nós sempre dissemos é que tudo o que fosse referente ao objeto desta Comissão, nós viabilizaríamos. Não há uma única audição sobre a TAP que nós não tenhamos viabilizado. Não há nenhum pedido de documento que nós não tenhamos viabilizado. E não há nenhum depoimento escrito que nós também não tenhamos viabilizado, no que era o nosso entendimento sobre o objeto desta Comissão.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah! É o rolo compressor!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Pronto, mas então compreenda que o Partido Socialista explicou qual era o seu entendimento. Podem discordar, é legítimo, mas explicou-o.

Dito isto, há dúvidas que se suscitam aqui. Afinal, houve coisas que se aprovaram. Há duas situações onde isto aconteceu, e que são apresentadas como exemplo, que foram, face a todas as audições que estavam previstas, porque a do Sr. Ministro João Galamba já estava prevista, os requerimentos para ouvir a Chefe de Gabinete, Eugénia Correia, e o Adjunto, Frederico Pinheiro. Enfim, em princípio, seriam ouvidos pelo que terá acontecido naquele dia 26, e não por questões referentes à TAP. Nós viabilizámos esses requerimentos. É um facto.

Não, o Partido Socialista não quis voltar atrás, nem quer voltar. Pelo contrário, garanto-lhe que queremos mesmo é andar para a frente. Como o

Sr. Deputado Paulo Moniz diz, e muito bem, era o que mais faltava não ter aprovado aquilo, apesar de ser uma prerrogativa de cada partido. Porque é que aprovámos aquilo, aqueles requerimentos de audição dessas pessoas? Primeiro, justificámos dizendo o que é simples: se elas podem trazer alguma informação a esta Comissão de Inquérito sobre matérias que dizem respeito à TAP, tendo trabalhado com o plano de reestruturação, tendo trabalhado ou trabalhando no Ministério que tem a tutela setorial, pois muito bem. Se esses requerimentos ou se essas audições fossem sobre outras matérias, não era essa a nossa visão. Deixámos isto claro. Mas, como é evidente, não somos nós que impedimos perguntas sobre o que quer que seja.

Aquelas audições também tiveram um dado importante, que foi esclarecer as pessoas sobre o que quer que fosse. Aí, depois, é à leitura de cada um. Portanto, nós não temos problema nenhum em discutir esta assunção que fizemos. Foi uma opção nossa. As opções podem ser criticáveis, outros poderiam tomar opções diferentes. Esta foi a nossa, nós sempre a explicámos.

Porque é que, para nós, isto era importante? Porque há uma coisa que acho que todos também assumimos e percebemos na parte final destas audições, quando passámos três semanas só a falar sobre a TAP, exclusivamente sobre a TAP. Qual foi a perceção que ficou sobre essas últimas audições todas? Os diferentes atores políticos, ex-Presidentes do Conselho de Administração, ex-Secretários de Estado, enfim. Foi uma discussão sobre a TAP, sobre a empresa, partes que naturalmente são mais fáceis para o Partido Socialista, partes que são mais exigentes, mas isso também faz parte da vida. Essa sempre foi a nossa preocupação, quer no conjunto de audições — acho que as nossas perguntas resumem isso —, quer na forma como olhamos naturalmente para aquilo que deve ser, no nosso entendimento, este relatório.

Ora, o que eu gostava de discutir mais nesta fase, em que o debate se vai fazendo, não é tanto isso. É, sobre a TAP, aquilo que nós pudemos ir apurando. Sobre essa gestão, aquilo que o relatório pode ter, pode não ter, o que é que foi omitido, o que é que não foi omitido, o que é que está errado e o que é que não está errado.

Aí, a linha do tempo ajuda sempre. A TAP, SGPS foi constituída em 2003. É uma baliza que quase todos utilizamos para definir o processo, se quisermos. Há, no relatório, apenas uma referência ao período anterior, que é o último auxílio de Estado que a TAP teve. A última injeção de dinheiro por parte do Estado português concluiu-se em 1997 e vinha de um processo de estruturação de 1994. É a única referência ao período anterior. A partir daí, existe o primeiro grande processo, que tem a ver com a VEM — mais tarde, a partir de 2005, M&E Brasil —, sobretudo a partir de 2005, sobre o qual esta Comissão se debruçou muito e sobre o qual chegou à grande conclusão de que terá tido um impacto financeiro na TAP entre 900 e 1000 milhões de euros, tal como consta do relatório.

Aliás, até sobre esse processo, a Comissão recebeu, já depois das audições, um documento bastante extenso, mas de leitura fácil e agradável, porque está bem escrito, das autoridades judiciais sobre esse processo todo: não só sobre a VEM Brasil, mas também sobre a Groundforce e o *handling*, se quisermos. Aquele processo que ocorreu nessa altura faz também parte do acervo dessa Comissão e permitiu confrontar com o que foram alguns depoimentos desse período, sobretudo de Diogo Lacerda Machado, que foi quem mais se debruçou sobre isso.

Avançamos depois para 2012, que foi a primeira tentativa de privatização. Não a explorámos muito nesta Comissão, porque, enfim, foi gorada por diferentes motivos; não foi uma matéria sobre a qual nos tivéssemos debruçado muito. Debruçámo-nos depois muito sobre 2015 e a reprivatização que acabou por acontecer. Nessa fase, se quisermos, com

vários depoimentos e com contraditório, debruçámo-nos particularmente, na maioria das questões, sobre um período concreto, porque as matérias, sendo mais densas e talvez suscitando mais dúvidas, suscitaram também, da parte dos Srs. Deputados, mais questões.

Tudo o que tinha a ver com os fundos Airbus ou com esse mecanismo de capitalização — o Tribunal de Contas, aliás, vem agora dizer que considera haver matéria superveniente relevante e, portanto, analisará o assunto na auditoria que já tinha anunciado; não anunciou por causa disso, também com todo o rigor, mas estará nessa auditoria —, o que terá sido aquele mecanismo de garantia, para não utilizar a expressão «cartas de conforto», a forma como ocorreu e como não ocorreu, isso também está vertido no relatório.

Passamos depois para a discussão sobre a recompra ou a reconfiguração acionista. Há as duas configurações, mas vou utilizar a expressão do Tribunal de Contas: a recompra que começa com o memorando de 6 de fevereiro de 2016, com as assunções que o Estado português faz nessa altura, com o Governo do Partido Socialista, também sem fugir a nenhuma questão, com os riscos que o Tribunal de Contas entende e reconhece que podem ter surgido da maior posição acionista que o Estado adquire. Curiosamente, uma questão que só conseguimos esclarecer com o último depoimento do Sr. Neeleman é onde é que ele entende que surgiram os direitos que poderá ter a essas prestações acessórias. Desse ponto de vista, ele vem esclarecer quando é que entende que esse direito lhe era devido. Coloca-o em 2015, reafirmando que em 2017 foi mantido. Também está lá no que é a versão dele, e, portanto, sem esconder isso.

Nesta primeira fase, diria isso. Isto é aquilo que podemos discutir de mais interessante nesta parte do debate, de tudo aquilo que conseguimos apurar sobre a TAP, das diferentes operações. Parei a meio porque depois terei ainda outra fase para continuar a discutir estas matérias todas.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, nesta fase de discussão, é evidente que continua a narrativa para branquear as responsabilidades do Governo, com a ligeireza que enunciámos na primeira intervenção. Até dou um exemplo, que é uma pergunta que, provavelmente, toda a gente que assistiu a esta Comissão faz legitimamente: qual foi o membro do Governo que autorizou a chamada ou a intervenção do SIS na recuperação do computador?

Não é pela pergunta em si, não é pelo assunto em si, é pela opacidade, pelas meias-verdades com que este Governo atua. Isto é uma imagem de marca e uma prova cabal de que, passado este tempo todo, não há um responsável, não há um ministro que tenha a hombridade de dizer: «Olhe, fui eu».

O Sr. Primeiro-Ministro não tem a clareza de discurso, da atividade política, a nobreza da ação de dizer: «Olhe, quem convocou foi o Sr. Ministro A, o Sr. Ministro B, fui eu, foi o Sr. Secretário de Estado C.» Passado este tempo todo, a forma como este Governo se posiciona perante o País e perante a clareza da atividade política e governativa é esta.

Aliás, eu faço essa pergunta, se os senhores da maioria que suporta o Governo nos podem informar hoje — não é o porteiro, não é o Securitas, não é o segurança, não! — sobre qual foi o membro do Governo que autorizou a intervenção do SIS. Até hoje, essa resposta não existe. É mais um exemplo. Até porque tivemos aqui, neste Parlamento, o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, em declarações contraditórias com o Sr. Ministro João Galamba.

Portanto, esta resposta factual, esta assunção clara, para nós, hoje, não existe. De facto, este não é um mero exemplo. Este é mais um caso sintomático das meias-verdades, das verdades que são ditas aos bocadinhos para fingir que se diz a verdade.

Vamos à questão substantiva da TAP.

Em 2011, é através da assinatura do memorando da troica que se dá a decisão de privatizar a companhia — memorando este assinado por José Sócrates e Teixeira dos Santos. Isto para começarmos no início das coisas.

É evidente que este processo é conduzido, em 2015, por um Governo PSD/CDS, em condições difícilísimas, a que tivemos oportunidade de assistir. Sem tesouraria para pagar vencimentos, com responsabilidades de *leasing* de aviões, de combustível e taxas de estacionamento, era inevitável a urgência de encontrar esta solução. E foi o Governo PSD/CDS que conduziu este processo, tendo este custado zero euros aos contribuintes portugueses. Isso é importante que se diga!

Até 2016-2017, a companhia estava a crescer em rotas, a contratar, a ter uma frota renovada — tendo praticamente todos os que aqui passaram assumido que era uma necessidade absoluta a da renovação da frota da TAP —, e era uma companhia que estava num percurso de crescimento e sustentabilidade perfeitamente comprovável nas contas.

É evidente, e todos também ouvimos, a obsessão ideológica do Partido Socialista de António Costa, já em campanha, dizer que a TAP tinha de ser pública e era dos portugueses. Portanto, custasse o que custasse, a subjugação à geringonça obrigava a que assim fosse, como veio a ser.

Na nacionalização, em 2020 — basta ler o que diz o depoimento escrito do Sr. David Neeleman —, os privados foram escorraçados da TAP. E foram escorraçados porque havia que nacionalizar a todo o custo.

Agora, passados 3200 milhões de euros, soubemos ontem, ou hoje, que em julho teremos a aprovação, em Conselho de Ministros, de um modelo de, novamente, privatização da TAP.

Portanto, o Partido Socialista vem agora chegar à conclusão de que, num mercado internacional concorrencial como o da aviação, a TAP não tem hipótese futura, se não tiver parcerias, se não tiver integração num grupo de aviação que tenha escala.

O Partido Socialista está a chegar à conclusão do que nós, insistentemente, dissemos, com uma diferença: é que a forma como está a conduzir o processo, à cabeça, já custou 3200 milhões de euros aos portugueses. E isto é preciso que se diga!

Isto é uma opção ideológica, é uma opção política do Partido Socialista! Isto é factual. Se os senhores gostam de factos, isto é factual e deveria constar esta opção e este custo.

Isto são realidades; isto não são sensibilidades ou opiniões. É mais um exemplo claro da assunção da responsabilidade de um custo de todos os contribuintes que não consta do vosso relatório.

Diria ainda mais: há, de facto, uma conclusão que, se quiser, para nós era mais ou menos evidente. O Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, logo no início desta Comissão Parlamentar de Inquérito, disse, quando questionado pelos jornalistas, que todas as responsabilidades políticas e consequências já haviam sido tomadas.

Quando a Comissão Parlamentar de Inquérito começou a laborar, ele moderou o discurso, foi «evoluindo no pensamento» — que é outro conceito introduzido nesta Comissão Parlamentar de Inquérito — e passou a dizer que tiraria consequências no final do relatório da Comissão.

Quando conhecemos a versão preliminar, percebemos logo a segurança com que ele disse que tiraria conclusões no final da Comissão Parlamentar de Inquérito e no relatório. É porque ele já sabia, na altura, que

o relatório que hoje vamos votar teria a capacidade de gerar consequências políticas de zero. E o conforto deste conhecimento foi o que sustentou a segurança das afirmações do Primeiro-Ministro.

Ora, com isso, o PSD não vai compactuar — como já disse e reafirma.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, depois de ter ouvido a intervenção do Sr. Deputado Bruno Aragão, na apresentação das propostas, fiquei ainda mais convencido de que não teria sido a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora a fazer este relatório.

O Sr. Deputado Bruno Aragão tem a palavra para falar nas propostas de alteração que o Partido Socialista tinha introduzido e, basicamente, fez uma defesa intrínseca do relatório. Portanto, facilmente se comprova que o relatório é do Partido Socialista e não da Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora. Por aqui, penso que estamos perfeitamente entendidos.

É importante fazermos uma breve resenha cronológica do que foi esta Comissão de Inquérito. E se, até a um certo ponto, esta Comissão correu extremamente bem — tendo todos os requerimentos que deram entrada sido aprovados —, há uma altura em que este panorama se inverte.

Quando esta Comissão começou a ficar extremamente incómoda para o Partido Socialista e para o Governo, eis que o rolo compressor entrou em ação. E foram vários — vários! — os requerimentos que os diversos grupos parlamentares apresentaram e que o Partido Socialista recusou, com o argumento de que estavam fora do âmbito desta Comissão.

Ora, a pergunta que se impõe é: quando dentro de um Ministério temos cenas lamentáveis de pancadaria, quando no nosso País o exemplo deve vir de cima, é isto que temos para mostrar à sociedade civil como sendo o poder

político? É termos um ministro a dizer que, se estivesse cara a cara com o seu adjunto, lhe dava duas «bolachadas»? Puxões de cabelo, agarrar, insultos, mentiras, é este o exemplo que o poder político dá à sociedade civil? É isto que os jovens que começam a ter interesse na política veem na abertura dos noticiários?

É isto que o Partido Socialista quer passar para o exterior? Não, não quer, mas já passou! Independentemente do que tenham omitido desse relatório, já passou, porque, felizmente, estas audições foram transmitidas em direto.

Infelizmente, os jovens do nosso País souberam que houve Ministros a oferecer «bolachada» — que foi o termo — e que houve agressões físicas e verbais dentro do Ministério. Felizmente, as televisões provaram-no. Sr.<sup>a</sup> Deputada, no seu relatório isto pode estar omissa. Isto pode estar omissa, mas as pessoas sabem que aconteceu.

O relatório, para ser correto, devia ter tudo o que envolveu o SIS. Tudo! Sabe porquê? Porque não está fora do âmbito desta Comissão. Está dentro e bem dentro! Este caso só aconteceu porque o Sr. Dr. Frederico Pinheiro disse ao Sr. Ministro — e está escrito! — que, tendo em conta o desenrolar da Comissão de Inquérito, provavelmente teria de ser chamado cá, e que ia enviar toda a informação que tinha.

O Sr. Ministro certamente ficou com receio, e aí começaram os problemas todos. Então, isto surge, ou não surge, no decurso desta Comissão de Inquérito? Está, ou não está, neste âmbito?

Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora, não é dizer, como está mencionado no seu relatório, que se vai enviar isto para o Ministério Público, que tem competência. Não! A competência da Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora é incluir tudo o que aqui foi dito de relevante e depois fazer, quando muito, uma conclusão a dizer que se solicita que seja enviado para o Ministério Público para apuramento dos restantes factos, porque muito foi apurado aí. Essa é uma

omissão que este relatório tem! Isto é tentar esconder da opinião pública o que realmente, e de muito grave, se passou!

Por isso lhe disse, na primeira intervenção, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que tudo o que foi o nosso trabalho aqui não pode ser manchado desta forma. Não pode ser escondido à opinião pública desta forma. E não pode ser só aquilo em que o Partido Socialista tem interesse que deve vir aqui espelhado.

É muito fácil — desculpe o termo, Sr.<sup>a</sup> Deputada — brincar à política. O Sr. Primeiro-Ministro garantiu que ia tomar as devidas ações no final deste relatório, que as consequências políticas seriam retiradas após a conclusão desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O que é que o Partido Socialista fez? Facilitou — e de que maneira! — o trabalho ao Sr. Primeiro-Ministro. Deu-lhe um relatório limpinho, clarinho, sem casos, sem casinhos, sem comprometimentos do Ministro das Infraestruturas, do Ministro das Finanças, de Secretários de Estado. E o que é que fez? Baseou-se em factos anteriores, de Governos de outras cores e nas decisões destes, que têm oito anos, e branqueou completamente o que aqui se passou.

Sr.<sup>a</sup> Deputada e Srs. Deputados do Partido Socialista, isto é sério demais. Isto é grave demais.

Quando somos eleitos pelo povo, quando estamos aqui em representação deles, temos o dever, temos a obrigação de zelar pelo seu interesse, mas também temos a obrigação de lhes prestar todas as informações e de não sonegar a informação. Ora, o que este relatório faz é sonegar informação importantíssima do que aqui foi dito, do que aqui foi transmitido e do que aqui foi registado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada e Sr. Deputado Bruno Aragão — que fez uma defesa intrínseca do que foi o relatório e a exposição, dizendo que «ao relatório compete por factos» —, ao relatório compete por tudo o que aqui se passou.

Os portugueses, que não conseguiram ouvir as audições, têm direito a

saber que Hugo Mendes disse à CEO da TAP que o maior aliado deste Governo é o Presidente da República e que tem de se lhe fazer a vontade porque senão, se se virasse contra o Governo, estava «o caldo entornado».

Isto é a degradação mais clara das instituições políticas. Isto é tudo o que nós não queremos na vida política. Isto é tudo o que nós não desejamos. Daí que o Partido Socialista tivesse de incluir neste relatório e tivesse de explicar neste relatório o que se passou. Portanto, isto, sim, é uma clara ingerência do poder político sobre as empresas do setor público.

Assim, Srs. Deputados, a única coisa que pedimos nas nossas propostas foi que fosse reposta a verdade a um relatório tendencioso, faccioso, que omite facilmente tudo o que deixaria o Partido Socialista e este Governo em maus-lençóis e que tenta, a todo o pano, mostrar factos ocorridos no passado que podem ter alguma implicação na atual gestão da companhia — com toda a certeza que sim —, mas que não têm influência direta nas atitudes tomadas por este Governo em questão da gestão da TAP.

Neste ponto, Sr. Presidente, dou a minha intervenção por concluída.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, Deputado Bernardo Blanco. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, eu gostava, até em nome do debate, de fazer algumas perguntas.

A primeira, porque ainda não tive a oportunidade de ouvir a resposta, para a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora, é: porque é que não há um capítulo relativamente aos acontecimentos, não só de 26 de abril mas à intervenção das secretas e àquelas duas audições.

É que o que está no relatório é que fugiria do âmbito da Comissão, mas há aqui dois pontos: o primeiro é que nós, efetivamente, analisámos na Comissão de Inquérito — e constam do relatório — várias matérias que

extravasam o âmbito da Comissão, sobretudo o objeto temporal.

Mais do que isso, como já foi aqui referido também... quer dizer, foram aprovadas audições em que toda a gente sabia, era claro, até estava nos textos de requerimentos, qual era o assunto. Mais do que isso, os Srs. Deputados, e até o Sr. Deputado Bruno Aragão, fizeram múltiplas perguntas a Frederico Pinheiro, à Dr.<sup>a</sup> Eugénia Correia, sobre os acontecimentos daquela noite, a intervenção do SIS, os telemóveis, o que é que o técnico tinha feito ou não no telemóvel, etc. E, por isso, não me parece que o Sr. Deputado tenha estado a perder 8 horas da sua vida — e espero que o resto dos Deputados também não — e por isso, é com muita estranheza que vemos que essas audições são ignoradas. Eu gostava de saber, então, porque é que essas audições são ignoradas quando todos participámos nelas, fizemos as perguntas e os portugueses ouviram as perguntas e as respostas.

Mais do que isso, que também vem no seguimento do mesmo, é perguntar quantos episódios ou o que é que seria preciso para se dizer que houve interferência política? Tendo em conta que há múltiplos casos, seria preciso o ex-Ministro Pedro Nuno Santos tomar um avião de assalto e usá-lo para tirar férias? O que é que seria preciso?

Porque, quer dizer, temos... já foram aqui divulgados, mas eu posso tentar fazer a lista outra vez: temos a reunião preparatória; temos o despacho que relembro, sim, incluiu a alteração do Secretário de Estado; temos a própria indemnização; temos a mensagem que, por muito Partido Socialista não goste, diz para a CEO só falar com aquele Ministério; temos ...

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Outra vez? Ainda?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... ainda, sim! Está lá a mensagem, não conseguem apagar essa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos evitar diálogo...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Temos ainda o facto de o Governo ter impedido a apresentação de resultados; temos aquilo que Manuel Beja denunciou das alterações do Governo, a apresentações comerciais, a comunicados oficiais, até a comunicados de imprensa, dizia ele... Também nada está aqui!

O depoimento, mais uma vez, do acionista, completamente ignorado; o depoimento da CEO, lá o puseram, mas é desvalorizado, diz que tem outro contexto. O cancelamento da frota penso que está lá, mas também é desvalorizado; a questão do orçamento... Podemos estar aqui e irmos sempre adicionando coisas — o que é que seria preciso para se dizer, então, que houve interferência política?

Em relação ao caso de Alexandra Reis, aqui, quer dizer... penso que é mais uma questão de estar incompleto — a meu ver — mas queria também perguntar-lhe porque é que não está lá claro que os governantes sabiam dos termos do acordo. Quer dizer, não tiveram acesso ao acordo em si, mas tiveram as informações, por *e-mail* e depois por telefone, do Sr. Ministro, sobre os valores, as férias... Até pediu para baixar os valores e isso não está muito claro no relatório e eu também gostaria de saber porquê.

E, em último lugar, relativamente às operações de reestruturação de capital, nós tivemos aqui, quer os elementos da PARPÚBLICA, quer vários governantes de cores diferentes, a dizer que nunca se tinha feito — e aqui para as diferentes operações dos dois Governos — análises de custo-benefício e análises de cenários. E isso está em diversas atas e não está no relatório!

Em relação ao acordo de 2017, para além da questão depois do pagamento dos 55 milhões de euros — e aqui até posso perguntar não à Sr.<sup>a</sup> Relatora, mas ao Sr. Deputado Bruno Aragão, que há pouco acenava a dizer

que não —, pergunto-lhe então qual é o seu entendimento, porque eu ouvi claramente o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos e João Leão também, a admitirem que foi devido à alteração do acordo de 2017 que o Sr. David Neeleman teve a possibilidade de pedir, em caso de incumprimento do Estado, as prestações acessórias e, para evitar essa litigância, o Governo fez o acordo.

Mais do que isso — e isso está muito presente na auditoria do Tribunal de Contas, mas aqui está esquecido —, neste relatório há uma espécie de subcapítulo sobre as cartas de conforto de 2015, que acho muito bem, mas depois não há nada sobre as declarações emitidas aos bancos pelo Governo Socialista que o Tribunal de Contas diz que reforçam as obrigações das cartas de conforto. Há um subcapítulo relativamente à ação do Governo PSD e depois não há o equivalente à ação do Governo PS; há apenas um parágrafo com uma linha da parte do Tribunal de Contas, mas nada fala por exemplo, das declarações aos bancos.

E em relação à última reestruturação, à de 2020, tenho obviamente algumas críticas. Penso que faltam alguns dos factos que também foram aqui abordados, e que a própria Comissão recebeu, como por exemplo, a carta que os acionistas enviaram ao Estado, e que não teve resposta, em que pediam um empréstimo e não uma nacionalização; falta aquilo de que eu também já falei há pouco, em relação ao contrato — ao contrato não, que não existe! — da ação da Evercore. Enfim, não se mencionam os factos. Quer dizer, Portugal foi o único País em que, na prática, se nacionalizou uma companhia; somos o único País que ainda não viu, nem parece que se vá ver tão cedo, um euro devolvido. Mas isso, pronto, até dou de barato, podem ser considerações um pouco mais ideológicas e dou de barato que essa última referência não esteja presente no relatório.

E em último lugar, queria também fazer referência à parte dos 700 milhões de euros dos 3200 milhões de euros que ainda não foram entregues

e que também foram aqui alvo de diversa discussão — nada em relação a isso está presente no relatório.

Deixava-lhe, por isso, essas questões, esperando ter algumas respostas.

O Sr. **Presidente** (Lacerda Sales): — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, diria que nesta discussão final na Comissão Parlamentar de Inquérito, corremos o risco de reeditar muito daquilo que aconteceu nas audições, em que, pela parte do PCP, há este apelo pedindo encarecidamente às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados que falem da TAP. E pedindo encarecidamente que falemos da TAP porque há matéria mais do que suficiente, em quantidade e em gravidade, para nos debruçarmos relativamente a este relatório que estamos a discutir e para nos debruçarmos sobre matérias que têm a ver com o que está a acontecer agora aos trabalhadores da companhia, em resultado das decisões que foram tomadas. Peço também que nos concentremos na constatação, observação, no reconhecimento dos factos apurados que, pelos vistos, continua a ser difícil para alguns Srs. Deputados, pelo que estamos aqui a ouvir nesta discussão.

E isto não é só no Partido Socialista. O Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, falou há pouco na obsessão ideológica do Primeiro-Ministro, António Costa, de reverter a privatização da TAP em 2015-2016. Onde é que isso aconteceu, Sr. Deputado? Então, mas o capital, os interesses privados, não continuaram a mandar na companhia durante aqueles anos? Não causaram perdas acumuladas e o aumento do passivo e dos capitais próprios negativos, o agravamento da situação? Então, quem é que mandava na TAP? Era o Estado, querem ver?

Ora, se os privados foram, como o senhor disse, escorraçados da TAP

em 2020, o que aconteceu não foi isso; foi a TAP ser capitalizada pelo Estado, porque os privados levaram muito dinheiro com eles e não capitalizaram a TAP; pelo menos não capitalizaram a TAP com dinheiro que fosse de outros que não da TAP.

E, Srs. Deputados, esta questão central relativamente à evolução da companhia aérea ao longo daqueles anos e os resultados que aquelas práticas e aquelas opções do capital privado tiveram na empresa ao longo dos anos é algo que não devemos, naturalmente, ignorar.

O Sr. Deputado Paulo Moniz referia, há pouco, precisamente essa questão do período de 2016-2017, em que supostamente a TAP privada estava a contratar e a crescer. Fez confusão! Isso aconteceu em 2018-2019. O número de trabalhadores do grupo em Portugal — estou a falar do relatório e contas de 2017 —, como dizia o outro, «cresce para baixo», passa de 8654 para 8347, ou seja, perdeu 307 trabalhadores, logo no início daquele impacto da entrada do capital privado. E, portanto, onde é que aumentou o número de trabalhadores? Na Manutenção Brasil, com um crescimento de 220 trabalhadores.

Ora bem, nós estamos a falar de um contexto em que mesmo o crescimento não sustentado, que foi característico daquela gestão, foi negativo para a TAP, como ficou demonstrado na Comissão de Inquérito, tendo ficado provado que a própria capacidade operacional da companhia estava posta em causa pela insuficiência de meios, desde logo do ponto de vista do número de trabalhadores, face aos 53 aviões que foi parte da negociata entre o Sr. Neeleman e a Airbus.

Ora o Sr. Deputado disse que o PS está agora a chegar à conclusão do que sempre disseram no PSD, mas não é só agora que o PS e o PSD convergem em questões fundamentais quando se trata da privatização. Agora é das tais fases em que, pelos vistos, os senhores convergem. E, nesse contexto, o argumento em que também os senhores convergem já não é o da

descapitalização, porque aquela patranha das outras vezes, de que a TAP ia fechar se não fosse privatizada, essa patranha que os senhores impingiram ao País, ficou desmentida na Comissão do Inquérito.

Ora, aquilo que nós verificamos agora é que já não conseguem — não dá! — usar esse argumento de que a TAP vai fechar, então está lá aquele dinheiro todo! Está mais dinheiro do que tinha a haver até com as imparidades verificadas e com o problema das perdas acumuladas nas contas da companhia, pois claro... É mesmo — como nós chegámos a dizer no outro dia — como quem vende um cofre com muito dinheiro lá dentro.

O negócio está preparado. O problema é que nós estamos perante um argumento agora, que é o que resta da propaganda de quem tenta privatizar a TAP, que é o argumento — como é que foi que o senhor disse? — de «A TAP, neste mercado global altamente competitivo da aviação civil não irá sobreviver sozinha», diz o PSD, e diz o PS, e diz o Governo.

E eu pergunto: os Srs. Deputados, por acaso, sabem qual é a maior parceria internacional da aviação civil no mundo? Qual é a maior aliança global de companhias aéreas? Eu digo: chama-se Star Alliance ...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas não é disso que estamos a falar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... e a TAP é parte fundamental dessa aliança. Sozinha, a TAP não está, Srs. Deputados.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah, está, está!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Deputado Paulo Moniz, com mais entusiasmo do que o PS na argumentação, para defender aquilo que o PS está a fazer na privatização, quer é que a TAP faça parte, como subsidiária, de uma companhia privada estrangeira. Isso é o que os senhores querem. Aí é

que está o problema, porque sozinha, a TAP não está. Do ponto de vista estratégico, das parcerias globais, do ponto de vista da gestão em termos de intervenção e estratégia comercial nos mercados internacionais, nomeadamente no Atlântico Norte, em África, qual é o membro da Star Alliance que tem, na sua própria operação — ou tinha até há bem pouco tempo —, cerca de 30 % da operação de transporte entre o Brasil e a Europa? É a TAP.

Então, mas a TAP não é uma companhia fundamental da maior aliança global de companhias aéreas do mundo? E isto é uma companhia que está sozinha?! O último argumento que vos resta, afinal, era este?!

E, portanto, perante isto, perante o ataque que continua a ser feito aos trabalhadores da TAP — e quando nós falamos, relativamente à reestruturação, precisamente da necessidade de mencionar que o Governo deve reverter, imediatamente, todas as medidas penalizadoras dos trabalhadores da TAP e repor o princípio da negociação coletiva das condições de trabalho, como eu digo —, não é completamente surpreendente que o PS não aceite esta proposta do PCP. Nestas questões de devolver aos trabalhadores os direitos que lhes foram roubados, naturalmente, e, pelos vistos, não há acordo, não há consenso. Também não nos espanta, porque o que se passa cá dentro é reflexo de opções. Podem dizer que são as opções ideológicas; eu diria que é o reflexo das opções de classe; das opções de classe! Que interesses é que defendemos? Essa é que é a questão central.

Ora, quando temos, objetivamente, uma afirmação sobre informações que foram passadas para documentos classificados como secretos, de uma forma completamente abusiva, temos aqui um exemplo concreto de como os Governos abusaram das situações de confidencialidade para poder esconder informação do escrutínio democrático.

Portanto, isto não é um azar, não foi um acidente, não foi um engano, foi uma opção deliberada, e uma opção deliberada abusiva. É por isso que

esta expressão, «os Governos abusaram das situações de confidencialidade para poder esconder informação do escrutínio democrático», deve constar do relatório. Infelizmente, não foi aceite e vamos pô-la à votação, como é evidente.

Para terminar, queria reiterar este tema da apresentação que fizemos das propostas do PCP. Tendo sido até aceite a proposta no sentido de que seja recomendado à IGF que proceda, com urgência, à auditoria da empresa — aliás, da empresa e das várias empresas participadas —, há ou não concordância acerca da disponibilidade, que deve ser assumida pela Comissão Parlamentar, de que este acervo seja colocado à disposição não apenas do Ministério Público, mas também da IGF e do Tribunal de Contas?

Queria insistir nesse aspeto. É que estas questões são importantes, porque pode haver aqui, não sei, até um mal-entendido, e a falar é que a gente se entende.

Termino, Sr. Presidente, com esta ideia que nos parece importante. Nós, desde o início, temos estado, de uma forma muito evidente e de uma forma muito franca, empenhados em contribuir de forma construtiva, rigorosa, responsável e séria para que estes trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito tivessem a profundidade e o tratamento em relação aos factos relativos à TAP, às decisões que lhe foram, até, impostas ao longo dos anos e às práticas de gestão que ali se verificaram.

E queremos dizer o seguinte: a nossa divergência de fundo relativamente a esta opção política — que transparece da política do Governo, transparece também para o relatório e para a sua orientação —, nunca nos coibiu de utilizar todas as possibilidades que estiveram ao nosso alcance para intervir e para propor que, nesta Comissão de Inquérito, estas realidades, esta verdade, estes factos que foram apurados, fossem tratados com essa objetividade, mas de forma consequente. E tratar de forma

consequente significa também chegar a estas conclusões que nós aqui apresentamos e propomos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então agora passar à segunda ronda. A segunda ronda será efetuada por inscrição de forma aleatória e será utilizado o restante tempo, ainda não usado por cada um dos grupos parlamentares, até aos 20 minutos. Vou então aceitar inscrições.

*Pausa.*

Se ninguém se inscrever, passamos à votação, claro está.

Vou dar mais alguns momentos para que possam... A inscrição será aleatória e eu inscreverei de acordo com a ordem de inscrição, como é óbvio. Parece que ninguém se quer inscrever.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, preciso só de alguns segundos.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, terá os segundos. Mais alguém precisa de alguns segundos?

Se quiserem podemos fazer o intervalo e depois, quando voltarmos, teremos, então, as inscrições. Faremos um intervalo de 10 minutos, pode ser? Muito bem, vamos então interromper a sessão.

*Eram 18 horas e 16 minutos.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos então recomeçar a nossa reunião de Comissão.

*Eram 18 horas e 37 minutos.*

Constatei no final da primeira parte que, de facto, não havia inscrições para a segunda ronda e como tal, então, estamos preparados para iniciar as votações.

Aparentemente, houve reflexão durante o intervalo. O Sr. Deputado Filipe Melo inscreveu-se para a segunda ronda.

Mais ninguém se quer inscrever? Mais ninguém se quer inscrever, além do Sr. Deputado Filipe Melo?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ele vai suscitar novas inscrições, de certeza.

O Sr. **Presidente**: — Se, de facto, não há novas inscrições, vou dar a palavra, logo que haja algum silêncio na sala.

*Pausa.*

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, que tem 10 minutos e 56 segundos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, muito mais havia a dizer.

Penso que os restantes grupos parlamentares que compõem a oposição também teriam, certamente, bastante mais a acrescentar, só que entenderam que, de certa forma, não valia a pena — e usando uma expressão popular — «chover no molhado.»

No entanto, nós não nos resignamos e continuamos até ao último segundo a afirmar que há propostas que deviam ser incluídas no relatório, há

propostas cuja aprovação a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora e os Deputados do Partido Socialista ainda vão a tempo de repensar — ainda vão a tempo disso.

É a última oportunidade que os Srs. Deputados do Partido Socialista têm de repor a verdade, a justiça, a clareza e o dever de informação à população sobre as matérias que este relatório devia incluir.

É um ato de consciência, é um ato de cidadania e é um ato de brio pela função que aqui desempenhamos. Entre muitos casos de que já falei anteriormente, há outros que nos devem levar a pensar bem, como esta Comissão, ao longo de várias audições, o comprovou.

Uma delas tem a ver com o plano de reestruturação, que praticamente passa ao lado deste relatório. A participação dos vários sindicatos nesta Comissão, em várias audições, foram pura e simplesmente ignorados. Esses depoimentos foram ignorados deste relatório. Porquê? Por mera conveniência do Partido Socialista.

E passo a explicar porquê. O plano de reestruturação foi negociado entre o Governo, enquanto acionista principal, e a administração da companhia. Foram feitos cortes de salários aos trabalhadores, foram feitos despedimentos sem critério. E qual foi o argumento? Imposição de Bruxelas. Falso! É falso e viemos a saber, no decurso destas audições, que não correspondia à verdade. O que Bruxelas impôs, e bem, para haver ajuda financeira à empresa, foram cortes nos encargos da empresa. Nunca, em momento algum, foi referido que tinha de haver despedimentos cegos, como houve, sem qualquer apelo nem agravo, dos trabalhadores, que aqui ficou provado — e que nós já sabíamos, mas que aqui ficou provado —, que tudo, mas tudo, deram em prol da companhia.

Isto é uma forma desumana, desrespeitosa e insultuosa para com os trabalhadores que vestiram a camisola da empresa e que ainda hoje a vestem com orgulho, com respeito e com sentido patriótico. Também os cortes salariais, da forma como foram feitos, com base em algoritmos ou com base

no que foi feito — mas muito mal feito —, puseram em causa famílias. Temos depoimentos de trabalhadores que não tinham dinheiro para comer, porque os cortes salariais de 30 %, 35 % e 50 % de que foram alvo, não lhes permitia, tão-pouco, pagar a prestação da casa ao banco. Isto são casos sobre os quais nos devemos debruçar com seriedade e que, uma vez mais, o Partido Socialista fez questão de omitir deste relatório.

Os contratos de gestão foram aflorados, sim senhor, estão no relatório, muito bem, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora esqueceu-se de dizer algo que aqui também ficou provado: que foi o Governo que decidiu empurrar com a barriga para a frente e não assumir a assinatura desses contratos de gestão. Isto é grave, isto contraria o que está disposto na lei. E, não obstante os vários alertas da administração da companhia, o Governo decidiu prolongar isto *ad aeternum*, até ao dia de hoje, em que esses contratos não estão assinados.

Depois, o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Ministro das Infraestruturas, no fim deste processo todo, partem para um despedimento, segundo eles, por justa causa, da CEO e do PCA (Presidente do Conselho de Administração) da empresa, com base num relatório da IGF. Convém recordar, e também convinha estar no relatório, que a IGF responde perante esse mesmo Ministro que despediu com base nesse relatório. É importante que estes pequenos detalhes se saibam e que não sejam ocultados deste relatório.

Por fim, uma vez mais, as propostas.

Foram quatro os partidos que decidiram apresentar propostas de alteração. Não vou comentar as opções de quem não o fez, digo, porém, que, desde o seu início, entendemos que este não era um relatório que espelhava o que aqui se passou, mas entendemos que o espírito e o sentido democrático e o trabalho que aqui foi desenvolvido, merecia uma reflexão atenta e profunda ao relatório — coisa que nós fizemos —, assim como a sugestão de alterações que nós entendíamos serem cruciais. Fizemos o nosso trabalho.

Foram aprovadas três propostas completas e outras três foram aprovadas com algumas restrições. O Bloco de Esquerda viu as suas propostas serem aprovadas na mesma proporção.

O Partido Socialista viu-se na iminência de ter de aprovar um relatório sozinho, apenas com o seu voto favorável e com os votos contra de todos os outros partidos. Então, em ato de desespero, o que é que decidiu fazer? Aprovar 30 das 40 e poucas propostas do Partido Comunista. Isto é um claro indício de que estão a tentar aprovar este relatório mas não sozinhos.

Da nossa parte, objetivamente, a não ser que mudem drasticamente o sentido de voto nas propostas que a seguir poremos a votação, terão um «não redondo» à aprovação deste relatório. Relativamente aos restantes partidos, temos também a firme convicção de que não vão apoiar um relatório tendencioso e falacioso. Esperemos pela resposta do Partido Comunista.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se esta intervenção suscitou mais alguma inscrição.

*Pausa.*

Bom, se não suscitou mais nenhuma inscrição, diria que passávamos à votação.

Entretanto, antes, ainda, de passarmos à votação, daria, conforme foi anunciado previamente, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora para poder responder a todas estas questões.

Entretanto, o Sr. Deputado Bruno Dias também se inscreveu, penso eu.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se me permitir, agradeço.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, não quero intervir no debate, queria só comunicar ao Sr. Presidente e às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados que, relativamente a uma das propostas do PCP, gostaria de referir uma reformulação que tem a ver com a questão de facultar os documentos desta Comissão de Inquérito à IGF e ao Tribunal de Contas.

A proposta do PCP é a proposta 45, que teve, por parte da Sr.<sup>a</sup> Relatora, uma aceitação apenas em relação ao Ministério Público.

Para evitar mal-entendidos, digamos assim, e para tornar explícito aquilo que, para nós, era óbvio, vamos lá, então, explicitar. Na proposta 45, onde temos, atualmente, «A CPI coloca todo o seu acervo documental à disposição do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.», passa a ler-se «A CPI coloca todo o seu acervo documental à disposição, nos termos da lei, ...» e continua como está.

Portanto, acrescenta-se apenas a expressão «nos termos da lei», para que não haja dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — Penso que a Sr.<sup>a</sup> Relatora registou esta sua intervenção. Passaria agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Relatora, durante os mesmos 20 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, tentarei ser mais rápida, até porque alguns dos temas que foram retomados já foram objeto de respostas várias e, portanto, creio que não ser necessário repetir.

De qualquer modo, respondo a duas ou três perguntas concretas que me fizeram. Neste momento não vejo o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, portanto, passaria, até, primeiro, para a resposta ao Sr. Deputado Filipe Melo. Não compreendo, totalmente, a sua questão quanto ao não me rever no documento.

Obviamente foi um documento que eu apresentei, que eu elaborei, revejo-me na proposta de 4 de julho, revejo-me na proposta que apresentei a 12 de julho, incluindo já as propostas dos diferentes grupos que me mereceram uma apreciação favorável e nas quais também me revejo. O facto de haver diferentes pesos de aprovação de propostas tem, porventura, a ver com as matérias que foram propostas. Nomeadamente, no caso das propostas do PCP, muitas delas tinham a ver com o processo de gestão da TAP e, portanto, foram mais incluídas. Não incluí aquelas que, para mim, estariam fora do objeto ou do âmbito desta CPI.

Também gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, relativamente a dois temas que referiu, dizendo que a Relatora, ou o relatório, lhes passou ao lado, que poderá não ter o grau de detalhe que gostaria de ver no relatório ou que, eventualmente, poderia ser interessante ter no relatório, mas eles constam quer do corpo dos factos, quer de conclusões e até de recomendações. Estou-me a referir, nomeadamente, ao impacto do plano de reestruturação de TAP nos trabalhadores e estou-me a referir, também, à questão dos contratos de gestão e das necessidades de responsabilização de gestores e de tutelas, objeto de conclusão, objeto de recomendação.

Uma vez que o Sr. Deputado Bernardo de Blanco já cá está, gostaria de responder a duas ou três questões, também muito sinteticamente.

Primeiro, sobre a questão do mandato. O relatório está estruturado, e creio que ficou claro da minha intervenção, em torno daquilo que entendi ser o mandato que foi dado a esta CPI no quadro da resolução da Assembleia da República: é claramente sobre a TAP e sobre a tutela. E, portanto, o que está no relatório não é para branquear, até porque, como todos disseram, as audições foram públicas, foram transmitidas, foram amplamente difundidas pela comunicação social, constam das atas, dificilmente se pode esconder algo que tem esta visibilidade. Simplesmente entendi, e isto está claro no relatório, que aqueles acontecimentos são incidentes que não estão no relatório, não por se quererem esconder, não por não se quererem debater ou por não serem graves, mas porque se considera que são acontecimentos que têm sedes e instâncias próprias onde devem ser apurados factos, onde deve ser esclarecido cabalmente aquilo que se passou, onde devem ser apuradas responsabilidades e retiradas as respetivas consequências políticas e legais. E entendo que não é esta a sede para o fazer.

Quanto à questão das ingerências políticas, perguntou-me quantas iniciativas mais seriam necessárias para dizer que há ingerência política. Perguntar-lhe-ia: de quantos depoimentos mais precisaria o Sr. Deputado para aceitar que não há ingerência política?

Tivemos um conjunto alargado de administradores que disseram que não existia ingerência. Antonoaldo Neves, Raffael Quintas, Christine Ourmières, Humberto Pedrosa, Miguel Frasquilho, o Sequeira, o próprio João Weber Gameiro, declararam, aqui, que não existia ingerência na gestão corrente da TAP. Inclusive a própria CEO, a quem muitas das perguntas que foram aqui feitas se dirigiram, declarou que não era ingerência política. Havia um ruído, uma pressão social pela importância que a TAP tinha para o País e tinha para o Governo.

Sobre a questão de Alexandra Reis, quando me diz que o relatório omite o conhecimento das tutelas sobre o assunto,...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não foi isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — Se não foi isso que eu percebi, se não foi essa pergunta, percebi mal.

Eu creio que está claro, há uma nota que ficou clara, a tutela financeira não soube do acordo, foi dito aqui por várias pessoas — confirmado, inclusive, pelos membros da administração — que não tinham comunicado à tutela financeira, tal como também está claro que a tutela setorial teve conhecimento do processo, numa fase inicial, através da autorização da reconfiguração da Comissão Executiva. Isto passou-se ao nível do Secretário de Estado, que foi acompanhando o processo negocial sobre o valor e sobre a compensação, e teve depois a validação por parte da tutela. O que também ficou aqui claro, e consta dessa conclusão, é que, conhecendo essa cláusula compensatória — chamemos-lhe assim —, desconheciam os termos e os conteúdos jurídicos do acordo, que tinham um conjunto vasto de informação.

E, portanto, Sr. Presidente, eram só mesmo estas as perguntas mais diretas, creio que termino por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Temos aqui uma pequena intercorrência, como já perceberam, que é o facto de não podermos — não devermos — iniciar as votações sem o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares, que teve de sair para fazer umas declarações a propósito de outra matéria, o que não estava à espera.

Já comuniquei com ele e sugiro que façamos aqui uma pequena suspensão dos trabalhos para dar oportunidade a que chegue o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, para depois, então, iniciarmos a votação.

*Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

Não está em nenhum sítio, mas há sempre questões de bom senso às quais devemos, advertidamente, acorrer e é com essa base.

*Pausa.*

O Sr. Deputado Filipe Melo pede a palavra, vamos deixar o Sr. Deputado Filipe Melo intervir.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, se me permitir.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

Agradecia algum silêncio, senão não podemos ouvir, não conseguimos ouvir-nos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, eu admito que todos tenham a sua agenda. O que é certo é que não pode ser um Deputado ou um grupo a prejudicar o trabalho da Comissão.

Estamos na última reunião desta Comissão e que tem de haver respeito pelos trabalhos desta Comissão. Não é só exigir aos outros que tenham respeito para esta Comissão, mas também cumpri-lo.

Recordo que já quando o Sr. Presidente deu 10 minutos de intervalo, estivemos todos à espera durante mais 10 minutos, que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares chegasse. E quando vamos partir para a votação, o Sr. Deputado ausenta-se.

Portanto, Sr. Presidente, o que sugerimos é que se comece a votação. Na minha terra diz-se «quem está, está, quem não está, estivesse.» Portanto, é a nossa posição.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Só faz falta quem está!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Bruno Aragão pediu a palavra.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, não vamos criar um incidente no último dia.

Certamente o Sr. Deputado está a chegar,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A seguir vou eu! É assim?!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... e da mesma forma que fomos tolerantes, a reunião estava marcada para as 3 horas, começou às 3 horas e 30 minutos, acho que... Eu percebo isso, mas se ele estiver a chegar, acho que podemos...

Nós fomos tão tolerantes em tanta coisa, com horas, com tempos, com tempos regimentais, com grelhas de tempo, fomos sempre tão tolerantes, quando achamos que a coisa nos poderia ser mais interessante ou favorável...

Posso discordar e achar que não é correto, mas acho que também não vamos prejudicar a votação,...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Vem aí o Papa e tudo!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... mesmo que seja para votar em sentido diferente do Partido Socialista.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, Sr. Presidente, eu, da minha parte, daria tolerância.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, mais algum Sr. Deputado quer intervir?

Bom, não havendo mais intervenções...

Faça favor, Sr. Deputado Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, não posso, em consciência, deixar de exprimir o apreço que tive pelo seu trabalho e gostava de o elogiar.

Sei que o meu colega Paulo Moniz já o fez no início, e sei que, muitas das vezes, todos falamos pelo grupo — e eu também me associo, naturalmente, às palavras do meu colega, quando se referiu ao seu desempenho nos trabalhos desta Comissão.

Ainda assim, e uma vez que eu não poderei fazê-lo quando entrarmos nas votações, gostava de o fazer a título pessoal, já que também temos essa oportunidade e particularidade — uma vez que nas comissões de inquérito cada um dos Srs. Deputados exerce as suas funções a título individual.

Estas não são palavras vãs. Devo dizer que, como sabe quem me conhece, não sou muito dado a elogios,...

**Vozes do PSD**: — É verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PS): — ... nem a mim próprio, que fique também claro, mas tive a oportunidade de verificar que, desde o início, o Sr. Presidente teve — e sendo esta a sua a primeira presidência de Comissão de Inquérito, o elogio sai mais reforçado — a preocupação de tentar perceber

exatamente como é que se desenvolve uma Comissão de inquérito, quais são as regras em particular que caracterizam as Comissões de Inquérito; teve o cuidado de balancear em cada momento as tensões que, naturalmente, surgem entre cada um dos Srs. Deputados, e, portanto, acho que, também a título individual, lhe deveria dirigir o meu agradecimento, pela forma como conduziu os trabalhos. Gostava que isso ficasse registado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, pela parte que me toca, Sr. Deputado Hugo Carneiro.

Permita-me também, se me permite, estender esse agradecimento aos serviços que estão comigo e que vão dando esse suporte e estendê-lo, também, a todos os Srs. Deputados e todos os Grupos Parlamentares que contribuíram para que isso fosse possível.

Muito obrigado a todos também.

Bom, já temos, então, o Deputado Pedro Filipe Soares na sala e vamos então iniciar as votações sem mais demora.

Pedia algum silêncio. Vamos votar todas as propostas de alterações que não foram aceites, corpo e conclusões, e vamos votar as propostas parcialmente aceites, quando sinalizadas pelos respetivos proponentes, pelos grupos parlamentares que as propõem.

Obviamente que aquelas que foram absorvidas foram totalmente aceites e, portanto, não serão votadas, enquanto tal, individualmente.

A primeira parte, a parte I...

Agradecia algum silêncio, se fosse possível, para podermos estar concentrados, porque é uma parte mais ritmada e exige algum ritmo e alguma fluidez.

A Sr. Deputada Relatora, quer fazer mais alguma intervenção?

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — É para descomprimir.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, é para descomprimir.

Sr. Deputado Bruno Dias, faça favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, uma questão, apenas, que nos faltou, talvez, clarificar e deixar explícito tem que ver com o facto de todos nós já sabermos que as votações são em função dos Deputados e das Deputadas presentes e não necessariamente por grupo parlamentar.

Se o Sr. Presidente quiser fazer, digamos assim, a identificação das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados, uma só vez, evitará ter de estar constantemente a fazer isso, de cada vez que haja o anúncio de resultados.

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Então, por parte do Partido Socialista estão presentes a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Bernardo, o Sr. Deputado António Sales, o Sr. Deputado Bruno Aragão, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Sousa, o Sr. Deputado Hugo Carvalho, o Sr. Deputado Hugo Costa, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Fátima Fonseca, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Borges Madeira e o Sr. Deputado Pedro Coimbra, em substituição da Sr.<sup>a</sup> Deputada Vera Braz.

Por parte do PSD estão presentes o Sr. Deputado Hugo Carneiro, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Dantas, o Sr. Deputado Paulo Moniz e o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

Por parte do Chega está presente o Sr. Deputado Filipe Melo, por parte da IL está presente o Sr. Deputado Bernardo Blanco, por parte do PCP está

presente o Sr. Deputado Bruno Dias e por parte do Bloco de Esquerda está presente o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

Portanto, estamos todos representados, pelo que só referirei os grupos parlamentares que vão fazer a respetiva votação.

Vamos, então, iniciar a votação pela Secção I — Composição, funcionamento e diligências efetuadas pela Comissão, da primeira parte do relatório.

Agora agradecia mesmo, se possível, que fizessem silêncio.

*Pausa.*

Vamos então iniciar, com a votação, no âmbito da Secção I, da proposta de alteração 1, apresentada pelo BE, de aditamento de um novo parágrafo à página 19, linha 20 — sempre que referir as páginas e as linhas refiro-me, obviamente, ao relatório preliminar, como é do conhecimento geral.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do CH Filipe Melo.*

*Era a seguinte:*

«A suspeição sobre a conduta de Deputados, assessores e serviços técnicos da Comissão foi levantada, também, em sessão plenária da Assembleia da República, no dia 6 de maio de 2023, em que o Sr. Deputado

Eurico Brilhante Dias afirmou: ‘Aquilo que aconteceu na semana passada foi um mau serviço deste Hemiciclo à verdade que queremos apurar na CPI. Foi um mau serviço desta instituição, porque, evidentemente, o que aconteceu, volto a sublinhá-lo, foi uma fuga segmentada, fragmentada, de documentos classificados que chegaram a esta instituição.’ Perante a insistência para a apresentação de provas que dessem cobertura a tal afirmação, o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias não apresentou, nem à Comissão nem à Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, quaisquer factos que validassem as suas afirmações.»

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, rejeitada que está esta proposta, queria fazer notar que o PCP solicita a votação da sua proposta de alteração 1.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Vamos votar, no âmbito da Secção I, a proposta de alteração 1, apresentada pelo PCP, de aditamento de novos parágrafos à página 20, linha 16 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«Houve um claro abuso da classificação de documentos como confidenciais, secretos ou de acesso restrito. Essa classificação incluiu documentos que por lei deveriam estar publicados na Internet (é o caso, por exemplo, dos Relatórios e Contas da TAP SGPS e do Relatório Final da Comissão Especial de Acompanhamento à Privatização da TAP, criada em 2015) e documentos sem qualquer motivo para essa reserva que não seja a intenção de dificultar o escrutínio público da atividade do Governo e das empresas públicas (como os pareceres jurídicos e as auditorias requeridas e pagas por entidades públicas, ou os contratos de leasing automóvel declarados como secretos).

Paralelamente, detetou-se que durante os processos auditados, seja a privatização de 2015, seja a recompra de 2017, seja a reestruturação de 2020, os respetivos governos abusaram das situações de confidencialidade para poder esconder informação do escrutínio democrático da própria Assembleia da República e do exercício do direito ao controlo de gestão por parte dos trabalhadores da TAP.

Em todas estas situações houve abusos graves, que devem ser comunicados às respetivas entidades competentes para que se atue e apure cabalmente todas as responsabilidades, incluindo responsabilidades criminais.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos, então, à votação do corpo da Secção I — Composição, funcionamento e diligências efetuadas pela Comissão, da primeira parte do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo*

*Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos, agora, à Secção II — Introdução.

Vamos votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 2, apresentada pelo BE, de eliminação da linha 9 da página 21 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Passamos, no âmbito da Secção II, da proposta de alteração 3.1, apresentada pelo PCP, de aditamento à página 22, linha...

Sr. Deputado Bruno Dias?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, se quiser ir perguntando, eu respondo. Se não perguntar, vou interrompendo.

O Sr. **Presidente**: — Penso que será para a proposta de alteração 2, do PCP, de emenda...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É isso mesmo que queremos votar.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 2, apresentada pelo PCP, de substituição da página 21, linhas 13 a 17.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do CH Filipe Melo.*

*Era a seguinte:*

«O conhecimento público da atribuição de uma indemnização de 500 000 € a uma Administradora, na sequência da então designada ‘renúncia por acordo’, autorizada pelos membros do governo apesar de inexistente no Estatuto do Gestor Público, ao cargo na TAP, uma empresa pública, gerando uma forte contestação política e social, levou a questionar não apenas o valor dessa indemnização em concreto, mas de igual modo as práticas de gestão e a forma como o Estado exerce as suas responsabilidades junto da empresa.»

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação, no âmbito da Secção II, da proposta de alteração 3.1, apresentada pelo PCP, de aditamento de um novo parágrafo à página 22, linha 5, do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita*

*Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Há ainda a registar que o Grupo Parlamentar do PCP propôs o alargamento do âmbito do objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito no sentido de que a mesma pudesse averiguar detalhadamente a situação do Grupo TAP desde a última privatização em 2015. A proposta foi rejeitada, apesar de, no decurso dos trabalhos, rapidamente se ter concluído que a atual situação do Grupo TAP é inseparável das consequências económicas e políticas do processo de privatização à Atlantic Gateway e ao processo de recompra de ações realizado em 2017.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 4, apresentada pelo BE, de eliminação desde a página 22, linha 28, até à página 24, linha 2 do relatório.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, não! A seguir é a proposta de alteração 3 do BE.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não! Se o Bloco de Esquerda não pediu...

O Sr. **Presidente**: — Vão-me desculpar, deixem-me gerir o trabalho, porque senão depois é mais difícil cruzarmos tudo.

Vou repetir como é que estamos a fazer as votações. Vamos votar todas as propostas que não foram aceites. Só se os grupos parlamentares, nas

que foram parcialmente aceites, pedirem para que haja, de facto, a votação, só nessas circunstâncias é que faremos a votação.

Portanto, agora, vamos votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 4, apresentada pelo BE, de eliminação desde a página 22, linha 28, até à página 24, linha 2.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos a favor do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do CH Filipe Melo.*

Passamos agora à votação, no âmbito da Secção II, da proposta de alteração 1, apresentada pelo CH, de substituição da página 22, linhas 25 a 27 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do Bloco de Esquerda Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«É um relatório sobre a gestão da empresa e a gestão da tutela política da TAP.»

Vamos votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 2, apresentada pelo CH, de eliminação das páginas 22 e 23, linhas 28 a 34 e 1 a 3, respetivamente.

*Submetida à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Passamos à votação, no âmbito da Secção II, da proposta de alteração 3, apresentada pelo CH, de substituição da linha 13 da página 23.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«(...) Comissão, contudo ainda no que respeita a estes mesmos incidentes, há ainda a registar que o computador de trabalho do então

Adjunto Frederico Pinheiro foi entregue aos órgãos de polícia criminal para perícia, sobre a qual ainda não foram dados quaisquer desenvolvimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito.»

Vamos votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 4, apresentada pelo PCP, de substituição da página 23...

Faça favor, Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, se não se importar, gostaríamos de levar a votação a nossa proposta 4.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Vamos votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 4, apresentada pelo CH, que emenda a página 21, linhas 18 a 22.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Era a seguinte:

«Quanto à reunião ocorrida a 17 de janeiro onde participam a CEO e o deputado do PS, Carlos Pereira, na TAP em janeiro de 2023, data anterior à própria aprovação desta CPI, logo que foram levantadas dúvidas sobre esta reunião, a CPI tomou as diligências necessárias, tendo sido remetida a questão para a 14.<sup>a</sup> CTED — Comissão de Transparência e Estatuto dos

Deputados, Comissão competente para o efeito. A Comissão já emitiu parecer sobre esta matéria o qual deve ser anexo ao presente relatório.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 4, apresentada pelo PCP, de substituição da página 23, linhas 23 a 32.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«A CPI foi chamada a pronunciar-se sobre a gestão política da TAP. Ficou demonstrado que a primeira — e, às vezes, única — orientação dada pelos sucessivos governos às administrações da TAP é preparar a empresa para ser privatizada. A CPI pôde ver que as sucessivas tentativas de privatização tiveram consequências dramáticas para a TAP; pôde constatar como as piores práticas da gestão privada tomaram conta da empresa em 2015. Viu que a empresa está hoje perfeitamente capitalizada e integrada na maior parceria estratégica de aviação civil do mundo. Assim, a Comissão considera necessário colocar nas recomendações do presente relatório a recusa da privatização da TAP e a necessidade de reforçar o compromisso político de fazer a TAP crescer e cumprir as suas missões estratégicas (coesão nacional, ligação à diáspora, desenvolvimento do turismo, ligações de Portugal ao mundo, criação de emprego de qualidade).»

Segue-se a votação, no âmbito da Secção II, da proposta de alteração 5, apresentada pelo CH, de eliminação da página 23, linhas 29 a 32 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos à votação, no âmbito da Secção II, da proposta de alteração 7, apresentada pelo CH... Entretanto, já percebi que o Sr. Deputado Filipe Melo quer votar a proposta de alteração 6, do CH.

Vamos então votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 6, apresentada pelo CH, de substituição da página 24, linhas 3 a 7 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Importa igualmente reforçar que a finalidade de uma comissão parlamentar de inquérito é apurar factos e não opiniões, circunstância pela qual o seu relatório final, de igual modo, não deve espelhar posturas ou opiniões pessoais do seu relator, mas antes expor as conclusões possíveis em função dos factos apurados, bem como tentar ser o mais fiel possível aos depoimentos que tiveram lugar em sede de reunião de comissão».

Vamos votar, no âmbito da Secção II, a proposta de alteração 7, apresentada pelo CH, de eliminação da página 24, linhas 22 a 25.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos, então, votar o corpo da Secção II — Introdução.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos agora à Secção III — Enquadramento. Aqui, temos só o corpo para votar. Não sei se o Sr. Deputado do Partido Comunista Português quer pôr à votação a proposta de alteração 8 do PCP, que é um aditamento à página 29.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É isso mesmo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar, no âmbito do Enquadramento, a proposta de alteração 8, apresentada pelo PCP, de aditamento de novos parágrafos à página 29 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do CH Filipe Melo, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«2006 — Aquisição da Portugália ao Grupo BES por 140 milhões de euros;

5 de junho de 2015 — Apresentação das Propostas Finais Melhoradas;

16 de junho de 2015 — Assinado Memorando de Entendimento Airbus/DGN;

19 de junho de 2015 — Criação da Atlantic Gateway;

19 agosto 2015 — Carta da Atlantic Gateway à PARPÚBLICA pedindo que a Airbus tenha acesso ao AVD;»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora sim, votar o corpo da Secção III — Enquadramento.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos iniciar as votações do Capítulo I, que está dividido, por assim dizer, em corpo e conclusões.

Vamos começar por votar, no âmbito do Capítulo I, a proposta de alteração 8, apresentada pelo CH, de substituição linha 8 da página 40 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«A) Miguel Frasquilho: convidado por Pedro Nuno Santos.»

Segue-se a votação, no âmbito do Capítulo I, da proposta de alteração 9, apresentada pelo CH, de aditamento de um novo ponto 5 na página 42, linha 5.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Verificou-se por parte dos governantes, ou pelo menos assim foi alegado, o desconhecimento do Estatuto do Gestor Público, no entanto, este não pode ser tido como um elemento desculpante para o incumprimento mesmo quando os intervenientes não sejam juristas.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da proposta de alteração 10, apresentada pelo CH, de um aditamento, na linha 13 da página 44 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira do Deputado, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do*

*Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Acontece que neste âmbito para além dos incumprimentos já mencionados, também foi possível apurar que contrariamente ao legalmente exigível, os contratos de gestão em causa não se encontravam assinados, o que suscita questões adicionais dúvidas sobre a legalidade das decisões que formal e materialmente vincularam a companhia em múltiplos domínios.»

O Sr. **Presidente:** — Votamos, agora, a proposta de alteração 11, apresentada pelo CH, de um aditamento na linha 11, página 46 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira do Deputado, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Contudo, a justificação dos membros do Governo, não colhe. Senão veja-se: a título de exemplo, no email constante do acervo de documentos da CPI, datado de 13 de setembro de 2021, enviado a João Leão e Pedro Nuno Santos, com o assunto ‘Contratos de Gestão a celebrar pelos membros do Conselho de Administração da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, SA (TAP SGPS) E DA Transportes Aéreos Portugueses, SA (TAP

SA)’ pode-se ler ‘(...) De acordo com o Estatuto do Gestor Público, deverão ser celebrados no prazo de 3 meses contado a partir da data da designação dos gestores públicos, contratos de gestão com os titulares de função acionista e o Governo, através do respetivo membro responsável pelo respetivo sector de atividade (artigo 18.º, 1 e 2 do EGP).(…) À luz daquela disposição legal os contratos deverão ser celebrados até ao próximo dia 24 de setembro de 2021;(…)Deixando expressamente reiterado o total empenho e sentido de compromisso de todo e cada um dos membros destas equipas de gestão na prossecução dos relevantes mandatos que lhe foram confiados, vimos pela presente solicitar a V. Excelência que sejam desencadeados urgentemente os procedimentos necessários à outorga dos supra referidos contratos de gestão (...)’.»

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos com a votação da proposta 10.3, apresentada pelo PCP, de um aditamento na linha 21, página 49 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira do Deputado, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«Não existe qualquer registo do Governo ter comunicado, à TAP ou à UTAM, as orientações estratégicas, gerais e específicas necessárias à elaboração de um contrato de gestão para os gestores da TAP. Não existe

igualmente qualquer registo do Governo ter realizado qualquer diligência no sentido do cumprimento da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, por fim, votar o corpo do capítulo I.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Vamos dar início à votação das conclusões do capítulo I com a votação referente à conclusão 1.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos, agora, à votação da conclusão 2, referente ao capítulo I.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita*

*Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e as abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à conclusão 3 do capítulo I.

Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, gostaria, por favor, de votar a proposta de alteração 12, que emenda a conclusão 3.

O Sr. **Presidente**: — A proposta de alteração 12, que emenda a conclusão 3?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Essa foi integrada no relatório, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Foi integrada?

O Sr. **Presidente**: — Essa proposta foi totalmente integrada — não foi parcialmente integrada — e vai ser integrada na conclusão 3.

Portanto, vamos então, votar a conclusão 3 do capítulo I.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro,*

*Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Votamos, de seguida, a conclusão 4 do capítulo I.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos prosseguir com a votação da proposta de alteração 7, apresentada pelo BE, de substituição da conclusão 5, linhas 24 a 29 da página 50 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«A tutela foi alertada para a necessidade de serem realizados os Contrato de Gestão, não tendo sido apuradas quaisquer ações entre 2020 e 2023 com vista à realização dessa obrigação legal, mesmo havendo

conhecimento das consequências jurídicas e administrativas da sua não existência.»

O Sr. **Presidente**: — De seguida, vamos votar a proposta de alteração 12.1, apresentada pelo PCP, de substituição da conclusão 5, linhas 24 a 29 da página 50 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«5. Compete ao Governo a definição das orientações ‘estratégicas, gerais e específicas’ e garantir que se concretize a assinatura, com os gestores públicos, de contratos de gestão com o Ministério das Finanças e o Ministério das Infraestruturas (no caso). O Governo não tomou qualquer iniciativa no sentido de garantir que tal acontecesse, e continua a não tomar mesmo depois das repercussões públicas que esta questão tomou.»

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos com a votação da conclusão 5.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro,*

*Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar agora a proposta de alteração 8, apresentada pelo Bloco de Esquerda, de substituição da conclusão 6, linhas 31 a 33, página 50 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«A tutela não desencadeou quaisquer iniciativas, junto do CA ou da UTAM, para sinalizar a necessidade de cumprimento de prazos legais para a realização dos Contratos de Gestão.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar, em conjunto, as propostas de alteração 12.2 e 12.3, apresentadas pelo PCP, de substituição da conclusão 6, página 50, linhas 31 a 33 do relatório.

*Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do PCP Bruno*

*Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Eram as seguintes:*

«6. A publicação da Portaria nº 317-A/2021 a 23 de dezembro de 2021 vem determinar que, daí para a frente, compete aos Administradores da TAP submeterem uma proposta de Contrato de Gestão à UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento do SPE. Esta Portaria contradiz aspetos centrais do EGP e deve ser revista, a não ser que por absurdo alguém defenda que as orientações estratégicas, gerais e específicas do SEP devem ser determinadas por cada gestor nomeado em conjunto com a UTAM. Esta Portaria serve apenas, como a prática demonstra, para tentar desresponsabilizar o Governo, e reduzir os contratos de gestão à discussão de prémios para os gestores públicos.»

«A CPI não encontrou quaisquer evidências de iniciativas por parte das tutelas, nomeadamente do Ministério das Finanças e do Ministério das Infraestruturas, no sentido de sinalizar ao CA a necessidade de cumprimento dos prazos.»

O Sr. **Presidente**: — Ponho agora à votação a proposta de alteração 13, apresentada pelo CH, de aditamento de uma conclusão 7, página 50, linha 34 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do*

*Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Mesmo depois do alerta dado pelo Presidente do Conselho de Administração a solicitar conselhos e orientações de procedimentos nesta matéria, a tutela continuou sem dar a devida atenção a esta matéria.»

**O Sr. Presidente:** — Segue-se a votação da conclusão 6 do capítulo I.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Temos, de seguida, a votação da proposta de alteração 9, apresentada pelo BE, de aditamento de uma conclusão 7.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«7. Os responsáveis políticos passaram uma mensagem de desvalorização das obrigações legalmente exigíveis para a realização dos Contratos de Gestão.»

O Sr. **Presidente**: — Penso que estamos em condições de passar às votações respeitantes às propostas apresentadas para o corpo do capítulo II do relatório.

Julgo haver uma dúvida por parte do Sr. Deputado Bruno Aragão?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, relativamente à conclusão 7, houve uma proposta de aditamento por parte do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a conclusão 7 foi totalmente incorporada no relatório.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, ainda assim, e como foi uma proposta de aditamento do PS, tem ainda de ser votada.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS, de aditamento de uma conclusão 7.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo*

*Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Agora, sim, vamos passar à votação das propostas de alteração relativas ao capítulo II. Pedia algum silêncio, para podermos estabilizar a Sala.

Começamos por votar a proposta de alteração 10, apresentada pelo Bloco de Esquerda...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Só um momento, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

*Pausa.*

Já podemos dar continuidade às votações, Sr. Deputado Bruno Dias?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar as propostas de alteração relativas ao corpo do capítulo II.

Começamos por votar a proposta de alteração 10, apresentada pelo BE, de eliminação da linha 26, página 54 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL*

*Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Votamos, de seguida, a proposta de alteração 15, apresentada pelo CH, de um aditamento na linha 9, página 63 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Dos contributos recolhidos pela CPI, parece resultar a imputação de responsabilidades a Gonçalo Pires, CFO da TAP, no que respeita à prestação de informações erróneas ao regulador.

Importa referir ainda que Gonçalo Pires foi escolhido para a administração da TAP pelo Estado, e apesar desta ligação e de ser sua incumbência, o gestor não fez qualquer comunicação à tutela financeira sobre a saída de Alexandra Reis, tendo especificamente referido que ‘Não comuniquei porque não participei no processo’, disse aos deputados, que o questionaram sobre se tinha obrigação de fazer essa comunicação com a tutela.»

O Sr. **Presidente**: — De seguida, votamos a proposta de alteração 13, apresentada pelo PCP, de substituição das linhas 14 a 16, página 71 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira.*

*Era a seguinte:*

«Nestes termos, percebemos que foi com estas premissas que as partes iniciaram uma negociação, que objetivamente ignorou o quadro legal vigente e tentou legitimar um pagamento indevido de uma entidade pública a Alexandra Reis.»

O Sr. **Presidente:** — Ainda no corpo do capítulo II, passamos, agora, à votação da proposta de alteração 11, apresentada pelo BE, de substituição das linhas 1 e 2 da página 91 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«Além das situações supra expostas e abordadas nas audições da CPI, verifica-se a inexistência de acompanhamento, por parte da tutela política, dos processos de saída de administradores. Tal traduz-se na inexistência de reporte por parte dos membros do CA indicados pelo Estado e na ausência de preocupação demonstrada pelos responsáveis políticos.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, de seguida, proceder à votação da proposta de alteração 12, apresentada pelo BE, de eliminação das linhas 8 a 12, página 91 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do CH Filipe Melo, o voto a favor do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Prosseguimos com a votação da proposta de alteração 17, apresentada pelo CH, de aditamento na linha 30, página 91 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias e votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«No âmbito da matéria anteriormente apresentada, também no caso de Fernando Pinto não se pode falar em rigor de uma indemnização, visto que a componente principal que explica o valor recebido (1,6 milhões de euros) é justificada pela prestação de serviços do Eng.º Fernando Pinto aos membros do Conselho de Administração, embora não tenha ficado claro de que serviços concretamente se referiam.»

O Sr. **Presidente**: — Temos, de seguida, a votação da proposta de alteração 13, do BE, de eliminação das linhas 9 a 15, página 92 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, o voto a favor do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Estamos, agora, em condições de votar o corpo do capítulo II, pelo que vamos proceder à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos, agora, à votação das conclusões do capítulo II, começando com a votação respeitante à conclusão 1.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Votamos, agora, a proposta de alteração 14, apresentada pelo BE, de substituição da conclusão 2, linhas 4 a 7, página 93 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«O processo de cessação de funções na TAP da Alexandra Reis, tanto quanto a CPI conseguiu apurar, partiu da vontade de Christine Ourmières-Widener. Esta vontade foi exposta ao acionista, que deu conforto à escolha, tendo sido gerido pela CEO e enquadrado num processo de reestruturação

do CAE, havendo demonstração de interações com a tutela ao longo do processo e posterior apresentação aos restantes membros do CA.»

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação da proposta de alteração 18, apresentada pelo CH, de substituição da conclusão 2, linhas 4 a 7, página 93 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«O processo de cessação de funções na TAP de Alexandra Reis, como a CPI bem pôde verificar, não é claro na forma como surge, nos motivos que a originam nem na forma como acontece. De resto, foi por diversas vezes debatida a alegada figura da ‘renúncia por acordo’. Se há uma renúncia não pode haver direito a indemnização e se em causa estivesse ou esteve um despedimento, o mesmo poderia dar lugar a uma indemnização se verificados os pressupostos legais para a sua atribuição, circunstância esta que nunca, em nenhum caso, poderia atingir os valores e demais rubricas observadas.»

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos com a votação da conclusão 2 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos à votação, no âmbito do capítulo II, da proposta de alteração 19, apresentada pelo CH, de eliminação da conclusão 3, página 93, linhas 9 e 10 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, o voto a favor do Deputado do CH Filipe Melo e abstenções do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Segue-se a votação da conclusão 3 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH*

*Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Votamos, de seguida, a conclusão 4 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Prosseguimos, com a votação da conclusão 5 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação da conclusão 6 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita*

*Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Continuamos no capítulo II.

*Pausa.*

Agora que estamos todos sintonizados, vamos votar, no âmbito do capítulo II, a proposta de alteração 16, apresentada pelo BE, de substituição dos dois últimos parágrafos da conclusão 6.1, linhas 23 a 29 da página 94 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Esta negociação decorreu num período de cerca de 10 dias. Este processo foi marcado por propostas e contrapropostas de ambas as partes, tendo sido sempre conduzido por Christine Ourmières-Widener e acompanhado pela tutela (que baliza valores máximos aceitáveis para a indemnização).»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da conclusão 6.1 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Votamos, agora, a conclusão 6.2 do capítulo II do relatório.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, na tentativa de acelerar um bocadinho isto, se todos estivessem de acordo, sugeria votarmos as conclusões 6.1 até à conclusão 10 do capítulo II em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — A conclusão 6.1 do capítulo II já está votada.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Então, sugeria votarmos desde a conclusão 6.2 até à conclusão 10 do capítulo II do relatório, em conjunto.

*Protestos.*

O Sr. **Presidente**: — Não há unanimidade. Muito obrigado, de qualquer forma.

Vamos, então, votar a conclusão 6.2 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Votamos, de seguida, a conclusão 7 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos, agora, votar a conclusão 8 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro,*

*Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Segue-se a votação da conclusão 9 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação da conclusão 10 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos votar, no âmbito do capítulo II, a proposta de alteração 20, apresentada pelo CH, de eliminação da linha 30 da página 96 à linha 22 da página 97 da conclusão 11 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo*

*Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Vamos votar a conclusão 11 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação, ainda no âmbito do capítulo II, da proposta de alteração 20, apresentada pelo CH, de eliminação da conclusão 12, página 97 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar, agora, no âmbito do capítulo II, a proposta de alteração 17, de alteração da conclusão 12, página 97, linhas 4 a 9 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«A tutela setorial — Ministério das Infraestruturas e Habitação — teve conhecimento do processo de saída de Alexandra Reis. Pedro Nuno Santos, quando: *i*) no início de janeiro de 2021, e por solicitação de Christine Ourmières-Widener, a autoriza a proceder à reconfiguração da Comissão Executiva, para atender à vontade da CEO de escolher a sua equipa de trabalho; *ii*) teve conhecimento e deu conforto à proposta de reconfiguração da Comissão Executiva apresentada pela CEO; *iii*) teve conhecimento de várias propostas de indemnização, balizando os valores máximos aceitáveis para a indemnização; e *iv*) no final do processo, dando a sua aceitação ao valor acordado entre as partes. Por seu lado, Hugo Santos Mendes foi acompanhando o processo de negociação da compensação.»

O Sr. **Presidente:** — Vamos votar a conclusão 12 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo*

*Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação, no âmbito do capítulo II, da proposta de alteração 20, apresentada pelo CH, de eliminação da conclusão 13, página 97 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Vamos votar a conclusão 13 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Continuamos, com a votação, no âmbito do capítulo II, da proposta de alteração 20, apresentada pelo CH, de eliminação da conclusão 14, página 97 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Votamos, de seguida, a conclusão 14 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos à votação, no âmbito do capítulo II, da proposta de alteração 20, apresentada pelo CH, de eliminação da conclusão 15, página 97 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita*

*Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Votamos, agora, a conclusão 15 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Prosseguimos, com a votação, no âmbito do capítulo II, da proposta de alteração 21, apresentada pelo CH, de aditamento de uma conclusão 11, página 96, linha 29 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«A CPI procurou dirimir se nalgum momento, por alguma forma, ou por algum interveniente, teriam decorrido evidências de que a tutela acionista da TAP, tivesse tido conhecimento do processo de saída de Alexandra Reis.

O Ministério das Finanças alegou ter tido conhecimento no momento da publicação no site da CMVM do comunicado enviado pela TAP no dia 4 de fevereiro.

A tutela setorial — Ministério das infraestruturas e Habitação, disse ter tido conhecimento do processo de saída de Alexandra Reis.

Pedro Nuno Santos, quando *i)* no início de janeiro de 2021, e por solicitação da então CEO da TAP, a autoriza a proceder à reconfiguração da Comissão Executiva, para atender à vontade da então CEO de escolher a sua equipa de trabalho; e *ii)* no final do processo, dando a sua aceitação ao valor acordado entre as partes.

Por seu lado, Hugo Mendes foi acompanhando o processo de negociação da compensação. Assim, quer Pedro Nuno Santos quer Hugo Santos Mendes após terem inicialmente negado conhecimento ou qualquer tipo de envolvimento na indemnização de Alexandra Reis, corrigiram depois esse seu entendimento quando Pedro Nuno Santos reconheceu que teve acesso a algumas mensagens trocadas entre si, a sua chefe de gabinete e Hugo Mendes sobre o valor da indemnização, tendo inclusivamente levado à sua demissão

No âmbito deste acompanhamento, embora os referidos governantes não conhecessem o clausulado, conheciam os termos do negócio/ contrato.»

O Sr. **Presidente**: — Votamos, agora, no âmbito do capítulo II, a proposta de alteração 22, apresentada pelo CH, de substituição da conclusão 16, página 97, linhas 24 e 25 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«A utilização de ‘WhatsApp’ como meio de comunicação foi recorrente em todo este processo, e porque a mencionada aplicação não corresponde a nenhum canal de comunicação oficial de qualquer entidade governamental do Estado português, torna-se evidente que o processo decisório deste Ministério foi operado de forma manifestamente informal, e assim desconforme com os procedimentos exigíveis para estes processos.»

O Sr. **Presidente:** — Vamos votar a conclusão 16 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Votamos, agora, a alínea a) da conclusão 17 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos a votar a alínea b) da conclusão 17 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Votamos, agora, a conclusão 18 do capítulo II do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Segue-se a votação, no âmbito do capítulo II, da proposta de alteração 16, apresentada pelo PCP, de substituição integral das conclusões do capítulo II do relatório.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, creio que não podemos fazer a votação nesses termos, porque, independentemente de já ter votado contra algumas delas, já temos conclusões aprovadas. Por isso, podemos votar é, ou individualmente ou como um bloco, para acrescentar estas conclusões às conclusões previamente aprovadas, porque não faz sentido, depois de termos coisas aprovadas, agora reverter uma votação já feita.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, julgo que poderemos...

O Sr. **Presidente**: — Peço silêncio, senão não consigo ouvir. Peço desculpa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Julgo que poderemos eventualmente estar perante um lapso na elaboração do guião, em que nenhum de nós tinha

reparado. Esta proposta do PCP devia ter sido votada antes da votação das conclusões do capítulo II. Se a tivéssemos votado antes, não estava agora prejudicada a substituição. Por isso, proponho que seja votada como aditamento.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Obrigado.

Então, vamos votar, no âmbito do capítulo II, a proposta de alteração 16, apresentada pelo PCP, de aditamento às conclusões ao relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«1. O processo de saída de Alexandra Reis foi tratado de forma ilegal, como se a TAP fosse uma empresa privada. O Ministério das Infraestruturas conhecia o processo de negociação em curso, e tinha obrigação de ter alertado que numa empresa pública como a TAP a saída de gestores é tratada nos termos da lei.

2. O princípio de que os diferendos de elevado montante com o Estado se resolvem através de negociações e/ou arbitragens está a lesar o Estado em centenas de milhões de euros e é uma má prática, como mais uma vez se demonstra.

3. É com a gestão privada que se iniciam escandalosos processos de saída de administradores, destacando-se o conjunto de remunerações,

prémios, pré-reformas e demais regalias atribuídos a Fernando Pinto e Max Urbahn.»

O Sr. **Presidente**: — Terminámos, assim, o capítulo II. Vamos para o capítulo III.

Passamos já a votar o corpo do capítulo III do relatório.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos passar às conclusões do capítulo III.

Assim, votamos a proposta de alteração 19, apresentada pelo BE, que emenda a conclusão 1, página 105, linhas 12 a 14 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Alexandra Reis foi nomeada Presidente do Conselho de Administração da Navegação Aérea de Portugal — NAV Portugal, E. P. E. (NAV) para o mandato 2022-2024, tendo sido convidada por Hugo Santos Mendes (então Secretário de Estado das Infraestruturas) após indicação de Pedro Nuno Santos (então Ministro das Infraestruturas e Habitação).»

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação da conclusão 1 do capítulo III do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação da conclusão 2 do capítulo III do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Ainda no âmbito do capítulo III, votamos agora a proposta de alteração 23, apresentada pelo CH, de substituição de parte da conclusão 3, página 105, linhas 25 a 28 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Apesar do exposto no ponto que antecede, é de assinalar a estranheza de todo o processo, uma vez que foi permitido a Alexandra Reis sair da TAP, alegadamente através de ‘renúncia por acordo’, para abraçar um novo desafio profissional, tendo posteriormente esta sido nomeada para uma entidade com a qual, nas suas anteriores funções mantinha relação e, posteriormente, chegue ainda ao cargo de Secretária de Estado do Tesouro, que tutela as duas primeiras entidades.

Mais acresce, o incumprimento legal associado à circunstância de Alexandra Reis ter sido nomeada para uma empresa pública, quando havia recebido uma indemnização de 500 000 euros numa outra, atendendo a que se encontrava uma vez mais abrangida pelo Estatuto do Gestor Público.»

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação da conclusão 3 do capítulo III.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Votamos a proposta de alteração 20, apresentada pelo BE, de substituição da conclusão 4, página 106, linhas 1 a 6 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Alexandra Reis negociou a sua saída da TAP entre 25 de janeiro e 4 de fevereiro de 2022, materializando a saída a 28 de fevereiro e sendo contactada a 22 de março para a possibilidade de assumir a Presidência da NAV.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da conclusão 4 do capítulo III.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Votamos, ainda a conclusão 5 do mesmo capítulo.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Temos, ainda, a votação da conclusão 6 do capítulo III.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos à votação da conclusão 7 do mesmo capítulo.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à proposta de alteração 17, apresentada pelo PCP, de aditamento de uma conclusão 8 ao capítulo III ao relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do CH Filipe Melo, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«8. Regista-se como de enorme gravidade o facto de que, desde 30 de agosto de 2021 até ao presente, o Governo só tenha conseguido encontrar um cidadão — Alexandra Reis — capaz de desempenhar as funções de Presidente da NAV. Para mais, esta situação deixa a empresa reduzida a 2 administradores e sempre à beira de perder o quórum para deliberar.»

O Sr. **Presidente**: — Terminámos, assim, as votações do capítulo III...

Ah, não, ainda temos de votar os aditamentos, peço desculpa.

Vamos, então, votar a proposta de alteração 3, apresentada pelo PS, que adita uma conclusão 8 ao capítulo III do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Segue-se a votação da proposta de alteração 4, apresentada pelo PS, de aditamento de uma conclusão 9 ao capítulo III do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Agora, sim, concluímos o capítulo III, pelo que passamos à votação do capítulo 4.

Começamos por votar o corpo do capítulo IV.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo*

*Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos, agora, passar às conclusões do capítulo IV.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Temos agora uma situação idêntica àquela que se passou há pouco.

No final desta tabela, temos a proposta de alteração 19, do PCP, de substituição integral das conclusões do capítulo IV. Propunha que a votássemos já.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votá-la agora, então.

Votamos, assim, a proposta de alteração 19, do PCP, de substituição integral das conclusões do capítulo IV do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«1. Os salários pagos na TAP aos seus administradores são legais, quer durante a sua gestão privada, pois não existem limites nesse caso, quer durante a sua gestão pública pois a empresa tem sido excecionada de cumprir o RJSPE e o EGP no que respeita aos salários dos gestores.

2. Os salários mais elevados pagos no período entre 2014 e 2023 foram-no durante a gestão privada da companhia, onde ainda se atribuíram prémios aos administradores de 3 milhões de euros mesmo perante prejuízos agravados.

3. Os salários pagos aos administradores da TAP não são aceitáveis, mesmo numa gestão privada, e muito menos numa gestão pública.

4. Devem ser eliminadas todas as exceções à aplicação a todo o Setor Público dos salários previstos para os gestores públicos, que são, recorda-se, quase 10 vezes superiores ao SMN.

5. Não existem razão para a existência de Comissões de Vencimentos nas empresas públicas. Os salários e condições remuneratórias dos gestores estão fixados por lei.»

O Sr. **Presidente**: — Agora, sim...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, pedia, por favor, para levar a votação a proposta de alteração 24, que substitui a conclusão 10.

O Sr. **Presidente**: — Ainda lá não chegámos. Lá chegaremos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, mas antes de irmos para as conclusões, estava já a dar ao Sr. Presidente a indicação de que...

O Sr. **Presidente**: — Mas depois dá-ma na altura, Sr. Deputado, é mais fácil.

Vamos, então, começar a votar as conclusões.

Votamos a conclusão 1 do capítulo IV do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Segue-se a votação da conclusão 2 do mesmo capítulo.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação da conclusão 3 do capítulo IV do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Segue-se a votação da conclusão 4, ainda do capítulo IV.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Temos, ainda, a votação da conclusão 5 do mesmo capítulo.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Segue-se a votação da conclusão 6 do capítulo IV do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Chegamos, assim, à votação da conclusão 7.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Segue-se a votação da conclusão 8 do capítulo IV do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Votamos a conclusão 9 do mesmo capítulo.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Suponho que, agora sim, deveremos votar a tal proposta que há pouco o Sr. Deputado Filipe Melo referiu.

Assim, votamos, no âmbito do capítulo IV, a proposta de alteração 24, apresentada pelo CH, de substituição da conclusão 10, página 106, linhas 9 a 12 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Existem depoimentos nesta CPI que indiciam que alegadamente terá havido uso impróprio de viaturas de serviço por parte de alguns administradores da TAP, nomeadamente, pela alegação de que em determinado momento, a ex-CEO da TAP poderia ter colocado à disposição

da sua família, um carro e companhia da empresa para deslocações na cidade de Lisboa, fora, portanto, do âmbito das atribuições dessa mesma viatura e motorista, tal facto, podendo ser gerador de responsabilidades em sede própria.»

O Sr. **Presidente**: — Por fim, votamos a conclusão 10 do capítulo IV do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Está votado o capítulo IV. Vamos passar ao capítulo V do relatório e às propostas referentes ao corpo do capítulo V.

Vamos, então, votar a proposta de alteração 25, apresentada pelo CH, de eliminação do texto constante das linhas 13 a 17 da página 129 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Votamos a proposta de alteração 21, apresentada pelo BE, de aditamento de uma secção 2.2.6 ao corpo do capítulo V.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«2.2.6. Reuniões entre o Governo, CEO da TAP e o Grupo Parlamentar do PS

No dia 17 de janeiro de 2023 realizou-se uma reunião entre a CEO da TAP, membros do gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas e deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Na nota de agenda, a reunião foi identificada com o título ‘Reunião preparatória com o GPPS sobre a audição à Sr.ª PCE da TAP’, sendo esta prévia à audição na Assembleia da República. Quando questionada sobre quem marcou a reunião, Christine Ourmières-Widener referiu: ‘se bem me lembro, foi uma recomendação, uma recomendação do Ministro das Infraestruturas’.

Em conferência de imprensa pública, realizada no dia 29 de abril de 2023, o Ministro das Infraestruturas, João Galamba, referiu ter dito à CEO a 16 de janeiro: ‘Disse-lhe então que tinha um pedido do GP do PS para uma reunião preparatória, que me tinha chegado julgo que no dia 13, três dias antes de 16, e disse-lhe que não faz sentido eu ir porque não sou eu que vou falar mas a senhora’.

A reunião realizou-se tendo contado, do lado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo menos com a participação do deputado Carlos Pereira. O mesmo deputado integrou posteriormente a inquirição à CEO da TAP, Christine Ourmières-Widener, durante o seu depoimento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O relato da existência de uma reunião entre a CEO de uma empresa pública e um Grupo Parlamentar, mediada pelo Governo e para preparação de audições na Assembleia da República, mostra uma prática inaceitável. Confundindo o interesse geral com o interesse partidário, constitui uma forma de promiscuidade na gestão da coisa pública.

Em nenhum momento, apesar de várias questões sobre a matéria, foi identificado por qualquer depoente a existência de práticas semelhantes. Terá sido a gravidade desta reunião e a sua singularidade na história das empresas públicas que justificou a recorrente omissão da sua existência em declarações de membros do Governo ou responsáveis do PS, incluindo no Grupo Parlamentar.»

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a proposta de alteração 22, apresentada pelo BE, de aditamento de uma secção à linha 3 da página 137 do capítulo V do relatório.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, pedia que dividíssemos a votação da proposta de alteração 22, do BE.

Esta proposta tem a ver com o aditamento de uma secção. Queria solicitar que na votação desta proposta pudéssemos fazer uma divisão...

O Sr. **Presidente**: — Um desdobramento?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Uma divisão em duas partes.

Assim, pedia que votássemos os primeiro, segundo e terceiro parágrafos, sendo que o segundo é um parágrafo de duas linhas.

Portanto, a partir do quarto parágrafo, que começa com a expressão «É, aliás, o envio de informação à CPI...»

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe só que me deixe localizar a proposta.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, é na página 5 do documento com as propostas do Bloco de Esquerda, a adenda de uma secção do capítulo V, que consta no final dessa página 5...

O Sr. **Presidente**: — Sim, começa com: «É, aliás, o envio de informação à CPI...»?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, é precisamente essa a expressão que o Sr. Presidente acabou de enunciar. A partir daí começaria a segunda parte, que gostaríamos de votar separadamente.

O Sr. **Presidente**: — Já percebi, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, tem alguma objeção a que façamos esta divisão da proposta de alteração 22 para votação?

Uma vez que o Sr. Deputado me indica que não tem nenhuma objeção, vamos desdobrar a votação da proposta de alteração 22, do Bloco de Esquerda.

Começamos, assim, por votar a primeira parte, que consiste nos três primeiros parágrafos, que termina com a expressão «‘...comissão parlamentar de inquérito que os tinha solicitado.’»

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«A conduta no Ministério das Infraestruturas

Existiram significativos atrasos no envio da informação pedida pela Comissão ao Ministério das Infraestruturas. Em particular, o esclarecimento do teor das reuniões entre o Ministro das Infraestruturas João Galamba, a CEO da TAP e o Grupo Parlamentar do PS, foi sempre parco. Só depois de a CEO da TAP referir a existência da reunião de 17 de janeiro é que o Ministério das Infraestruturas a reconheceu. Da mesma forma, o Ministério das Infraestruturas só reconheceu a existência da reunião de 16 de janeiro depois de o ex-assessor Frederico Pinheiro a ter tornado pública. Esta prática, reiterada e convicta, mostra, pelo menos, pouca vontade de colaboração com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

No entanto, as informações reunidas ao longo dos trabalhos da CPI mostram que há algo mais.

Eugénia Correia, chefe de gabinete do Ministro das Infraestruturas, reconhece que os documentos pedidos pela Comissão só foram classificados depois do pedido de acesso à documentação, afirmando: ‘os documentos que

foram objeto de classificação são documentos que foram extraídos do computador do Dr. Frederico Pinheiro, porque não se encontravam disponíveis no arquivo do Ministério das Infraestruturas. Foram extraídos do computador do Dr. Frederico Pinheiro para poderem ser objeto de classificação, para poderem ser remetidos à comissão parlamentar de inquérito que os tinha solicitado.’»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, votar a segunda parte da proposta de alteração 22, apresentada pelo BE, de aditamento de uma secção ao capítulo V, a partir do parágrafo «É, aliás, o envio de informação à CPI...».

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira.*

*Era a seguinte:*

«É, aliás, o envio de informação à CPI que parece ter desencadeado os momentos de tensão vividos no Ministério das Infraestruturas. Frederico Pinheiro, ex-assessor do Ministro das Infraestruturas, acusa o Ministro de pretender que não fossem enviadas as suas notas das reuniões com a CEO da TAP à Comissão; João Galamba, Ministro das Infraestruturas, acusa o ex-assessor de ter sonogado a existência dessas notas e protelado o seu envio à Comissão. Certo é que a demissão de Frederico Pinheiro é desencadeada pela necessidade de resposta à CPI.

Esse processo de exoneração de Frederico Pinheiro foi, ainda, avaliado pela Comissão. Na noite de 26 de abril de 2023, após a exoneração de Frederico Pinheiro e a sua deslocação às instalações do Ministério das Infraestruturas, ter-se-á instalado um ambiente de conflitualidade entre a Chefe de Gabinete, as assessoras presentes e o ex-assessor, na disputa sobre a posse do computador de trabalho do ex-assessor. Esse equipamento informático, que a Comissão apurou conter, pelo menos, o programa de reestruturação da TAP e as notas das reuniões de 16 e 17 de janeiro, materializou a tensão que o pedido da Comissão originou. Aliás, na sequência desses acontecimentos, a Chefe de Gabinete relatou ao SIS o que acontecera e, sem enquadramento legal que seja conhecido, levou a que o SIS entrasse em contacto com Frederico Pinheiro e fosse a sua casa buscar o equipamento informático.

A conduta do Ministro das Infraestruturas, omitindo as reuniões com a CEO e promovendo uma promíscua reunião preparatória em janeiro, potenciou uma situação absurda e que envergonhou o país.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar o corpo do capítulo V do relatório.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos passar às conclusões do capítulo V.

Começamos com a votação com conclusão 1 do capítulo V do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e as abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Segue-se a votação da conclusão 2 do capítulo V do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e as abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar, agora, as propostas de alteração 26, 27, 28 e 29, do Chega...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, solicitava a votação em separado da proposta de alteração 29. E a votação das restantes pode ser em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado do Chega indica-me que está de acordo com isso.

Assim, vamos votar as propostas de alteração 26, de alteração do ponto 15; 27, de aditamento de um ponto 16; e 28, de alteração dos pontos 18 a 22, apresentadas pelo CH, de substituição da conclusão 3 do capítulo V, página 137, linhas 15 a 22 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Eram as seguintes:*

«Ficou evidente uma prática reiterada de interferência na gestão corrente da empresa por parte das tutelas.»

«São exemplo disso: as diretrizes comunicadas pelo Governo à TAP, proibindo a então presidente executiva da TAP de fazer a apresentação pública dos resultados de 2022 da empresa; os alertas de Hugo Mendes sobre a necessidade de alertar a ex-CEO de que qualquer interação entre esta e o Governo, deveria passar pela sua pessoa, ficando célebre a expressão de que seria ‘a porta de entrada para o Governo’; ou ainda a proibição de realização de uma reunião com a Ministra do Trabalho.

Para além desses exemplos, a 7 de dezembro verificou-se uma conferência dada pelos Ministros Pedro Nuno Santos e Fernando Medina, no seguimento do despacho por ambos assinado, relativo ao pedido de responsabilidades a apurar pelos desenvolvimentos na TAP e quase em

simultâneo parece terem existido indicações por parte de Hugo Santos Mendes para que da parte da CEO da TAP, esta só emitisse uma resposta, no dia seguinte, após reunião com o próprio e o seu advogado.»

«Com efeito, a generalidade dos depoimentos aponta para a inexistência de interferência ou ingerência política das tutelas na gestão corrente da empresa. O episódio referido por Diogo Lacerda Machado, no que concerne a uma orientação de voto sobre o orçamento da empresa, deve ser visto em conjunto com os restantes exemplos citados não podendo, por isso, ser aceite como uma situação isolada e excepcional.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar a proposta de alteração 29, apresentada pelo CH, também de substituição da conclusão 3 do capítulo V do relatório, na parte em que adita um ponto 23.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«Não é ainda de ignorar a circunstância de Diogo Lacerda Machado, na qualidade de consultor *pro bono*, ter sido um dos grandes impulsionadores do negócio da VEM Brasil que segundo dito pelo próprio na sua audição teria sido o melhor negócio feito pela TAP nos últimos 50 anos, entendimento que de forma clara ou indireta sempre pareceu ser contrariado pela maioria dos demais inquiridos quando chamados a manifestar-se sobre

o tema. De notar a proximidade de Diogo Lacerda a vários membros do Governo, em especial de António Costa, como referido pelo próprio em audição.»

O Sr. **Presidente**: — Estamos em condições de votar a conclusão 3? Votamos, assim, a conclusão 3 do capítulo V.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Vamos votar a proposta 30, apresentada pelo Chega, de alteração à conclusão 4, secção 3, capítulo V, constante da página 137, linhas 24 a 32 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«Aos exemplos já mencionados de interferência política durante as audições, e que constam deste ponto do relatório, estamos perante: i) iniciativas de membros da Administração da TAP solicitando à tutela orientação por tomada de decisão sobre assunto concreto. É o caso do pedido de alteração de voo de Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, por iniciativa da agência de viagens e da CEO da TAP; ii) situações em que a tutela intervém quando uma decisão de gestão da administração assumiu repercussões políticas, num contexto delicado da vida da empresa dos enormes sacrifícios que estavam a ser impostos aos trabalhadores, como os cortes salariais e os despedimentos. É o caso da substituição da frota automóvel.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar a conclusão 4.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos à votação da proposta 23, do BE, de alteração à conclusão 5, secção 3, capítulo V, constante da página 138, linhas 5 e 6 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD*

*Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«5. (Eliminação da última linha do parágrafo.)

Vamos votar a conclusão 5, constante da secção 3 do capítulo V do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos à votação da proposta 24, do BE, de aditamento de uma conclusão 6 ao capítulo V, secção 3, a constar da página 138, linha 8 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«6. Merece nota de repúdio a realização de reuniões entre deputados e membros de Conselhos de Administração de empresas públicas, prévias a audições na Assembleia da República e tendo como propósito condicionar os seus trabalhos. É uma prática que expõe a promiscuidade entre o interesse público e o interesse partidário, eliminando barreiras entre esferas de atuação que não se podem confundir.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar agora a proposta de alteração 20, apresentada pelo PCP, de aditamento de uma conclusão 6, a constar da página 138, linha 7 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«6. O Governo, nomeadamente o Ministério das Infraestruturas, através da sua tutela política sobre a empresa, não contribuiu, como devia, para que esta se aproximasse do funcionamento que uma empresa pública deve revelar: satisfação das necessidades estratégicas do País, nomeadamente o reforço da coesão nacional, da ligação à diáspora e do setor do turismo; prioridade à defesa e criação de emprego estável e bem remunerado; utilização regrada dos recursos públicos.»

Votamos agora a proposta de alteração 5, do PS, de aditamento de uma conclusão 6, secção 3, capítulo V do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco, e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos então passar agora ao capítulo VI, o último capítulo antes das recomendações.

Queria perguntar ao PCP se quer votar a proposta de alteração 22, a proposta de alteração 23.1 e a proposta de alteração 23.2 antes de votarmos a proposta de alteração 24, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, nós solicitamos a votação da proposta 21, que é a primeira coluna do guião de votações, e solicitamos a votação da proposta 23.2.

O Sr. **Presidente**: — Então, vamos passar à votação da proposta 21, do PCP, de alteração da secção 1 do capítulo VI, página 139, linha 32 e da página 140, linhas 1 e 2 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas,*

*Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«A TAP SGPS encontrava-se com capitais próprios negativos desde 2008, na sequência de um conjunto de eventos que nela impactaram significativamente: a privatização à Swissair; a compra da Portugália ao BES; a compra da VEM; a privatização e reversão da SPDH; as crises provocadas na sequência do 11 setembro de 2001 e da crise capitalista de 2008. Os capitais próprios da TAP S.A. mantiveram-se positivos até 2020.

Pesam ainda sobre a TAP as regras da União Europeia, destinadas a conduzir o processo de liberalização da União Europeia ao seu destino – a concentração e centralização de capital, com a assimilação ou destruição da TAP e de todas as companhias nacionais.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à proposta de alteração 23.2, do PCP, de aditamento ao ponto I da secção 1.1 do capítulo VI, página 144 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco, e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«16 de junho de 2015 — Assinado Memorando de Entendimento entre a DGN e a Airbus. A Airbus compromete-se a entregar à DGN 226 milhões de euros para esta capitalizar a TAP, recebe a opção de compra dos 12 A350 e vende 53 aviões A330, A320 e A321.»

«19 de junho de 2015 — Criação da Atlantic Gateway, com a indicação de que os acionistas devem dar entrada, em dinheiro, de 214,5 milhões de euros (DGN) e 12 milhões de euros (HPGB) de prestações acessórias, num total de 226,5 milhões de euros.»

«16 de setembro de 2015 — Reunião entre a Atlantic Gateway, a TAP SGPS e a Parpública onde são discutidos os Fundos Airbus.»

«12 de novembro de 2015 — Assinatura do Contrato entre a DGN de David Neeleman e a Airbus para a compra de 53 aviões e a cedência da posição no contrato de compra dos A350.»

«13 de novembro de 2015 — Primeira reunião do Conselho de Administração da TAP dirigido pela Atlantic Gateway. A TAP assume a entrega da opção de compra dos 12 A350, e o contrato da DGN para a compra dos 53 novos A330, A320 e A321 NEO, com uma cláusula de multa por cada avião que não comprar, no total de 226,6 milhões de euros.»

O Sr. **Presidente**: — Continuamos no capítulo VI e passamos à votação da proposta de alteração 24, do PCP, de substituição do ponto III, página 146, linhas 5 a 23 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, Deputado do CH Filipe Melo e do*

*Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«III — Validade da Operação

A TAP desistiu da compra dos A350 à Airbus. Por essa opção de compra David Neeleman ofereceu 132 milhões de euros à TAP em maio de 2015. A Airbus entregou os aviões que vinham para a TAP a outro cliente, ganhando entre 132 milhões (avaliação de Neeleman) e os 180 milhões de euros (avaliação da Airborne Capital). Deste ganho, a Airbus entregou uma parte a David Neeleman.

A TAP compra 53 aviões à Airbus, no valor de seis mil milhões, sem receber qualquer desconto de quantidade. Esse desconto de quantidade é entregue pela Airbus a David Neeleman.

David Neeleman usa esses fundos para comprar e capitalizar a TAP.

A operação lesou economicamente a TAP, gerando benefícios injustificados a David Neeleman e exigindo a devida avaliação em sede criminal face às legítimas suspeitas que hoje suscita.»

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos, com a votação da proposta de alteração 25, do PCP, de substituição do ponto IV do capítulo VI, constante da página 146, linhas 25 a 33, e da página 147, linhas 1 a 11.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, Deputado do CH Filipe Melo, votos*

*a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«IV — Conhecimento do Governo

Pires de Lima e Sérgio Monteiro, no Governo PSD/CDS, admitem ter tomado conhecimento concreto dos Fundos Airbus a 16 de outubro de 2015 e genericamente em setembro. Mas a Parública conhecia o envolvimento da Airbus neste processo desde agosto e tinha conhecimento em detalhe do processo desde 16 de setembro.

Pedro Marques, Ministro do Governo PS, admite ter tomado conhecimento em fevereiro de 2016, e que a informação estava disponível, ainda que inserida, no conjunto de papéis transmitidos pela Parública.

Todos estes governantes contribuíram para que esta questão continuasse escondida do povo português. Mesmo a Auditoria do Tribunal de Contas não aborda esta matéria, tendo o Tribunal já declarado que a abordará em próxima Auditoria.»

O Sr. **Presidente:** — Passamos à votação da proposta de alteração 26.1, apresentada pelo PCP, que emenda a secção 2, linha 23 da página 150 à linha 6 da página 151 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«Assim, em 26 de novembro de 2015, tomou posse o XXI Governo Constitucional, do Partido Socialista, cujo programa eleitoral previa expressamente que: ‘Neste quadro, uma ferramenta de primeira ordem para a projeção internacional de Portugal é a sua companhia aérea de bandeira, a TAP, que é um veículo fulcral de ligação à África lusófona, ao Brasil, aos principais destinos da emigração portuguesa e à promoção da internacionalização da economia portuguesa. Por este motivo, o PS não permitirá que o Estado perca a titularidade sobre a maioria do capital social da TAP, encontrando formas — designadamente através de uma efetiva ação junto das instituições europeias e do mercado de capitais — de capitalizar, modernizar e assegurar o desenvolvimento da empresa, ao serviço dos portugueses e de uma estratégia de afirmação lusófona.’»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar agora a proposta de alteração 26.2, do PCP, que emenda a secção 2 do capítulo VI, constante da página 151, linha 7 a 10 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«Face ao exposto, bem se evidencia que a grande divergência política diz respeito à alienação do controlo estratégico da empresa: o Partido Socialista às vezes defendeu que o Estado deve deter a posição de maior acionista da TAP SGPS, face ao papel determinante da empresa na projeção internacional de Portugal.»

O Sr. **Presidente**: — Votamos a proposta de alteração 26.3 do PCP, que adita uma linha 32 à página 151 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do CH Filipe Melo.*

*Era a seguinte:*

«O Governo PS optou por ignorar os factos que recomendavam a reversão da privatização em vez de qualquer negociação com os privados: a ficção de que a Atlantic Gateway era controlada por um cidadão comunitário; a ilegitimidade da privatização depois do Governo PSD/CDS estar derrotado; a fraude que os fundos Airbus representam, pois, a TAP é comprada com dinheiro da própria TAP.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da proposta de alteração 27, apresentada pelo PCP, de substituição das linhas 8 a 10 da secção 3 do capítulo VI, constantes da página 162 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«Face ao exposto, o Estado tinha duas opções: ou chegava a acordo com os acionistas privados da TAP, recuperando o controlo da empresa, ou fazia uma nacionalização imediata da TAP. O Governo prosseguiu na opção errada, levando a que a gestão privada se mantivesse na empresa até outubro de 2020.»

O Sr. **Presidente**: — Prossequimos, com a votação da proposta 28, do PCP, de substituição do ponto 3.1, página 162 a 164 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«3.1 A oferta de 55 milhões a David Neeleman

Porque não quis nacionalizar, o Estado aceitou colocar-se a negociar com David Neeleman a sua saída da TAP. A posição deste, do ponto de vista financeiro, não valia um euro: o capital social estava reduzido a zero, como veio a comprovar-se; as prestações acessórias tinham sido pagas com os fundos Airbus, e ou já tinham sido pagas ou estavam a ser pagas pela TAP à Airbus.

A oferta de 55 milhões a David Neeleman não tem qualquer legitimidade.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta 29, do PCP, de substituição do ponto 4, páginas 165 a 169 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do CH Filipe Melo, votos a favor do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira.*

*Era a seguinte:*

«O Governo não se devia ter submetido às imposições da União Europeia. O único processo de reestruturação que a TAP necessitava era o fim da M&E Brasil e a limpeza do passivo provocado por esse processo completamente estranho à companhia. E complementarmente, a TAP (incluindo a SPDH) precisava e devia ter recebido um apoio de emergência justo, no quadro de um plano de contingência para fazer face à crise do setor aéreo.»

Prosseguimos, com a votação da proposta 30, do PCP, de substituição do ponto 4.1, páginas 169 a 171 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do CH Filipe Melo.*

*Era a seguinte:*

#### «4.1 Impactos nos trabalhadores

O impacto nos trabalhadores da TAP foi brutal. Desde os mais de 1000 contratados a termo liminarmente despedidos, passando por os quase 1000 trabalhadores que, submetidos à mais brutal chantagem, aceitaram negociar a sua saída, até aos 62 que resistiram ao despedimento até ao despedimento coletivo (que alguns ainda contestam em tribunal), passando pela imposição na empresa de um regime sucedâneo, que fazia tábua rasa dos direitos laborais e dos salários, e serviu de instrumento para pressionar os trabalhadores e forçar novos acordos em condições muito piores, agravando a exploração na empresa.

Esta situação contrasta brutalmente com as remunerações dos administradores, com os salários oferecidos a quadros externos para assumirem funções de chefia na empresa, com a postura perante David Neeleman e os obrigacionistas privados da empresa que foram indemnizados ou ficaram isentos de contribuir para o plano de reestruturação.

Esta situação, injusta e injustificável, deve ser imediatamente levantada, a bem dos trabalhadores da TAP e da capacidade de resposta operacional da empresa.»

O Sr. **Presidente**: — Finalmente, vamos votar o corpo do capítulo VI do relatório.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos prosseguir com as conclusões do capítulo VI. Temos agora para votar a proposta 31, do PCP, de substituição da conclusão 1, na página 171, linha 22 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira.*

*Era a seguinte:*

«1. Até 2020, o Estado não injetou capital na TAP desde 1997, em resultado de um plano de reestruturação e saneamento económico e financeiro, autorizado pela Comissão Europeia, no valor de 900 milhões de euros, que vinha a ser aplicado desde 1994. Este plano, compensava a TAP por um conjunto de despesas realizadas em nome do Estado português e nunca amortizadas (como, por exemplo, a ponte aérea), e encadeava-se com a privatização da TAP, que viria a acontecer no período entre 1998 e 2001, com a integração na aliança Qualiflyer e a venda à Swissair, até que a falência desta última rebentou com a aliança, e ia destruindo a TAP, provocando-lhe um buraco de mais de 200 milhões de euros. Em 2006 dá-se ainda o pouco claro processo de aquisição da Portugália ao BES por 140 milhões de euros.»

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora a conclusão 1 do capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação da proposta 32.1, do PCP, de substituição da conclusão 2 do capítulo VI, constante da página 171, linhas 26 a 33 e página 172, linhas 6 a 10 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«2. Desde há muitos anos que as contas da TAP SGPS se encontravam deficitárias. Para este facto, muito contribuiu a VEM (posteriormente renomeada M&E Brasil). A CPI logrou apurar que o impacto que ao longo do tempo acabou por representar na estrutura financeira do grupo TAP, com um custo estimado na ordem dos 900 a 1000 milhões de euros na TAP SGPS, suportados por sucessivas transferências da TAP S.A. Todas as justificações apresentadas perante esta CPI para a aquisição da VEM resultaram pouco convincentes e em contradição com a realidade (por exemplo, quando esquecem que em 2005 a TAP já possuía um importante peso no Brasil). Impõe-se uma rigorosa investigação às causas deste negócio, às razões por que se tardou tantos anos a acabar com ele, e quem ganhou os mil milhões de euros que a TAP perdeu com a M&E Brasil.»

O Sr. **Presidente:** — Vamos, então, votar a conclusão 2 do capítulo VI.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro,*

*Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar a proposta 32.2, do PCP, de substituição da conclusão 3 do capítulo VI, constante da página 172, linhas 6 a 10 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, e dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«3. Desde 2008 que a reestruturação de que a TAP precisava era acabar com a sangria de recursos para a M&E Brasil. Os sucessivos governos optaram por manter a M&E Brasil e avançar com sucessivos processos de reprivatização, com o processo iniciado formalmente em 2012, que se arrastou por dois anos até ser cancelado. A privatização de 2015 manteve e agravou esse problema, e ele só é efetivamente ultrapassado agora, quinze anos e mil milhões de euros depois.»

O Sr. **Presidente**: — Está à votação a conclusão 3 do capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo*

*Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação da conclusão 4 do capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar agora a conclusão 5 do capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias e a abstenção do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Prosseguimos, com a votação da proposta 34, do PCP, de substituição do 2.º parágrafo da conclusão 7 do capítulo VI, constante na página 172, linhas 32 e 33 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do CH Filipe Melo, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«O XIX Governo Constitucional admite, hoje, ter tomado conhecimento dos ‘Fundos Airbus’ com mais detalhe em 16 de outubro de 2015.»

O Sr. **Presidente:** — Vamos votar a conclusão 6 do capítulo VI.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção.*

Passamos à votação da conclusão 7.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita*

*Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar a conclusão 8 do capítulo VI.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Votamos agora a proposta de alteração 25, do BE, que substitui a conclusão 9 do capítulo VI, constante da página 173, linhas 4 e 5 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do CH Filipe Melo.*

*Era a seguinte:*

«9. Os ‘Fundos Airbus’ consubstancia um mecanismo de capitalização da TAP com dinheiro da própria empresa.»

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da conclusão 9 do capítulo VI.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar agora a conclusão 10 do referido capítulo.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos votar agora a proposta de alteração 35, do PCP, de substituição de um 2.º parágrafo à conclusão 11 do capítulo VI, constante da página 173, linhas 19 a 22 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita*

*Borges Madeira e do Deputado do CH Filipe Melo, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«11. Ainda sobre os ‘Fundos Airbus’, e no que concerne à transição de pastas entre o XX e XXI Governo, a CPI apurou ter sido apenas transmitida informação documental, alegadamente semelhante à que foi entregue ao Tribunal de Contas. Apurou igualmente que o Ministro Pedro Marques admitiu ter sabido dos Fundos Airbus em fevereiro de 2016, mas não deu conhecimento dessa informação ao restante Governo, ao seu sucessor na pasta das Infraestruturas e ao Tribunal de Contas, no contraditório à auditoria publicada em 2018.»

O Sr. **Presidente:** — Votamos agora a conclusão 11 do mesmo capítulo.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Proseguimos, com a votação da conclusão 12 do capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Ainda no capítulo VI, vamos votar a proposta 31, do CH, de eliminação da conclusão 13, constante da página 174, linhas 4 e 5 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Assim sendo, vamos votar a conclusão 13 do capítulo VI.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Passamos à votação da proposta de alteração 32, do Chega, de substituição da conclusão 14 do capítulo VI, página 174, linhas 7 a 9 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

*Era a seguinte:*

«A emissão das ‘Cartas de Conforto’, foram por algumas das personalidades ouvidas na Comissão de Inquérito consideradas como condição essencial ao processo de reprivatização, na medida em que segundo os testemunhos que o defendem as garantias asseguradas nessas Cartas de Conforto investiram o Estado numa posição materialmente similar à qualidade de acionista único, como refere o Tribunal de Contas, entendimento este contrariado por alguns testemunhos de ex-Governantes que há época tutelavam a Companhia.»

O Sr. **Presidente:** — Vamos então votar a conclusão 14.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos*

*Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Prosseguimos, com a votação da conclusão 15 do mesmo capítulo.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do PCP Bruno Dias.*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda gostaria de pôr agora à votação a proposta de alteração 26, que se refere à conclusão 16.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

Vamos votar a proposta de alteração 26, do BE, que emenda a conclusão 16 do capítulo VI, página 174, linha 26 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«Mesmo com a reconfiguração acionista, o processo entre 2015 e 2020 resultou numa empresa descapitalizada.»

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora a conclusão 16 do capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos continuar, com a votação da conclusão 17.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar agora a conclusão 18.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Prosseguimos, com a votação da conclusão 19.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação da conclusão 20.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar a conclusão 21.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Está à votação a conclusão 22.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Temos agora para votação a proposta 27, do BE, de aditamento de um 2.º parágrafo à conclusão 23 do capítulo VI, página 176, linha 13 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«O pagamento de 55 milhões de euros significou que, depois de entrar na TAP com o dinheiro da própria empresa através dos ‘Fundos Airbus’, acabou por conseguir um pagamento pela saída.»

Vamos, então, votar a conclusão 23.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Continuamos, com a votação da conclusão 24.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Passamos à votação da conclusão 25.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Votamos agora a conclusão 26 do mesmo capítulo VI.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Prosseguimos, com a votação da conclusão 27.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar a conclusão 28.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos votar agora a conclusão 29 do capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Prosseguimos, com a votação da proposta 28, do BE, de aditamento de uma conclusão 30 ao capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«30. O Governo, ao longo da elaboração e execução do plano de reestruturação da empresa, teve sempre a intenção de preparar uma futura privatização, sobrecapitalizando a empresa e aplicando cortes, nomeadamente em número de trabalhadores e nos seus direitos, muito superiores aos necessários. A pretensão de privatização é, inequivocamente, uma mudança de paradigma face a 2015, período em que o Governo promoveu a reconfiguração acionista porque considerava a empresa estratégica.»

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Bruno Dias pediu a palavra.  
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, pergunto se as próximas propostas de aditamento, do CH, podem ser votadas em conjunto — da proposta 33 à proposta 46.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado do Chega disse que sim? Então, vamos votá-las em bloco, da proposta 33 à 46?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas se me permite corrigir, eu queria dizer da 34 à 42.

O Sr. **Presidente**: — Então, ainda temos de votar antes a proposta 33, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, sim, foi por lapso que incluí a 33. A proposta 33 vota-se e depois, por mim, pode ser votação conjuntas das propostas 34 a 42.

O Sr. **Presidente**: — Nesse caso, vamos votar primeiro a proposta 33, apresentada pelo CH, de aditamento de uma conclusão 30 ao capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«30 — Não se pode ignorar a ocorrência do incidente no Ministério das Infraestruturas, entre o então adjunto Frederico Pinheiro e outras funcionárias do Ministério, relativamente à posse do seu computador de trabalho. Esta situação levou ao envolvimento do SIS com vista à recuperação do dito computador o que, por sua vez, levou à necessidade de verificar qual a justificação para a sua intervenção uma vez que a referida entidade não é órgão de polícia criminal e não teria competências para intervir; por outro lado, tentou-se também perceber quem — com responsabilidades governativas — espoletou a referida atuação do SIS, o que continua por esclarecer. Continua também por esclarecer as razões para que os documentos apenas fossem qualificados como confidenciais apenas depois do início dos trabalhos na CPI. Por fim, o computador em questão

encontra-se na posse dos órgãos de polícia criminal competentes, os quais até ao momento ainda não fizeram chegar qualquer informação quanto ao conteúdo do referido computador, informação que deve ser prestada à Assembleia da República mesmo após o termos dos trabalhos da CPI.»

O Sr. **Presidente**: — Agora, vamos então votar, em conjunto, as propostas 34 a 42, apresentadas pelo CH, de aditamento de conclusões ao capítulo VI, a constarem da página 177 do relatório.

*Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, o voto a favor do Deputado do CH Filipe Melo e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Eram as seguintes:*

Proposta 34:

«31 — Os princípios adstritos ao Estatuto do Gestor Público não foram cumpridos, sendo que o desconhecimento do preceituado Estatuto pelos membros do Governo com responsabilidade sobre a matérias não os exime de responsabilidades.»

Proposta 35:

«32 — No que diz respeito ao incumprimento do Estatuto do Gestor Público, apenas para citar alguns exemplos: não foram celebrados quaisquer contratos de gestão; o valor da indemnização de Alexandra Reis era manifestamente ilegal; a justificação para a cessação do vínculo também era juridicamente inexistente face àquele Estatuto.»

Proposta 36:

«33 — Neste âmbito verificou-se, no mínimo, um comportamento negligente por parte dos membros do Governo que tutelavam a companhia aérea e interagiam com os seus quadros, por manifesta falta de impulso e agilização no processo que conduziria à celebração dos contratos e posteriores vicissitudes.»

Proposta 37:

«34 — Quanto à renúncia de João Weber Gameiro, ficou claro que a sua renúncia ocorreu devido à existência de lacunas graves no exercício das suas funções, nomeadamente, a falta de seguro de *directors and officers* ou mesmo a falta do contrato de gestão.»

Proposta 38:

«35— Houve também dificuldade em explicar a contratação do Eng. Fernando Pinto, tendo ficado claro que apesar de não ter recebido qualquer indemnização aquando da sua saída como CEO, veio depois a auferir cerca de 1,6 milhões de euros pelos serviços prestados à TAP. Ficou, no entanto, por esclarecer a natureza desses serviços.»

Proposta 39:

«36 — O processo de cessação de funções na TAP de Alexandra Reis, não é claro na forma como surge, nos motivos que a originam nem na forma como acontece, desde logo não ficou esclarecido:

- a) De quem foi a iniciativa da cessação de funções;
- b) De quem foi a iniciativa de fazer uma ‘renúncia por acordo’.»

Proposta 40:

«37 — Por outro lado ficou claro que:

- a) Não foram cumpridos os princípios previstos no Estatuto do Gestor Público;

b) Foi enviada informação que não correspondia à verdade ao Regulador, o que é passível de configurar desconformidades legais que devem ser verificadas em sede própria;

c) Alexandra Reis não podia ter recebido a indemnização no valor que recebeu;

d) Pedro Nuno Santos e Hugo Mendes conheciam em específico a indemnização e a discriminação das parcelas que englobavam o montante da indemnização, sendo estas partes fulcrais do clausulado do acordo;

e) O processo decisório de todo este processo foi operado de forma manifestamente informal e, assim, desconforme com os procedimentos exigíveis para estes processos.»

Proposta 41:

«38 — Dos trabalhos da CPI resulta clara e óbvia a necessidade dos procedimentos serem robustecidos no que diz respeito à articulação entre Governo e empresas tuteladas, para além de necessariamente ter de ser assegurada a transparência na tomada de decisões.»

Proposta 42:

«39 — Resulta igualmente claro que é manifesta a necessidade em regulamentar devidamente os processos de classificação documental, garantindo que a mesma acontece em devido tempo, sem presença de compartimentação em muitos casos, como na TAP se verificou, feita sem qualquer critério concreto e objetivo, garantindo a sua normal tramitação, sempre que necessário, entre os gabinetes governamentais e entre os mesmos e as empresas, cumprindo simultaneamente todos os requisitos de segurança.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir, com a votação da proposta 43, do CH, de aditamento de uma conclusão 40.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«40 — Não foi possível confirmar que a saída de Alexandra Reis da TAP tinha já em vista a sua nomeação para a NAV, no entanto, fica clara a responsabilidade da própria e da tutela na ilegalidade da sua contratação atento o facto de esta ter usufruído de indemnização proveniente de outra empresa pública e tal facto contrariar o disposto no Estatuto do Gestor Público.»

O Sr. **Presidente:** — Passamos à votação da proposta 44, apresentada pelo CH, de aditamento de uma conclusão 41 ao capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, o voto a favor do Deputado do CH Filipe Melo e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«41 — Conclui-se também que, independentemente da responsabilidade legal, é eticamente censurável que Alexandra Reis tenha sido indemnizada pela sua saída da TAP, posteriormente seja nomeada para outra empresa pública e, por fim, tenha sido nomeada Secretária de Estado do Tesouro.»

O Sr. **Presidente**: — Prosseguimos, com a votação da proposta 45, do CH, de aditamento de uma conclusão 42 ao capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias, o voto a favor do Deputado do CH Filipe Melo e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«42 — Ficou, também, confirmada a ingerência política na gestão da TAP, são disso exemplo:

a) As diretrizes comunicadas pelo Governo, proibindo a então Presidente Executiva da TAP de fazer a apresentação pública dos resultados de 2022 da empresa;

b) A imposição por parte do Secretário de Estado das Infraestruturas de que todas as comunicações com o Governo operassem em exclusivo por ele;

c) Proibição de realização de uma reunião com a Ministra do Trabalho;

d) Pressão para alteração do voo presidencial;

e) O episódio referido por Diogo Lacerda Machado, no que concerne a uma orientação de voto sobre o orçamento da empresa.»

O Sr. **Presidente**: — Temos ainda a votação da proposta 46, do CH, também, de aditamento de uma conclusão 43 ao capítulo VI do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, o voto a favor do Deputado do CH Filipe Melo e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«43 — Para além de tudo o já mencionado, no âmbito dos trabalhos da CPI foi suscitada a questão da ex-CEO da TAP poder ter colocado à disposição da sua família um carro e companhia da empresa para deslocações na cidade de Lisboa, fora do âmbito das atribuições dessa mesma viatura e motorista, o que pode ser facto gerador de responsabilidades em sede própria, devendo a informação respetiva ser encaminhada pela CPI para as entidades competentes.»

O Sr. **Presidente**: — Penso que terminámos o capítulo VI.

Vamos, agora, votar as recomendações. Pergunto ao PCP se pretende votar a proposta de alteração 36.1.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, Sr. Presidente, por favor. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, criar condições na sala para podermos votar agora as recomendações.

Nas recomendações, vamos votar a proposta 36.1, apresentada pelo PCP, de aditamento de uma recomendação, a constar da página 178, linha 6 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

*Era a seguinte:*

«As empresas públicas têm particulares responsabilidades em respeitar os direitos dos trabalhadores. O direito ao ‘Controlo de Gestão’ é dos trabalhadores exercido através da Comissão de Trabalhadores, e está constitucionalmente garantido, mas não foi assegurado na TAP, e implica uma maior transparência na informação e, em processos de reestruturação, implica a participação não condicionada em todas as fases do processo.»

O Sr. **Presidente**: — Continuamos, com a votação da proposta 36.2, do PCP, de aditamento de uma recomendação, a constar da página 178, linha 6 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo*

*Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«A Parpública deve realizar uma profunda revisão do seu funcionamento interno, por forma a aumentar a transparência de processos e reforçar a tomada coletiva de decisões nos seus órgãos colegiais.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar as recomendações 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

O Sr. **Paulo Moniz** (PS): — Todas juntas?!... Não dá, não dá!

O Sr. **Presidente**: — Cada uma, separadamente, eu ia dizer separadamente!

*Risos.*

Separadamente, o Sr. Deputado Paulo Moniz não me deixa...

Vamos, então, começar por votar a recomendação 1 do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro,*

*Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Passamos à votação da recomendação 2.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos votar a recomendação 3.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Prosseguimos, com a votação da recomendação 4.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, votos contra do Deputado da IL Bernardo Blanco, do*

*Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do CH Filipe Melo.*

Votamos agora a recomendação 5 do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos votar a recomendação 6.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Prosseguimos, com a votação da recomendação 7.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita*

*Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Passamos à votação da recomendação 8 do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos agora votar a proposta de alteração 37, apresentada pelo PCP, de substituição da recomendação 9 constante da página 179, linhas 23 a 26 do relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

*Era a seguinte:*

«9. Melhorar os processos de classificação de documentos (e, de forma conexas, os processos de gestão documental), para garantir que a documentação seja adequadamente classificada, tramitando nos gabinetes governamentais e entre estes e as empresas com a correta classificação e, quando aplicável, com exigidas garantias de segurança dos documentos. Acabar com a prática de classificar informação por mera conveniência política, como mecanismo de evitar o controlo de gestão pelos trabalhadores e o escrutínio político no quadro parlamentar.»

O Sr. **Presidente**: — Votamos, então, a recomendação 9 do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, o voto contra do Deputado do PCP Bruno Dias e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Vamos continuar, com a votação da recomendação 10.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Srs. Deputados, vamos votar a recomendação 11.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra Rita Borges Madeira e, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos votar a proposta de alteração 39, do PCP, que é um aditamento de uma recomendação 12.

Seguindo o mesmo critério que usámos nas conclusões, em que votámos os aditamentos mesmo que integrados, como é o caso desta proposta, votaremos este aditamento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, houve uma reunião de Mesa e Coordenadores onde esta questão ficou esclarecida.

Quem não participou não sabe que um aditamento tem de ser votado, mesmo que haja concordância da relatora quanto à sua integração no relatório, para que não fiquem dúvidas sobre o sentido de voto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, é simples: o aditamento deve ser votado, mas as emendas também deveriam ter sido, desde que solicitado, como nós falámos, da parte da manhã, em reunião de Mesa e Coordenadores.

A nossa proposta 12, que era uma emenda à conclusão 3, não foi permitido ir à votação.

O Sr. **Presidente**: — O que me estão a dizer os Serviços, foi o que combinámos de manhã, foi que votaríamos os aditamentos e não as emendas. Posso estar enganado, mas...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Desde que solicitado pelos partidos, seriam alvo de votação.

Eu solicitei que a proposta de alteração 12 fosse levada à votação, mas não foi permitido, porque estava aceite e incorporada na nova versão do relatório.

Portanto, penso que...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos a votar as recomendações e tentámos seguir o mesmo critério que seguimos na votação das conclusões e dos restantes capítulos, que votámos anteriormente.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Pronto, vamos a isso!

O Sr. **Presidente**: — É só o mesmo critério que estamos a seguir.

Vamos, então, votar a proposta de alteração 39, do PCP, que adita uma recomendação 12 ao relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro,*

*Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco e a abstenção do Deputado do CH Filipe Melo.*

Vamos votar a proposta de alteração 40, do PCP, que adita também uma recomendação 12 ao relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do CH Filipe Melo.*

*Era a seguinte:*

«12. Que, face à evidência esmagadora recolhida nesta CPI, não só dos prejuízos causados pelas anteriores tentativas de privatização, mas igualmente pela reconhecida estabilidade económica e financeira da companhia, o Governo detenha o processo em curso de reprivatização da TAP, e adote uma relação com a TAP de tutela que permita levar esta importante empresa pública a cumprir o conjunto dos seus objetivos estratégicos, nomeadamente no que respeita ao reforço da coesão nacional, à ligação à diáspora, ao contributo para o turismo nacional e ao contributo para a criação de emprego de qualidade.»

O Sr. **Presidente**: — Pergunto ao Sr. Deputado do PCP se podemos passar à recomendação 12 ou se votamos as propostas de alteração 41 e 42, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Votamos a 41, sim, se faz favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, vamos votar a proposta de alteração 41, do PCP, que adita ainda uma recomendação 12 ao relatório.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco, votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do CH Filipe Melo.*

*Era a seguinte:*

«12. Que face à evidência recolhida nesta Comissão, o Governo reverta imediatamente todas as medidas penalizadoras dos trabalhadores da TAP, reponha o princípio da livre e justa negociação coletiva das condições de trabalho, e reforce os debilitados quadros operacionais da companhia.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à votação da recomendação 12.

Sr. Deputado do PCP, podemos passar por cima da proposta de alteração 42?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, da 42, sim, mas quando o Sr. Presidente refere a recomendação 12 presumo que está a referir-se ao

aditamento do novo 12, do PCP, constante da proposta de alteração 43, porque estamos a falar de aditamentos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos lá ver: essa foi integrada...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas é um aditamento do novo ponto 12, Sr. Presidente.

Sendo um aditamento do novo ponto 12, tem de ser votado e isso implica renumerar.

O Sr. **Presidente**: — Então, diga-me só uma coisa, Sr. Deputado: passamos por cima da proposta de alteração 42, certo?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — E vamos votar a proposta 43, do PCP, certo?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, vamos votar a proposta de alteração 43, do PCP, que adita uma recomendação 12 ao relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado do CH Filipe Melo.*

Vamos votar a proposta de alteração 6, do PS, que é também um novo  
12.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, pedia só uns segundos para confirmar esta votação.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Peço desculpa, Sr. Presidente, só uma questão: a proposta 41, do PCP, foi votada?

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Só não foi a 42?

O Sr. **Presidente**: — Só não foi a 42.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, já podemos votar a proposta de alteração 6, do PS?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar a proposta de alteração 6, do PS.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo*

*Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL, Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira.*

Vamos agora votar a recomendação 12 do relatório.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção do Deputado do CH Filipe Melo.*

Vamos votar a recomendação 13.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e as abstenções do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Vamos, agora, votar a proposta de alteração 45, do PCP, que é um aditamento à recomendação 14, que foi alterada no início da votação. É isso?

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, estamos perante uma nova recomendação, proposta 45, do PCP...

O Sr. **Presidente**: — Era aquela proposta que era para ser enviada à IGF...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... com aquela formulação em que eu acrescentei «nos termos da lei».

O Sr. **Presidente**: — Aquela que refere a IGF, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, tendo sido acrescentada a expressão «nos termos da lei». Era essa a proposta?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É isso mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira.*

Vamos votar agora a proposta de alteração 44, do PCP, que adita um novo tema.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos votar, no seguimento da proposta agora aprovada, a proposta de alteração 44.1, do PCP.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rio de Oliveira e abstenções do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos, ainda, na mesma linha, votar a proposta da alteração 44.2, do PCP.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rio de Oliveira e abstenções do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Vamos ainda votar a proposta da alteração 44.3, do PCP.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira e do Deputado da IL Bernardo Blanco e votos a favor do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e a abstenção Deputado do CH Filipe Melo.*

*Era a seguinte:*

«O comportamento da Airbus — uma empresa controlada pelos Estados francês e alemão — no processo de aquisição da TAP por David Neeleman, foi hostil para com o Estado português e deve ser investigado por suspeitas de corrupção. Hostil na medida em que aceitou financiar um empresário extracomunitário para a aquisição de uma empresa estratégica portuguesa, que as leis da UE proíbem seja vendida a cidadãos extracomunitários, e na medida em que montou esse esquema em segredo, sendo parceiro silencioso de uma fraude que lesou o povo português em mais de 400 milhões de euros.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chegámos assim ao final do nosso guião.

Vamos agora proceder à votação final global do relatório.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo*

*Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Pedro Coimbra e Rita Borges Madeira e votos contra dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, por uma questão de rigor — e creio que a Mesa já terá acautelado isso —, gostaria de questionar a Mesa, naturalmente, para bem da condução dos trabalhos, sobre se os pedidos de substituição de Deputados chegaram à Mesa em tempo útil.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ao iniciarmos os nossos trabalhos, por solicitação dos Deputados, foram lidos os nomes de todos os Deputados que estavam presentes e as substituições que foram feitas.

Neste caso, houve uma substituição no PS: o Deputado Pedro Coimbra substituiu a Deputada Vera Braz.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sim, mas a questão que eu coloquei ao Sr. Presidente é se chegou à Mesa por escrito, porque é isso que manda o regulamento.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Mas isso já está esclarecido!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Mas é que ele está na hora dos Açores!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Só por uma questão muito simples: é que

isto depois pode dar origem a uma votação invertida, caso não tenha chegado.

O Sr. **Presidente**: — Sim, chegou por escrito.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para que fique só registado.

É uma preocupação, não uma crítica.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

Chegou por escrito e, portanto, penso que está respondida essa questão.

*Pausa.*

Pedem-me os serviços que relembre algo de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora também já tinha falado: a necessidade de anexar toda a listagem da documentação em anexo ao relatório. Portanto, como já tinha sido dito, estou só a reiterar aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Relatora já tinha dito no início.

Vamos, então, passar às declarações de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Peço desculpa, Sr. Presidente, queria levantar uma questão que já deveria ter levantado antes, na reunião de Mesa e Coordenadores, mas não o fiz.

Eu creio que é de fácil resolução, mas só para ter as coisas claras: iremos fazer agora declarações orais, mas eu pretendia também entregar uma declaração por escrito e gostava de saber qual a data-limite para a sua entrega.

O Sr. **Presidente**: — Penso que podemos esperar até amanhã para entregar a declaração por escrito.

Agora, agradecia era que quem pretendesse entregar uma declaração de voto por escrito a entregasse até ao final do dia de amanhã para a podermos anexar, porque na segunda-feira vamos publicar em DAR (*Diário da Assembleia da República*) e, portanto, penso que até amanhã dará suficiente espaço temporal para isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — É uma única declaração de voto...

O Sr. **Presidente**: — Por cada grupo parlamentar.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — Mas é a mesma? O Deputado vai fazer hoje a declaração de voto que vai entregar por escrito amanhã?

O Sr. **Presidente**: — Não, é uma declaração de voto por escrito, por cada grupo parlamentar.

O Sr. Deputado Bruno Dias pede a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, já que a questão foi levantada, não queria deixar, apesar de tudo, de colocar esta dúvida...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos ouvir o Sr. Deputado Bruno Dias. Peço um pouco de silêncio, senão não nos conseguimos ouvir.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, noutras comissões de inquérito creio que a declaração de voto por escrito relativamente ao relatório apresentado pelos partidos «aproveitava» — entre aspas, digamos assim — o prazo de publicação inclusive até ao do próprio debate em Plenário.

E queria só perguntar se o momento da publicação em *Diário da Assembleia da República* implica, nesse caso, a inclusão da declaração de voto nessa única oportunidade ou se teremos mais algum momento em que essa entrega possa ocorrer.

O Sr. **Presidente**: — Dizem-me os serviços que, quando se publica o relatório se devem publicar as declarações de voto também. E, portanto, assim sendo, os Srs. Deputados teriam até amanhã ao final do dia para enviar por escrito as declarações de voto, para depois podermos anexar ao respetivo relatório, para publicação no *Diário da Assembleia da República*, na segunda-feira.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — *Ok*. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então às declarações de voto. Cada grupo parlamentar tem 10 minutos e o critério que se estabeleceu foi de acordo com a representatividade.

Assim sendo, vamos começar por dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Aragão, do Partido Socialista. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, na verdade, faço apenas uma interpelação à Mesa, antes da minha declaração de voto, porque acho que é a figura que mais se adequa.

Agora que os trabalhos concluíram, agora que a votação final está feita, queria, em primeiro lugar, cumprimentar os serviços da Comissão e agradecer, porque, para lá da visibilidade que, muitas vezes, é dos Deputados — enfim, por força de função —, o trabalho dos serviços é permanente; é, no mínimo, o número de horas que nós também dispensamos, quase sempre mais, e foi feito ao longo destes meses com total profissionalismo, lisura e

facilitando muito do que é também a nossa função. E, portanto, aos que estão aqui, àqueles que estão na retaguarda, mas que garantiram o funcionamento desta Comissão, com muita sinceridade, o meu, e o nosso, profundo obrigado.

Queria também dirigir umas palavras ao Sr. Presidente — e talvez seja aqui o ponto em que, apesar de ser do Partido Socialista, ninguém discordará de mim ou ache que eu estou a ser tendencioso —, pela forma como assumi as funções, no contexto em que as assumi, e pela forma como conduzi estes trabalhos até ao momento em que, hoje, aprovamos o relatório. Fica também o nosso reconhecimento e o nosso agradecimento por isso, havendo sempre a possibilidade de interpretarem que agradeço a alguém do Partido Socialista.

**O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD):** — Nem parecia socialista!

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado. Estendo esse agradecimento a toda a Comissão também. Uma vez mais, muito obrigado a todos.

**O Sr. Bruno Aragão (PS):** — E, dito isto, queria, porque é forçoso, fazer um último agradecimento ao Miguel Mozos e à Mariana Almeida, que acompanharam esta Comissão apoiando os Deputados do Partido Socialista, de uma forma que, enfim, dificilmente conseguirei agradecer.

Dificilmente são o rosto das intervenções que fazemos, mas muito do que fizemos tem um enorme cunho deles e, portanto, queria deixar também essa referência.

E avanço, assim, para a minha declaração de voto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, antes disso, permita-me então que estenda também esse agradecimento aos assessores do PSD, aos assessores do Chega, aos assessores da IL, aos assessores do PCP e aos assessores do Bloco de Esquerda, para que assim possamos incluir toda a Comissão, os assessores do Partido Socialista e os assessores dos outros grupos parlamentares.

Sr. Deputado, tem, então, a palavra, para fazer a sua declaração de voto.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, considere esta declaração de voto como a declaração de voto escrita que faremos chegar aos serviços.

Aqui chegados, no termo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que ganhou centralidade e escrutínio público permanente, importa declarar o que, por recato da função, entendemos, ao longo dos trabalhos, manter na reserva do trabalho do grupo, mas que agora, votadas as conclusões e encerrado o processo, podemos, sem prejuízo da missão, afirmar.

Os inquéritos parlamentares têm por função, como decorre do n.º 1 do artigo 1.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os atos do Governo e da administração. É neste escopo que se abrem as prerrogativas dos Deputados, permitindo-lhes poderes de investigação das autoridades judiciais que a estas não estejam constitucionalmente reservados, como resulta do n.º 1 do artigo 13.º do mesmo Regime.

Não se debruçam, por isso, sobre opções políticas, mas sobre a sua materialização e concretização, sobre a regularidade da sua execução, sobre o cumprimento rigoroso das leis e sobre o intransigente respeito pela Constituição.

Não constituem debate, legítimo e fundamental em democracia, sobre visões diferentes e caminhos possíveis, mas escrutínio às decisões e à sua concretização, que, após debate, se tomam. É o que lhes confere a natureza primordial de inquérito e não de debate político. E, por isso mesmo, é o que lhes dá uma posição de equidistância que não procura atacar nem defender, mas tão-só investigar e apurar, daí tirando conclusões.

Não perdem, por isso, a sua natureza parlamentar, mas adquirem responsabilidades próprias e expectativas públicas diferentes. Não devem, ainda assim, estas últimas, num sentido ou no outro, influenciar as opções que aqui se fazem. Não foi, muitas vezes, o que aqui aconteceu, pelo tom ou pela forma, pelo registo acusatório e pressionante, pelas assunções à partida ou pela expectativa — sem base documental ou de depoimentos anteriores — de confirmar interpretações prévias. Sobre isto, e sobre matérias que talvez tenham ultrapassado as prerrogativas desta Assembleia, não poderemos deixar de refletir, mesmo que a conclusão dos trabalhos arrefeça o interesse público sobre a matéria. Há fronteiras que não poderiam ter sido ultrapassadas.

E esta é a primeira declaração que nos importa, afirmativamente, fazer. A relevância desta discussão é sobre as instituições e não sobre a avaliação do desempenho que sobre nós possam fazer. Há, no fim dos trabalhos, uma convicção que se generalizou e que, no seu início, não nos parecia tão alargada. Talvez tenha sido esta, curiosamente, a maior conclusão, sem necessidade de votação, desta Comissão: a TAP é uma empresa estratégica e fundamental para Portugal. Podemos, noutras sedes, discutir a sua configuração acionista; devemos discutir se deve ser totalmente pública ou privada, ou se deve ser parcialmente pública e, neste caso, em que dimensão. O que hoje dificilmente alguém contraria é a importância da sua base nacional, a importância de uma empresa desta dimensão operar a partir de

Portugal. Não houve uma única audição, um único depoimento escrito, nenhum documento que contrariasse esta ideia.

E é esta a segunda declaração que nos importa, afirmativamente, fazer, porque, enquadrando opções passadas, nos permite debater no futuro as opções que coletivamente teremos de tomar sobre esta grande empresa de base nacional.

Mas este debate faz-se e esta Comissão — com este objeto — ocorre, porque há uma premissa maior que lhe dá existência: a TAP. E essa existência resulta, a este dia, do esforço do povo português, através do seu Estado, para salvar esta empresa. Foi uma das expressões mais utilizadas. Ficou registada, dezenas de vezes, nas muitas atas que hoje servem de acervo da Comissão. Houve um amplo consenso sobre esta ideia e sobre este esforço; apenas três audições presenciais e um depoimento escrito divergiram na modalidade.

E esta é a terceira declaração que nos importa, afirmativamente, fazer, porque pode encerrar uma discussão que, num momento muito difícil, legitimamente, levantou dúvidas, e sobre a qual foi preciso, também nesse momento difícil, tomar decisões, e rápido. Quando o Estado garantia, no global, 3,2 mil milhões de euros à TAP, garantia 7 mil milhões de euros em garantias a empresas e 4 mil milhões em moratórias de crédito à habitação. Ainda que a ausência de máscaras possa enfraquecer a nossa memória, era este o contexto e o cenário.

Mas o esforço do povo português e do seu Estado foi duplamente sentido pelos milhares de trabalhadores da TAP. Por isso, em primeiro lugar, foi nossa a proposta de ouvir todos os sindicatos e comissões de trabalhadores, independentemente das posições mais ou menos críticas e das suas legítimas reivindicações, porque a dimensão de uma empresa, e de uma empresa como a TAP, é resultado, sobretudo, dos que a constroem todos os dias — podem não ter a visibilidade que esta Comissão teve, mas são-lhe

muito mais fundamentais. E, por isso, reconhece também este relatório, nas conclusões 27 e 28 do capítulo VI, que, cito: «O plano de reestruturação teve também impactos negativos sobre os trabalhadores. Desde logo, e após suspensão dos acordos coletivos de trabalho, foram celebrados entre a TAP e todos os sindicatos Acordos Temporários de Emergência. Estes acordos foram vistos pelos sindicatos como acordos defensivos para salvaguardar postos de trabalho, tendo sido aceites cortes salariais entre 20 % a 50 %. Tal não impediu, todavia, uma forte redução do número de efetivos por via de mecanismos como a não renovação de contratos a termos, rescisões por acordo e despedimentos coletivos.» — fim de citação.

E esta é a quarta declaração que nos importa afirmativamente fazer, porque acreditamos que todos estes trabalhadores o fizeram na mesma convicção de quase todos nós e, espero, o País; a convicção de que a TAP, mais ou menos pública, mais ou menos privada, é uma empresa de base nacional fundamental.

Dos trabalhos desta Comissão resulta agora um conjunto de conclusões, nem todas certamente merecendo a mesma leitura, mas todas, na nossa convicção, resultado do que aqui apurámos. E esse apuramento só pode ser sustentado em três bases factuais: nas centenas de horas de audições, nas dezenas de páginas de depoimento escritos e na enorme base documental. São elas que nos permitem responder com frontalidade a uma das questões mais transversal a esta Comissão de Inquérito, a da existência ou não de ingerência política. Uma frase simples, de carácter geral e abstrato, para definir erradamente uma realidade complexa, poderia ter aceitação mediática, mas não seria correta nem factual.

O que aqui se apurou, para além das perguntas, em tom acusatório — que se transformaram, elas próprias, em resposta —, está vertido em relatório. São, sobretudo, cinco pontos que materializam esta ideia: a renovação da frota, conclusão 4; a indicação de um sentido de voto em

Conselho de Administração, conclusão 3; a presença do ex-Secretário de Estado na reunião de elaboração do comunicado pedido pelas tutelas, conclusão 5; o *e-mail* de um voo de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, conclusões 4 e 5; e parte de uma mensagem que, alegadamente, impediria a comunicação da TAP com a sua tutela financeira e acionista, conclusão 7 — todas em relatório, como não poderia deixar de ser.

Da mesma forma como estão em relatório, e nas centenas de páginas de atas, as afirmações de Humberto Pedrosa, Raffael Quintas, Antonoaldo Neves, Miguel Frاسquilho, Alexandra Reis, Ramiro Sequeira, João Weber Gameiro e da própria Christine Ourmières-Widener, todos com grandes responsabilidades na empresa e todos respondendo da mesma forma, independentemente do tom ou do estilo da pergunta: «Não, não senti ingerência política.»

Mas há exceções que, com o mesmo rigor, devemos referir: David Neeleman, Diogo Lacerda Machado e Manuel Beja. O primeiro será talvez o mais evidente — factualmente disse-o, e isso não o negamos; mas haverá para este caso, mais do que para qualquer outro, espaço para interpretações que aqui não seriam certamente oportunas.

O segundo, Diogo Lacerda Machado, que referiu o sentido de voto que lhe foi pedido — como já referido, incluído na conclusão 3 —, curiosamente, em Comissão, apresenta-o como uma exceção e não regra — depoimento seu.

E, por fim, Manuel Beja, que afirmou ao mesmo tempo que lamentou a dificuldade de comunicação e a articulação com a tutela.

E esta é a quinta declaração que nos importa afirmativamente fazer, a de que a expressão central da conclusão 3 — «Não se registam situações com relevância material que evidenciem uma prática de interferência na gestão corrente da empresa por parte das tutelas.» — resulta precisamente do que aqui se apurou.

Em sexto lugar, importa referir a situação que espoletou esta Comissão de Inquérito: a indemnização a uma administradora da TAP — e peço a sua condescendência com o tempo, Sr. Presidente —, que ocupou parte da fase inicial dos trabalhos desta Comissão, mas que assunção das diferentes responsabilidades foi reiterando no espaço público.

Assumiram responsabilidades políticas um ministro e um secretário de Estado, que se demitiram. Assumiram responsabilidades políticas os ministros das tutelas, quando decidiram pela exoneração, suportada no relatório da IGF, do ex-Presidente da Comissão Executiva e do ex-Presidente do Conselho de Administração. E aqui importa recordar uma das audições e uma resposta concreta do ex-Secretário de Estado: «Só me posso demitir uma vez, não é?» Sem receio de leituras de tendência, ela caracteriza o que aqui muitas vezes aconteceu. Pouco importam as explicações, por mais factuais; as consequências assumidas, por mais duras, quando o que se procura é outra coisa, política, legitimamente, mas absolutamente errada, quando feita numa comissão de inquérito e com as prerrogativas que ela permite.

No último ponto, Sr. Presidente, esta é a sexta declaração que nos importa afirmativamente fazer. Nunca as discordâncias devem permitir ataques à dignidade das pessoas e das suas funções, como várias vezes aconteceu. E isso é válido aqui, por força de razão, mas também para lá desta Comissão, a propósito de um relatório do qual todos podem ter uma opinião muito divergente, mas que nunca pode resvalar para ataques de carácter. E também aqui, Sr.<sup>a</sup> Relatora, sem receio de tendências, fica o nosso apreço.

Por último, sobre o que aqui não está, sobre as matérias que não integram este relatório ou sobre as audições que não aprovámos, todos referidos na introdução do mesmo — dos acontecimentos graves do dia 26 de abril, da intervenção do SIS ou mesmo na reunião supostamente secreta

de um Deputado do Partido Socialista —, sobre todos, sobre mesmo todos, sempre dissemos que deviam ser escrutinados nas instâncias próprias.

E esta é a sétima declaração que nos importa afirmativamente fazer. Para nós foi sempre claro o objeto, qualquer que fosse a interpretação política que fizemos sobre as dificuldades do nosso trabalho. Não recusámos nenhum requerimento sobre esse objeto, nenhuma audição sobre esse objeto e nenhum pedido de documentação e, assim, a minha última declaração.

Terminamos na conclusão destes trabalhos voltando ao início. Há um tempo para tudo. Depois dos requerimentos, depois das audições, depois da apresentação do relatório, depois do seu implacável escrutínio e da sua votação, haverá um tempo, bastante mais silencioso e que certamente despertará menor atenção e interesse: o tempo de avaliar o que fizemos e a forma como o fizemos. E sobre esse tempo fica a nossa última declaração. Não deixaremos de o fazer, mais ou menos acompanhados, porque, como na votação deste relatório, o que nos importa é o resultado do que fazemos e a convicção que nele colocamos.

O Sr. **Presidente**: — Dada a contemplação de mais 3 minutos e 30 segundos, obviamente darei aos restantes grupos parlamentares a mesma oportunidade.

Por conseguinte, vamos passar... Sr. Deputado Filipe Melo, pediu a palavra?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, se me permitir, é para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, não me vou alongar muito sobre isto, mas não podia deixar de dar a minha opinião, e é só para que fique gravado e registado em ata imediatamente a seguir à declaração de voto do Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. Deputado Bruno Aragão, por duas vezes, ao longo da sua extensa declaração de voto, criticou de forma objetiva o trabalho dos Deputados.

Que o seu líder parlamentar o quisesse ter feito, e fez e correu-lhe mal, ainda aceitamos; que o Ministro da Cultura, se calhar a mando do Primeiro-Ministro, o tivesse feito, não gostámos e o Sr. Presidente reagiu; mas ser um Deputado, que coordena o maior grupo parlamentar presente nesta Comissão, a fazê-lo, nós já não podemos aceitar.

Foram críticas implícitas deixadas ao trabalho dos seus pares nesta Comissão, o que eu, pessoalmente e em nome do nosso grupo parlamentar, não admito, porque já o disse várias vezes e volto a dizer: cada um de nós, e todos nós estivemos aqui para servir o interesse nacional e apurar a verdade. O Sr. Deputado Bruno Aragão nunca me viu fazer críticas à forma como ele próprio, ou os Deputados do Partido Socialista, interrogavam, inquiriam, o que se quiser chamar, as personalidades que aqui vieram. E, para que fique agora registado também, muitas vezes penso que todos nos apercebemos de que havia questões que favoreciam respostas de que todos nós não gostávamos, mas que ao Partido Socialista interessavam, e nunca houve palavras depreciativas de qualquer um de nós em relação a esse comportamento.

Por isso, e que fique registado, acho inadmissíveis, incompreensíveis e inaceitáveis as duas referências que o Sr. Deputado Bruno Aragão fez aqui aos seus pares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, fica para registo em ata.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado do PSD Paulo Moniz.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, eu queria, antes de contar o meu tempo, usar da figura da interpelação à Mesa, como fez o Deputado Bruno Aragão, e para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Aliás, eu já tive oportunidade, no início da minha intervenção, de deixar o apreço e o agradecimento pelo trabalho de todos os serviços da Comissão, que foram intensíssimos e competentes, como vimos, permanentemente, assim como aos assessores, não só do Grupo Parlamentar do PSD, mas dos restantes grupos, porque é preciso ter a noção que foram meses muito intensos e foram meses que obrigaram a um esforço que deve ser relevado. E, nesse quadro, acho que é o momento também de partilhar com o resto da Comissão um certo sentir e uma certa preocupação, uma certa mágoa, digamos, que eu tenho, que foi ver as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Jornalistas sentados naquelas condições, horas e horas. Alguns deles, provavelmente, depois vão fazer TAC (tomografia axial computadorizada) porque a coluna não há de ser a mesma. Julgo que deve ficar registado que o Parlamento deve fazer um esforço para criar condições — uma vez que, por razão própria da função, essa não será a última comissão parlamentar de inquérito — mais dignas para quem está 6 ou 7 horas a equilibrar-se entre uma cadeira e um computador. Portanto, quero que fique registado, para que não se diga que, comissão após comissão, o alerta não é feito.

Dito isto, então...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, vamos, então, iniciar a declaração de voto. Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento todos novamente.

O Grupo Parlamentar do PSD entende que o relatório apresentado não espelha os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da forma como eles foram vistos e vividos pelo País e por todos os que nela trabalharam nos últimos cinco meses.

Votámos, assim, contra o que consideramos ser um branqueamento partidário das responsabilidades do Governo na gestão da TAP. Da decisão ideológica que em 2016-2017 traçou o caminho que resultou, por via da pandemia, na necessidade da injeção de 3200 milhões de euros, à gestão do processo de despedimento da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, da Eng.<sup>a</sup> Christine Widener, do Dr. Manuel Beja; da sonogação de responsabilidades em casos concretos ainda por definir, às tentativas evidentes de ingerência na gestão da empresa; aos acontecimentos da noite do dia 26 de abril no Ministério das Infraestruturas, e ao facto de alguém no Governo ter entendido por bem mobilizar os serviços de informação para coagirem um cidadão a devolver um computador, por si, Governo, considerado como roubado.

Consideramos que o relatório é leve, parcial, omite factos importantes e atenua, de forma evidente, as responsabilidades do Governo, o que, necessariamente, irá satisfazer, e muito, o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, que todos sabemos não tirará — aliás, jamais tiraria — nenhuma consequência política de tudo o que aqui se passou.

Para o Grupo Parlamentar do PSD, como dissemos, o que nasce torto, tarda ou nunca se endireita. Vejamos: fizemos a votação final global e somente o Partido Socialista votou a favor. Por si só, isto é mais uma confirmação do isolamento em matéria do relatório que hoje apreciamos.

Contudo, esta Comissão Parlamentar de Inquérito teve um grande mérito, que foi dar o contributo para que as portuguesas e os portugueses pudessem avaliar por si mesmos, no seu íntimo, o grau de amadorismo evidente e chocante com que o Estado, que é o PS, gere a coisa pública.

O caso Alexandra Reis é apenas um sintoma daquilo que é a prática do Partido Socialista: interferência, domínio, capitulação numa lógica do puro poder pelo poder, num deserto de visão a longo prazo, onde a responsabilidade nunca habita nem é assumida. E é precisamente no enquadramento desta forma interiorizada de operar que o Governo entende não só chamar o SIS para recuperar um computador a um cidadão a meio da noite, como não prestar, até hoje, os devidos esclarecimentos ao País. Continuamos sem perceber quem, afinal, disse que o SIS seria a entidade adequada para tratar o alegado furto do computador das instalações do Ministério das Infraestruturas. Uma vez mais, é a marca do Partido Socialista e é a marca do Governo do Partido Socialista: o Estado é o partido.

Não podemos, nem poderíamos nunca, deixar de vincar que a decisão ideológica de, em 2016, ter recomprado parte do capital social da TAP, satisfazendo e subjugando-se à vontade da geringonça, como aqui ficou provado, nada de diferente ou materialmente relevante trouxe à estratégia que estava definida no Acordo Estratégico de 2015. A recompra trouxe ainda a grande vantagem de colocar o Estado numa fragilidade negocial, fragilidade essa que permitiu o ato singular de o Sr. David Neeleman sair da TAP com 55 milhões de euros, de todos os contribuintes.

Não há evidências de que o Governo tenha, interessadamente, procurado alternativas de capitalização da TAP e há, sim, uma evidente sobrecapitalização da TAP, imposta pelo Estado, com o único objetivo de correr com os privados, como veio a acontecer.

Os Governos do Partido Socialista comprometeram-se com a privatização da TAP em 2011, ao assinarem o memorando da troica;

opuseram-se à venda em 2015; recompraram em 2017; nacionalizaram em 2020; e anunciaram que, em julho, teremos a decisão sobre nova privatização.

É claro para nós, como é para todos os portugueses que assistiram às audições, que houve ingerências na TAP: desde desviar um voo do Sr. Presidente da República, à ingerência na gestão da frota automóvel e na atribuição dos prémios dos administradores; no caso singular, mas muito emblemático, do Secretário de Estado e do Governo, que pede esclarecimentos à TAP e participa na resposta — numa violação gravíssima da isenção e da postura que deve ter o Governo —, e ainda quando afirmou, e aqui ficou demonstrado, que era o Ministério das Infraestruturas a única porta de entrada para o Governo.

O Grupo Parlamentar do PS interferiu de forma nefasta nos trabalhos da Assembleia da República. Não podemos deixar de fora as declarações do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, nem, recentemente, de membros do Governo, num desrespeito grosseiro das competências dos diversos órgãos de soberania e da saúde democrática dos órgãos e instituições da República.

O Sr. Ministro Pedro Nuno Santos validou a substituição da Eng.<sup>a</sup> Alexandra Reis, acordou a fase negocial do valor final de 500 000 € e momentaneamente esqueceu-se, até convenientemente, de voltar a lembrar-se. Ficou para nós claro todo este circuito que pretendeu, aparentemente, fazer uma encenação que só a ele convence.

A IGF, entidade escolhida, dependente do Ministério das Finanças, vai, no fundo, avaliar procedimentos numa empresa que também é tutelada pelo próprio Ministro das Finanças, que é o mesmo Ministro que, em última instância, dá o aval ao relatório da IGF. Isto configura um conflito de interesses grosseiro que nunca, e nunca, sequer, deveria ter sido admitido pelo próprio Ministro. A escolha da figura de justa causa para o despedimento, a litigância que já está anunciada em torno desta justa causa

e eventuais indemnizações que todos os contribuintes possam vir chamados a pagar, deve-se à responsabilidade e à incompetência política dos Ministros Fernando Medina e João Galamba. Não podemos também deixar de revelar que houve sempre a tentativa do Partido Socialista, nesta Comissão, de escolher acingir o âmbito da Comissão conforme melhor entendia dar-lhe jeito às conclusões que hoje, sozinho, votou e aprovou.

Não foi possível esclarecer qual dos dois membros do Governo faltou à verdade ao Parlamento: se o Ministro João Galamba ou o Secretário de Estado Adjunto, Mendonça Mendes. Neste Parlamento prestaram declarações antagónicas e até hoje não há a clareza no esclarecimento de qual deles faltou à verdade.

O Sr. Primeiro-Ministro soube dos factos em relação ao SIS, porventura sabe qual o membro do Governo que os ativou e até hoje não teve a consciência, a transparência, a hombridade de, perante o País, assumir quem o fez.

No fundo, esta CPI, mais do que o objeto que foi exaustivamente analisado, mostra uma forma de ser, de estar, deste Partido Socialista, pese embora também devamos considerar que, muitas vezes, a árvore não é floresta, mas os dirigentes atuais, que confundem o Estado com o Governo e com o partido, têm uma influência muito nefasta na condução dos destinos do País, e isto ficou, sobejamente, à mostra de todos nós e de todos os portugueses.

Por isso, o PSD começou por dizer, e diz: por muito que este relatório queira branquear, queira fazer o frete ao Sr. Primeiro-Ministro, felizmente, grande parte do País assistiu na primeira pessoa ao que é a máquina do poder e de influência do Partido Socialista, sem máscaras e a nu.

E isto nós vamos deixar plasmado na nossa declaração de voto, nas nossas conclusões, que farão parte integrante deste relatório, para que não se tente, uma vez mais, apagar a história, esconder a verdade e ofuscar a

democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Chegados ao fim dos trabalhos, importa dizer que o que nós suspeitávamos aconteceu: um relatório manifestamente tendencioso; um relatório, propositadamente, com muita matéria omissa; um relatório que tenta ilibar os membros do Governo responsáveis por todo este processo; um relatório que dá ao Primeiro-Ministro o conforto de ir de férias sem ter de tirar consequências desta Comissão de Inquérito.

Muitas foram as propostas que os grupos parlamentares entenderam entregar. Nós reunimos e chegámos à conclusão de que, não obstante este relatório ser uma ofensa ao trabalho, à integridade, e mesmo à intelectualidade, de quem participou nesta Comissão, devíamos, até ao fim, cumprir com as nossas obrigações. E as nossas obrigações eram apresentar propostas que fizessem o Partido Socialista, e os Deputados que integram esta Comissão, refletir e pensar se não valia a pena, por algum momento, deixar de lado a carga ideológica e olhar para o relatório com o cuidado que o mesmo merecia. Assim não entenderam e votaram como bem quiseram. Ficará este registo para um dia mais tarde, para a História.

Vimos que tudo o que fomos dizendo se concretizou: este não era o relatório desta Comissão de Inquérito; este era, foi e será sempre — e esta votação mostrou-o — o relatório do Partido Socialista; isto foi, uma vez mais, a maioria absoluta, o rolo compressor contra o mundo e a prova está no resultado desta votação: só o PS votou a favor e todos os restantes grupos votaram contra!

Penso que isto é sintomático e diz muita coisa sobre o faciosismo e a forma tendenciosa como este relatório foi apresentado. Na nossa opinião, aquilo a que assistimos aqui é sintomático do degradar das instituições.

O PS, como em tudo, como em todos os diplomas importantes, usa da arrogância que uma maioria absoluta lhe confere — aliás, foi assim no diploma da habitação e é assim no relatório da TAP e, infelizmente, infelizmente para os portugueses, será assim durante mais tempo, com claro prejuízo para a nação.

Gostava de dar uma breve explicação sobre a nossa abstenção na votação de duas propostas do Partido Comunista.

Na proposta 41, em que o Partido Comunista Português pede que sejam revertidas imediatamente as medidas que penalizam os trabalhadores da companhia, nós acompanhamos esta ideia, e temos vindo a dizer isto desde o início, com certeza que sim, mas se nós fizemos uma Comissão de Inquérito para investigar, para tentar procurar — e chegámos à conclusão de que havia — a ingerência política na gestão da companhia, não podemos estar a pedir ao Governo que reverta. Não pode ser o acionista a reverter; tem de ser a gestão da companhia. Portanto, nós somos a favor do conteúdo, mas não somos a favor da forma, daí a nossa abstenção.

Também na proposta 43, do PCP, que pretende que se realize com carácter de urgência uma inspeção e auditoria às contas da TAP, S.A. e da TAP SGPS através da IGF... Não! Concordamos que haja auditoria, concordamos que haja inspeção, concordamos que haja esse escrutínio, mas não por quem reporta diretamente ao Ministério das Finanças.

E a prova evidente disso mesmo é que o Sr. Ministro das Finanças assumiu que despediu com justa causa a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Christine Widener e o Sr. Dr. Manuel Beja com base num relatório da IGF. Ou seja, o Sr. Ministro demitiu a CEO, demitiu o Presidente do Conselho de Administração com base num relatório que necessita da sua aprovação.

Portanto, isto é, uma vez mais, Sr. Presidente, o degradar das instituições democráticas.

A questão das ingerências, tão falada aqui e que o Partido Socialista decidiu não incluir no relatório. Há ingerência! Sempre houve ingerência! Ficou provado que havia ingerência! Ficou provado que ainda há essa ingerência! E o Partido Socialista, da forma como todos vimos, quis ocultar essa ingerência no relatório.

Temos os casos já conhecidos de Hugo Mendes, de Lacerda Machado, todos esses casos, e chegamos à conclusão brilhante do Partido Socialista de que não há ingerência. Srs. Deputados, houve, há e vai continuar a haver ingerência enquanto o vosso Governo estiver em funções!

Temos outros casos, que passam ao lado do Partido Socialista. Por exemplo, como é que o Ministro João Galamba diz, sentado ali naquela cadeira, enquanto depoente nesta Comissão, que quem lhe deu a instrução para ligar ao SIS foi o Secretário de Estado Adjunto António Mendonça Mendes e o Sr. Secretário de Estado diz que não o fez, que não deu essa instrução?

Sr. Presidente, é notório, é que ninguém nos contou, todos nós ouvimos: alguém mentiu ao País! Seja o Ministro, seja o Secretário de Estado não podem estar em funções. Mais uma vez, é o degradar das instituições.

Sobre a venda da TAP não ouvimos nenhum Ministro com esta responsabilidade dizer: quando, por quanto, a quem e o que será feito do *hub* de Lisboa. Tudo o que nós andamos aqui a discutir, não só nesta Comissão, mas em sede de especialidade na Comissão de Economia, continua sem ter resposta. O Partido Socialista e o Governo, que por eles é suportado, já devia ter vindo esclarecer: por quanto, a quem e quando é que vai ser feita a venda da TAP.

Assim como a localização do aeroporto. Temos um Ministro que já não é Ministro, que foi chamado à atenção em público e teve de se retratar

em público, porque anunciou a nova localização do aeroporto. Hoje já não é Ministro. Mas temos outro Ministro que quer cometer os mesmos erros, ao dizer que um determinado aeroporto é longe, porque fica a 80 km.

E continuamos com estas respostas, com estes casos, com toda esta atrocidade, digamos assim, de raciocínios e de afirmações a não dar resposta ao País, a não dar resposta aos portugueses, quando todos, todos e cada um de nós, demos 5 €. Demos 5 € ao Sr. David Neeleman! São 55 milhões! E o Partido Socialista ignora. O Partido Socialista ignora que esses 5 € a cada um de nós não faz falta, mas há muita gente que precisa deles para comer, há muita gente que precisa deles para medicação. Mas foi o Partido Socialista que teimou em pagar este dinheiro, que não tinha de ser pago, e antecipou e, em 2020, tirou dos cofres públicos 55 milhões!

Sr. Presidente, se isto é um relatório em que o Partido Socialista confia, então, mais uma vez, estamos seguros do que dizemos: estamos no rumo completamente oposto ao de que os portugueses necessitam. Isto está a ficar insustentável! Isto está ingovernável há muito tempo! Isto é o abismo para o qual o Partido Socialista nos está, infelizmente, a levar!

O voto contra de cinco em seis grupos parlamentares aqui presentes demonstra bem a insatisfação que todos temos com este relatório e com a forma como estamos a ser conduzidos por este Governo socialista.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, vou tentar ser um pouco mais curto e dizer que a Iniciativa Liberal votou contra o relatório, essencialmente, por quatro temas basilares que carecem de registo fiel na versão do relatório.

Em primeiro lugar, já muito falado aqui hoje, são as múltiplas

situações de ingerência política do Governo socialista na TAP, tendo várias sido ignoradas e outras sido desvalorizadas, o que também ocorreu com diversos depoimentos, aliás, algo assumido até, por exemplo, com as omissões dos depoimentos do ex-*Chairman* Manuel Beja ou do ex-acionista David Neeleman, que neste relatório estão completamente censuradas.

Em segundo lugar, também diversas temáticas relativas às reestruturações do capital social da companhia em 2015, em 2016, em 2017 e em 2020, estão omissas ou incompletas, sobretudo no que concerne às duas últimas, nomeadamente por terem sido lideradas pelos Governos socialistas, como, e destaque, porque acho que é uma das conclusões relevantes, o facto de nenhuma das três operações ter tido estudos prévios de custo/benefício e análise de cenários, o que demonstra que os Governos brincam um pouco às privatizações e nacionalizações, independentemente do custo que isso tem para os contribuintes, sendo o fim político muito mais valorizado, o que é algo que devemos mudar.

Em terceiro lugar, as irregularidades na gestão da TAP, nomeadamente no caso da indemnização paga a Alexandra Reis, a nosso ver apresentam várias insuficiências no seu relato, e há outras situações que estão omissas, como é o caso, de que também já falei hoje, da prestação não contratada de serviços da Evercore no apoio ao processo de venda da TAP.

E há um quarto pilar, que é um capítulo que falta. Estivemos várias horas, todos juntos, a fazer perguntas e a obter respostas, e todas aquelas ocorrências do dia 26 de abril, tudo aquilo que nos foi divulgado — não só desse dia, de outros também —, todas essas audições estão escondidas neste relatório, como se os Deputados não as tivessem realizado, como se os portugueses não as tivessem visto. E como se ignorássemos todas aquelas informações, algumas de potenciais crimes que nos foram descritos, de uma forma quase surreal, diria, tendo em conta toda a participação que o Partido Socialista também teve neste processo.

Face ao relato impreciso ou incompleto destes quatro pilares, é impossível, para a Iniciativa Liberal, votar de outra forma que não convictamente contra.

Este relatório confirma que os portugueses assistiram a uma comissão de inquérito e que o Partido Socialista assistiu a outra, bastante distinta, estando o relatório elaborado de forma que o Primeiro-Ministro não possa tirar consequências políticas, nomeadamente, como sabemos, a demissão do Ministro das Infraestruturas João Galamba.

No final das contas, oito anos passados da tomada de posse do primeiro Governo socialista depois da privatização, o Governo socialista irá privatizar a TAP. Isto é: regressaremos ao ponto em que estávamos em 2015. Não porque o Governo tenha mudado de opinião, mas porque os portugueses mudaram de opinião e o Governo socialista toma as suas posições políticas consoante as sondagens que tem. O único problema é que, nestes oito anos, os portugueses colocaram lá 4 mil milhões de euros, entre as injeções para salvar a TAP e todos os custos associados a estes processos.

O Governo PSD/CDS privatizou a TAP; o PS decidiu revertê-la através da recompra. Depois, na prática, nacionalizou-a, e agora vai privatizá-la novamente.

Por isso, considerações ideológicas à parte, parece-me claro que os governos não devem estar constantemente a brincar às alterações de capital, às nacionalizações e às privatizações com tamanha ligeireza e irresponsabilidade face ao custo que daí pode advir, como temos visto nestes anos.

Concluo dizendo que, durante esta Comissão de Inquérito, a Iniciativa Liberal foi imune às pressões políticas feitas a esta Comissão, de forma lamentável, por diversos Deputados e Ministros do Governo socialista, e elogiamos o facto de diversos Deputados de diferentes partidos, jornalistas e

comentadores terem resistido a essa pressão socialista, tendo realizado, na medida das suas capacidades, o seu trabalho de escrutínio ao poder.

Fizemos tudo o que podíamos, em nome da transparência, para divulgar toda a verdade sobre os atos, tentados ou consumados, de ingerência política na TAP, sobre decisões de gestão irregulares e decisões do Governo sem racional financeiro.

Independentemente da letra deste relatório, das conclusões elaboradas pelo Partido Socialista e de tudo aquilo que não foi incluído na versão final, o que nos importa mesmo é que os portugueses tenham visto esta Comissão de Inquérito, tenham tirado as suas conclusões e, certamente, esperemos, tirá-las-ão também no futuro.

Por último, agradeço ao Sr. Presidente e aos serviços da Comissão por toda a colaboração, foi um gosto trabalhar convosco estes meses.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, antes de começar a minha intervenção, também numa interpelação à Mesa, gostaria, de uma forma muito breve, mas que o Sr. Presidente compreenderá que é muito verdadeira, de saudar e valorizar muito o papel e o contributo que o Sr. Presidente teve nos trabalhos desta Comissão. Quero valorizar muito, também, o profissionalismo, o empenho e a dedicação com que as trabalhadoras e os trabalhadores da Assembleia, nos serviços de apoio a esta Comissão, nos permitiram ir mais longe e trabalharmos melhor ao longo desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, queria mesmo valorizar e saudar o papel que assumiram nestes trabalhos. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há, neste relatório e nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma realidade que alguns não querem ver: é que esta Comissão decorre enquanto o Governo português está a lançar um novo processo de privatização da TAP.

Ora, é impossível não extrair deste debate conclusões para esse processo central que está em curso.

A primeira é que as remunerações, as regalias, os prémios, as indemnizações dos administradores da TAP, são os normais num grande grupo económico privado, mas são ilegais no quadro da Administração Pública.

O Presidente da Comissão Executiva da TAP recebe, de remuneração, entre 10 e 15 vezes o salário do Primeiro-Ministro. A indemnização paga a Alexandra Reis, de 500 000 €, é gigantesca e, no entanto, é menor do que as recentemente pagas pela Galp, pela EDP e por outras empresas privadas em situações similares.

A indemnização de Alexandra Reis vai ser devolvida porque a TAP já não era privada quando foi atribuída. Mas os quase 8 milhões de euros de indemnizações pagos entre novembro de 2015 e outubro de 2020, quando a TAP estava sob gestão privada, esses são legais, mas não são menos errados ou imorais. Privatizar a TAP é legalizar tudo isto; é aceitar estas práticas.

A segunda conclusão é que, da mesma forma, o relatório acabou por acolher uma realidade que ficou bem patente na CPI, que foram os custos, para a TAP, das sucessivas privatizações, de um conjunto de operações que nunca deveriam ter acontecido, que degradaram a estrutura financeira da empresa. Temos os mais de 200 milhões que custou o processo de privatização à SwissAir; o preço pago pela aventura privada do Grupo Espírito Santo na aviação, salva pela TAP, com 140 milhões de euros na compra da Portugália; os custos que a TAP assumiu devido às sucessivas tentativas fracassadas de privatizar a SPdH Grounforce; os custos

provocados pelos longos processos de privatização, que causaram as dificuldades de acesso ao crédito que, supostamente, vinham resolver; os quase mil milhões de euros que custou a aventura da Manutenção Brasil, que o PCP e os trabalhadores denunciavam desde 2006, e os sucessivos governos incentivaram até 2022 — reconhecem tudo isto, mas, depois, recusam-se a tirar consequências. A TAP SA tem sido lucrativa, são estes processos que têm arrastado a TAP SGPS para baixo, e é preciso acabar com estas tentativas sistemáticas de privatização.

A terceira conclusão é que, mesmo sobre os anos de gestão privada, entre novembro de 2015 e outubro de 2020, esta CPI nos deixou informação muito clara: mesmo antes da pandemia, em dezembro de 2019, os capitais próprios da TAP estavam 200 milhões de euros mais negativos do que no início da gestão privada.

A mentira de que a TAP estava avaliada em mil milhões de euros, alimentada por Neeleman e pelo PSD, esboroa-se quando se lê o papel feito para criar esse mito — e ele hoje é público, graças a esta CPI. E seria para rir, se não fosse tão grave, se alguém dissesse que aquilo significava que a TAP estava avaliada em mil milhões de euros em 2019.

E o projeto de alto risco de David Neeleman, destinado a criar rapidamente umas centenas de milhões de euros de lucro para si próprio, com um crescimento alavancado nas próprias receitas, rebentou completamente, com a pandemia, deixando um buraco de centenas de milhões de euros de prejuízos. Como, aliás, rebentou uma tentativa semelhante que o mesmo David Neeleman estava a levar a cabo na segunda companhia de aviação francesa, a Aigle Azur, que faliu ainda antes da pandemia.

E, mesmo assim, o Governo quer avançar com uma nova privatização da TAP?

A principal razão pela qual votamos contra este relatório é por ele se recusar a tirar esta conclusão. Continuam a dizer-nos que a TAP

desaparecerá se não for privatizada, mas aquilo que a vida nos ensina é que foi por um triz que a TAP não desapareceu com o processo de privatização de 1998. Mas, quando a privatização falhou, a TAP sobreviveu, apesar de transportar às costas mais um peso, que desapareceria se não tivesse sido privatizada em 2012.

Ora, não foi privatizada e não desapareceu, apesar das dificuldades, aqui reconhecidas pelos próprios responsáveis, que esse processo lhes criou. Em 2015, é finalmente privatizada, e teria desaparecido em 2020 se não tivesse sido salva pelo Estado.

Mas há, evidentemente, mais razões para este voto contra.

No processo de Alexandra Reis, o PS recusou-se a aceitar o que até os próprios intervenientes já aceitaram: há responsabilidades do Governo, que deveria ter agido para que os contratos de gestão fossem assinados, que deveria ter alertado que o processo de Alexandra Reis não podia ser tratado como se a TAP fosse ainda uma empresa privada.

No processo de privatização de 2015, o relatório aponta, mesmo ficando muito aquém da sua real gravidade, a burla que foram os fundos Airbus, o mecanismo usado por David Neeleman para comprar a TAP com o dinheiro da própria TAP, acabando por matizar as responsabilidades dos governantes do PSD/CDS. Mas fá-lo para defender o PS e o Governo PS, desde logo quando ignora uma realidade que está testemunhada nas atas desta Comissão. Pedro Marques, enquanto Ministro, conheceu o mecanismo em janeiro de 2016 e continuou o muro de silêncio dos governantes. Percebe-se porque Pedro Marques o fez: se, em janeiro de 2016, fosse público o mecanismo usado para comprar a TAP, a privatização seria revertida e o PS não queria reverter a privatização.

Mas o facto é que o Governo PS conhecia os fundos Airbus e deles não alertou o Tribunal de Contas no contraditório à auditoria publicada em 2018, nem deles alertou o Parlamento, nem muito menos informou o povo

português. Antes permitiu que David Neeleman continuasse a dar entrevistas sem contraditório, contando como tinha pagado a TAP com dinheiro do seu próprio bolso e outras mentiras da mesma família.

E claro, em 2020, vai entregar a David Neeleman 55 milhões de euros a que este não tem direito, e ainda vai usar a ignorância, o desconhecimento público sobre os fundos Airbus para dizer ao povo português que acabava de poupar-lhe 169 milhões de euros, quando a realidade, reconhecida aqui por todos os intervenientes, é que não havia base material incontestável para pagar 1 € a David Neeleman.

No processo de reestruturação, o relatório também se recusa a retirar consequências do que reconhece. A única reestruturação de que a TAP precisava era acabar com a aventura da Manutenção e Engenharia Brasil, ser ressarcida dos prejuízos dessa operação e receber um apoio covid que fosse justo. Não havia razão para uma reestruturação no sentido de um assalto aos salários, aos direitos e aos postos de trabalho dos trabalhadores da TAP. A TAP SA estava a enfrentar problemas por causa da covid e a TAP SGPS por causa da Manutenção Brasil. Era isto.

O Governo não quis perceber isto na altura, e o PS não quer perceber isto agora.

Por outro lado, este processo deixou bem à vista para que serve a falta de transparência, para que serve o segredo comercial, os documentos confidenciais, a informação classificada. Tudo isto serve para que se possa mentir ao povo português.

Quando os Deputados do PCP pediram acesso aos documentos da privatização em 2015, esse acesso foi negado pelo Governo PSD/CDS. Quem o negou sabia que o PCP denunciaria de imediato a burla que estava em curso com os fundos Airbus.

Da mesma forma, aos trabalhadores da TAP foi negado o pleno acesso ao processo de reestruturação, para que estes não pudessem, em melhores

condições, resistir e responder à chantagem que o Governo estava a exercer sobre os seus direitos e remunerações.

Tudo o que de ilegal se descobriu na gestão privada da TAP — e agora muita coisa, também graças ao nosso contributo, vai ser investigada, e ainda bem —, só foi possível porque foi escondida dos trabalhadores e da opinião pública. E o relatório recusa-se a retirar consequências, nem alerta que a única razão para esconder muita da informação é para se poder mentir sobre o que de facto se está a passar. Nem recomenda uma completa abertura desses processos como mecanismo para proteger o interesse público.

Por fim, a terminar esta nota, tenho uma palavra sobre o fundamental para nós neste processo: a TAP e os seus trabalhadores.

Portugal já não tem muitas empresas grandes, mas ainda tem a TAP. Tem a TAP a criar riqueza em Portugal, a criar emprego em Portugal, a exportar por Portugal, a alimentar a segurança social e a receita fiscal dos portugueses, a dotar o Estado português de um instrumento de soberania e de desenvolvimento essencial. E tem a TAP, em primeiro lugar, graças aos trabalhadores da TAP e de todo o grupo TAP.

Ontem, quarta-feira, passaram 50 anos sobre a jornada de luta dos trabalhadores da TAP no aeroporto de Lisboa, quando 5000 trabalhadores da TAP enfrentaram a polícia do regime fascista, que irrompeu aos tiros pelo aeroporto. Muitos desses trabalhadores estão vivos ainda hoje, e podem ensinar-nos que, naquele momento em que muitos não acreditavam que Portugal poderia libertar-se da ditadura, a luta dos trabalhadores marcou a diferença, como sempre marca.

E, tal como em 1973, no fim da ditadura, também hoje nós reafirmamos que não há inevitabilidades e que as coisas não acontecerão como os senhores querem decretar.

O relatório não inclui, como deveria incluir, uma consideração que se tornou clara nos trabalhos da CPI: é preciso reverter, de forma imediata,

todos os roubos cometidos contra os trabalhadores da TAP e reconstruir a capacidade operacional da empresa. Esses roubos não só foram injustos como são contraproducentes para a empresa e para a economia nacional.

Esta CPI podia e devia ter ido mais longe, mas valeu a pena. Hoje é mais claro que a TAP precisa de uma gestão pública diferente, muito diferente daquela que tem tido. Uma gestão que perceba o que é uma empresa pública e para que é que o povo português precisa de uma empresa pública: para criar emprego de qualidade, dar exemplo de transparência, satisfazer interesses estratégicos como a coesão territorial, a ligação à diáspora, a alimentação do turismo, a garantia de ligações aéreas estratégicas. E ficou mais claro que a TAP precisa de deixar de ser gerida a pensar na sua privatização, ou usada por um qualquer capitalista para alimentar os seus lucros custe-nos o que custar.

A maioria dos Deputados da CPI não quis tirar essas conclusões, mas aí está a vida real para as confirmar. O PCP continuará a fazer a diferença em defesa da TAP, dos seus trabalhadores e da soberania nacional.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, repito os cumprimentos que fiz no início desta reunião, à sua pessoa, à condução que fez dos trabalhos e, creio eu, à forma edificante como o fez e como deixou, até, uma imagem de respeito para o futuro dentro da Assembleia da República.

Cumprimento os serviços, todas as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados, os assessores parlamentares também, que são essenciais para esta matéria, e quero cumprimentar também as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Jornalistas, porque sabemos

que a visibilidade que eles deram a esta Comissão também nos ajudou a fazer melhor o nosso trabalho.

Deixo aqui dez ideias para dez minutos de declaração, que são as ideias fortes que saem desta Comissão de Inquérito e que, infelizmente, o relatório não quis colocar na sua plenitude e, por isso, nós votámos contra.

Uma primeira ideia, autoritarismo. Esta é a Comissão Parlamentar de Inquérito em que o PS revela todo o seu autoritarismo: impôs, pela maioria absoluta, que uma parte das audições fossem completamente escondidas do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. É incompreensível, ninguém que assistiu a esta Comissão de Inquérito o consegue avaliar e nenhuma das explicações que nos foi dada aqui é cabal. Porquê? Porque o PS viabilizou, o PS participou, o PS animou, o PS inquiriu, o PS esteve em todas as audições que agora não estão no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. É um insulto aos trabalhos parlamentares, é um insulto à racionalidade do País.

Segunda ideia, promiscuidade. Porque nestas audições da Comissão Parlamentar de Inquérito foi visível a promiscuidade que existe num partido que agora tem a maioria absoluta e que se comporta no Governo como se achasse que o partido é, em si, o Governo. Considera que pode ter o grupo parlamentar a reunir com a CEO da TAP, esconder isso do Parlamento e do País, mas usar isso para manietar as reuniões das comissões parlamentares. Usa o próprio Governo para manietar a informação pública. O secretário de Estado participou numa resposta que a TAP ia dar à tutela da qual faz parte o Sr. Secretário de Estado, para quê? Para responder à pressão pública que estava a existir.

Terceira ideia, pressão. Pressão sobre os trabalhos parlamentares, diretamente pelo Governo, na forma como vários membros do Governo, e, nos últimos dias, o Sr. Ministro da Cultura, do núcleo duro do Governo, pressionou esta Comissão Parlamentar, ou para desvalorizar os trabalhos, ou

para desviar a atenção dos seus trabalhos e do conteúdo do debate político e, no entanto, depois atirar pedras aos outros. É que depois o PS ainda diz que são outros quem apouca os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito! O líder parlamentar, ainda a Comissão ia a meio, dizia que a Comissão — ou os seus Deputados, ou os seus assessores, ou até os serviços da Assembleia da República — tinha cometido o crime de andar a divulgar segredos de justiça ou segredos de Estado. No início da Comissão — e, se calhar, porventura por isso é que ela foi aprovada — diziam que ela já estava esvaziada, porque as responsabilidades políticas já estavam retiradas, já tinha havido demissões. Em todos os momentos, qual é o ponto, o denominador comum? É a pressão sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, o que para nós é absolutamente inaceitável.

Quarta ideia, segredo. Ficámos a perceber que há documentos que só são classificados porque vêm para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas depois vão parar aos jornais, depois vão parar às televisões! Mas é porque vêm para a Comissão Parlamentar de Inquérito que são classificados. Sabemos que há documentos que nem sequer chegaram, e alguns deles da responsabilidade do Estado. É esta a forma de respeitar a capacidade de fiscalização da Assembleia da República junto do Governo ou junto do Estado? É esta a forma de respeitar uma comissão parlamentar de inquérito? É porque depois, e nós sabemos, é sempre a mesma desculpa: há um segredo comercial, está em causa uma informação que é estrutural e não pode ser pública, e em todas estas declarações e todas estas práticas, o que fica pelo caminho é a fiscalização da Assembleia da República, sempre vista como algo menor, sempre desvalorizada, sempre apoucada. E esta foi também uma das marcas desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quinta ideia, governação em *outsourcing*. A Assembleia da República não pode saber, mas os escritórios de advogados, esses, sabem tudo; estão do lado do Estado hoje, amanhã estão do lado do privado, sabem tudo, mas

a Assembleia da República não pode saber. Esta governação em *outsourcing* significa que o Governo não sabe o que é que vai alcançar, mas entrega aos escritórios de advogados para negociar por eles. O Governo não balizou, por exemplo, qual seria a forma de se retirar da mesa David Neeleman, mas entregou a negociação aos escritórios de advogados — o mesmo Governo, já agora, mas com cores PSD/CDS, que também entregou aos escritórios de advogados a privatização. E, curiosamente, os mesmos advogados, os mesmos escritórios de advogados — e agora vou para a sexta ideia — que depois não veem as ilegalidades.

Chegamos aos fundos Airbus: ninguém viu, ninguém conhece. No entanto, foram avisados, mas ninguém conhecia, não parecia nada de mal! Depois até fazem pareceres a dizer que está tudo bem. E a seguir vem o decisor político dizer que tinha um parecer que dizia que estava tudo bem, «e quem sou eu, que não sou advogado, para dizer que não!»

Chegamos à discussão com David Neeleman e, mais uma vez, o escritório de advogado vem e diz: «Esta é a melhor solução». Mas é a única? Isto é legítimo? «Não, não é legítimo, mas é a melhor solução.» O que é que diz o decisor político? «O escritório de advogados disse que era a melhor solução, nós tínhamos de aceitar a melhor solução.»

Chegamos à questão de Alexandra Reis e é extraordinário como nem sequer o departamento jurídico da TAP foi envolvido na matéria — nem sequer o departamento jurídico da TAP! —, e depois de ter havido várias mudanças do Conselho de Administração por causa do Estatuto do Gestor Público, chega-se a uma indemnização em que nos mesmos escritórios de advogados ninguém sabia que, afinal, havia uma lei que dava cobro ao Estatuto do Gestor Público. O que é que diz o decisor político? «Eu tinha um parecer do escritório de advogados que me dizia que aquela era a melhor das soluções, que era tudo legal», lavou as mãos como Pilatos e está feito!

Esta governação em *outsourcing* é mais uma das marcas expostas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta ilegalidade, que resulta também desta governação em *outsourcing*, é outra das marcas desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E ainda bem que uma entidade pública, a IGF, mostra que o Estado não está absolutamente desprovido de capacidade crítica e declarou isto como ilegal. Ainda bem, ainda temos alguma esperança, alguma réstia de esperança no nosso País.

Sétima ideia, privilégio. Estamos perante uma realidade que mostra como se aceita que os conselhos de administração, sejam públicos, sejam privados, tudo possam, a tudo tenham direito e a eles nada lhes seja perguntado. E é extraordinário! O Estado assumiu, em 2017, uma posição estratégica para tudo menos para fiscalizar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva. Não via salários, não via prémios, não via nada. Teve a maioria do capital em 2020 e continuou a ver muito pouco. E em todo este momento a TAP estava a ser descapitalizada, até 2020, e, a partir daí, a ser brutalmente aplicado um plano de cortes aos seus trabalhadores. A todos? Bem, desculpar-me-ão, mas 30 % a quem ganha 500 000 € euros por ano é um bocadinho diferente de 30% a quem ganha 5000 €, e bastante diferente de 30 % a quem ganha 2500 €. E podemos dizer: «Bem, mas as percentagens não eram bem assim, não eram iguais para todos.» Pois não eram, têm razão, porque quem ganhava 500 000 € ainda tinha mais o seguro disto, mais o motorista daquilo, mais o dinheiro para a casa, mais o dinheiro para os filhos estudarem, tinha dinheiro para tudo. Mas quem trabalhava é que não tinha dinheiro para nada. E o que é que se dizia sobre isto? O que é que o Governo disse sobre isto? «É assim que tem de ser, é competição com os privados, é assim que tem de ser.»

E este privilégio é marca também da reestruturação, porque a reestruturação da empresa foi uma imposição destes privilégios aos trabalhadores, que, penalizados pelas decisões daqueles privilegiados,

tiveram de pagar, e pagaram muito, uns com os cortes nos seus postos de trabalho outros com os seus rendimentos.

Oitava ideia, reestruturação. O conceito da reestruturação é, em si, mais uma falácia que nos é trazida. Por um lado, a ideia da inevitabilidade do plano aplicado por Bruxelas — tudo sempre para Bruxelas ver, é uma das partes da História deste País que vive para Bruxelas ver —, mas depois, vai-se ver, nem Bruxelas queria ver bem assim e, afinal, o Governo vai sempre para lá de Bruxelas, vai além de Bruxelas. Porquê? Porque vamos ver o plano de capitalização, quando eram os privados a meter lá o dinheiro, em 2015, a capitalização nunca aconteceu. A TAP foi paga com o dinheiro da TAP. Estava descapitalizada, descapitalizada foi, porque, afinal, a capitalização foi com o seu próprio dinheiro.

Chegámos a 2020, era dinheiro público, foi sobrecapitalizada para quê? Para a nona ideia, a privatização, que é o que vem a seguir. E este é o ponto fundamental. Já vimos isto tantas vezes no passado. O Estado comporta-se como quem tem a seu cargo empresas cujo objetivo é secar, torná-las completamente *fit*, metê-las no ginásio que for necessário para elas estarem completamente *fit* e capazes de competir com os privados, dar-lhes todos os suplementos necessários, sobrecapitalizar, cortar o que eles chamam de «gorduras» — normalmente são os trabalhadores — e, na prática, depois, entregá-las de mão-beijada aos privados. Esta história não é só com o Novo Banco, chama-se TAP, também.

Vou terminar com a última ideia, que resume esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em particular o seu relatório: desapontamento. O desapontamento com o Partido Socialista, que dizia que a TAP era estratégica, mas que agora vai privatizar; que dizia que defendia o interesse público, mas soube do negócio Airbus e nada fez; legitimou a posição de David Neeleman, sabia que havia um privilégio na Administração e nada fez, apenas o prolongou. E esse desapontamento só não vai mais por diante

porque, felizmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não manda nas declarações de voto, não manda nas propostas de alteração, e essas partes vão ser apenas ao relatório para enviar a entidades judiciais, para enviar ao Tribunal de Contas, para enviar às entidades públicas que fiscalizam as contas da TAP e as contas do Estado, felizmente, para garantir que, pelo menos, há vida para além do Governo e há quem leve a sério a defesa do interesse público.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, terminámos a nossa Comissão.

Mesmo só por uma questão de economia de esforço para com todos os presentes, porque foi muito intenso o trabalho de todos, agradeço, uma vez mais, a todos os Deputados, a todos os grupos parlamentares, aos órgãos de comunicação social, aos serviços, a todos os presentes.

Penso que dignificámos a Comissão, dignificámos a Assembleia da República, dignificámos a nossa Nação, dignificámos Portugal pelo trabalho que fizemos.

Desejo a todos uma muito boa noite e um bom resto de trabalho, visto que nos vamos ainda encontrar na apreciação parlamentar no dia 19.

Muito obrigado a todos e uma boa noite.

*Eram 22 horas e 2 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.